

Douglas Garcia Alves Júnior

**DEPOIS DE AUSCHWITZ: A QUESTÃO DO ANTI-SEMITISMO EM
THEODOR ADORNO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia. Linha de Pesquisa: Filosofia Social e Política. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo A. de Paiva Duarte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

**Belo Horizonte
1998**

Alves Júnior, Douglas Garcia

Depois de Auschwitz: A questão do anti-semitismo em Theodor Adorno. - Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1998.

167p.

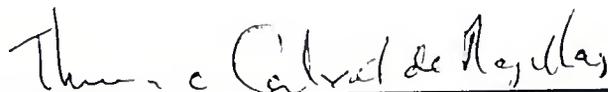
Dissertação de Mestrado. UFMG - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Filosofia - moderna - sec. XX. 2. Filosofia - alemã. sec. XX. 3 Anti-semitismo. 4. Adorno, Theodor Wiesengrund, 1903-1969. I. Título.

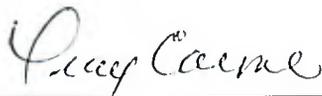
Dissertação defendida e aprovada com a nota 96,7 pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores(as):



Prof. Dr. Rodrigo Antônio de Paiva Duarte - UFMG
Orientador



Profa. Dra. Theresa Calvet - UFMG



Profa. Dra. Iray Carone - USP

Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 27 de março de 1998.

Para meus pais

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta dissertação, foram-me essenciais a colaboração e o estímulo de diversas pessoas. Gostaria, assim, de registrar o meu agradecimento. Ao Prof. Rodrigo Duarte, meu orientador, que acolheu desde o início a idéia desta pesquisa com compreensão e interesse. À Prof. Iray Carone, por seu apoio. À Prof. Jeanne Marie Gagnebin, que me orientou inicialmente, e com quem formulei a idéia desta dissertação. Ao Prof. José Henrique Santos, pela generosa inteligência de suas lições. À Prof. Tereza Calvet, pelas suas cuidadosas observações críticas.

Aos amigos Antônio Zuin, Sérgio Fragalli, Marília Brandão, Norival Zoppi, Adélia Caetano, Ruth Cerqueira Leite e José Sebastião Fernandes também é dedicado este trabalho.

Meus colegas Nádia Diniz, João Dias, Jorge Passos e Ronaldo Ramos foram sempre estimulantes e generosos, colaborando com sugestões e seu apoio pessoal.

A Mônica Amaral, que enviou-me gentilmente uma cópia de sua tese de doutoramento.

Todo o pessoal da Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais foi sempre muito gentil e eficiente, o que foi de grande valia. Agradeço, assim, à Maria Cristina Couto, Norma Guedes, Mara Sales e Rogério Rocha.

Aos meus irmãos Daniel, Cecília e José Geraldo.

Here are too many mirrors for misery.

Wallace Stevens

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: Teses Filosóficas acerca dos “Elementos do Anti-semitismo”	17
Seção 1: A idéia de uma “Dialética do Esclarecimento”	17
Seção 2: O problema do não-idêntico	24
Seção 3: A questão do anti-semitismo na <i>Dialética do Esclarecimento</i>	32
Seção 4: A constelação do anti-semitismo (I)	46
CAPÍTULO 2: Política e Subjetividade na <i>Personalidade Autoritária</i>	65
Seção 1: <i>A Personalidade Autoritária</i> : metodologia e hipóteses	69
Seção 2: Investigando a lógica do preconceito: a escala F	83
Seção 3: A questão do anti-semitismo na <i>Personalidade Autoritária</i>	93
Seção 4: A constelação do anti-semitismo (II)	109
CAPÍTULO 3: “Depois de Auschwitz”: Memória e Negatividade	115
Seção 1: O passado que não passa: esquecimento e rememoração	115
Seção 2: O não-idêntico como elemento de uma filosofia pós-Auschwitz	126
Seção 3: Reconciliação e rememoração da natureza no sujeito	136
Seção 4: A constelação do anti-semitismo (III)	147
CONCLUSÃO	154
BIBLIOGRAFIA	157

ABREVIATURAS UTILIZADAS

AP	A Personalidade Autoritária
DE	Dialética do Esclarecimento
E	Engagement
EA	Educação após Auschwitz
EP	O que significa elaborar o passado
MM	Minima Moralia
ND	Dialética Negativa
QA	Sobre a pergunta: o que é alemão
TE	Teoria Estética

RESUMO

Esta dissertação investiga o pensamento de Theodor Adorno sobre a questão do anti-semitismo. Ele reconstitui o percurso da reflexão adorniana, desde as considerações desenvolvidas no capítulo “Elementos do anti-semitismo”, da *Dialética do Esclarecimento*, onde Adorno e Horkheimer elaboram uma teoria filosófica do anti-semitismo, a partir de uma meta-teoria da racionalidade ocidental. Em seguida, se examina a pesquisa da *Personalidade Autoritária*, onde Adorno retoma aquelas reflexões voltando-as numa análise científica da relação entre escolha ideológica e tendências profundas de personalidade. A centralidade do pensamento sobre o anti-semitismo na obra de Adorno é analisada, por fim, em alguns de seus últimos trabalhos, especialmente em *Dialética Negativa*, onde Adorno pensa o alcance das conseqüências do genocídio dos judeus para as noções de cultura, de humanidade e de reflexão filosófica.

INTRODUÇÃO

Passados 50 anos do fim de Auschwitz, a xenofobia, o nacionalismo e diversas formas de fundamentalismo ainda se fazem presentes no cenário político mundial. Nos anos 80, a existência mesma de um *Historikerstreit*¹ atesta os perigos do revisionismo histórico e das tentativas de “normalização do passado” nazista², consentâneas com tendências políticas de direita, que ganharam força na Europa a partir da derrocada do chamado “socialismo real”: a retração das políticas de bem-estar social, a vitória ideológica e prática do liberalismo econômico, a eclosão de movimentos separatistas baseados na comunidade racial, a formação de um “desemprego estrutural”, figura vista com naturalidade pelos economistas “do mercado” – gerando uma enorme massa de excluídos da humanidade globalizada, os movimentos de cunho nazista, que ganharam força com o crescente desemprego de uma parcela significativa de cidadãos de países capitalistas avançados e periféricos.

Faz-se necessário, assim, retomar a reflexão filosófica a respeito da experiência do extermínio nazista dos judeus. Theodor Wiesengrund Adorno incorporou a reflexão sobre Auschwitz e os campos de extermínio nazistas como um ponto recorrente em sua obra. Ela comparece, por exemplo, em sua análise do “processo do Esclarecimento” – o anti-semitismo sendo visto aqui como a consequência lógica desse ancestral processo de dominação da natureza na

¹ A chamada “querela dos historiadores”, que opôs, por uma lado, aqueles acadêmicos alemães que procuravam relativizar o extermínio nazista dos judeus e propor daí uma consciência histórica alemã positiva, e, num outro campo, aqueles, ao invés, que denunciavam a mistificação e os comprometimentos políticos desse gesto. Neste último campo, cf., por exemplo, Habermas, J., “Tendências Apologéticas”, in: *Novos Estudos CEBRAP* 25 (1989):16-27.

² Cf. Vidal-Naquet, Pierre, *Os assassinos da memória; o revisionismo na história*. Trad. de Marina Appenzeller, Campinas, Papirus, 1988.

Cultura Ocidental, que sucumbe, na fase final do capitalismo tardio, ao puro reino dos meios, à apoteose da razão instrumental. Ela comparece também na crítica da cultura, nas “reflexões à partir da vida danificada”, em vista a uma “vida justa”, na crítica da imposição de um universal sinistro, que anula as particularidades, e com elas a possibilidade de formação de sujeitos plenos, no sentido kantiano. Ela comparece nas reflexões adornianas sobre a formação cultural, sobre a *Halbbildung*, sobre os obstáculos a uma educação verdadeiramente emancipatória. Ela comparece, enfim, na crítica ao freudismo, especialmente àqueles elementos presentes em Freud que tentam impor o domínio de uma particularidade determinada, a psique – que o próprio Freud demonstrou ser socialmente constituída – ao universal: o social tomado como desdobramento, como extrapolação das categorias da psique individual (tal é o caso, por exemplo, das análises freudianas da origem da moralidade em “Totem e Tabu”). Na reversão da fórmula hegeliana, presente em *Minima Moralia*, segundo a qual *das Ganze ist das Unwahre*, Adorno deixa entrever uma concepção de filosofia em que a crítica ao existente é um elemento constituinte, fundamental.³

Dessa forma, a questão do anti-semitismo em Adorno liga-se fortemente à interpretação de sua obra como um todo, notadamente à concepção de uma *dialética do esclarecimento* e seus efeitos regressivos no plano político.

Vários estudiosos apontam para a importância da análise adorniana do anti-semitismo no quadro de seu pensamento. Duarte refere a questão do anti-semitismo em Adorno ao problema da *dominação da natureza* (Duarte, 1993). Jay aponta para a relação entre esta problemática e a questão da *não-identidade*

³ Por outro lado, no interesse dos estudos adornianos, as reflexões de Adorno sobre o anti-semitismo constituem pontos privilegiados onde se dá o cruzamento com a psicanálise, de suma importância para o estudo do pensamento do Autor. Diversos comentadores apontaram a importância da psicanálise no interior do pensamento de Adorno. Como Rouanet (1986), para quem a psicanálise constitui no pensamento de Adorno uma *interioridade constitutiva*. Cf. Rouanet, Sérgio Paulo, *Teoria Crítica e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986.

(Jay, 1980) Buck-Morss salienta o *método de constelações* adorniano presente nas suas obras mais importantes sobre o anti-semitismo (Buck-Morss, 1981).

Este trabalho busca sua justificação pela importância dessas questões no pensamento do autor. É de se registrar, além disso, que elas não tem sido privilegiadas nos estudos adornianos, principalmente em nosso país, onde a recepção se fez sobretudo pelos escritos adornianos sobre a “indústria cultural”.

Além das numerosas questões internas à obra de Adorno que este estudo suscita, ele faz apelo ao interesse que a reflexão adorniana sobre o anti-semitismo guarda para um enfrentamento teórico – indispensável para o seu enfrentamento prático – dos profundos problemas políticos e sociais que nosso fim-de-século vive, já que estes remetem aos problemas sobre os quais Adorno se debruçou durante toda a sua vida. O nosso presente é ainda regido, fundamentalmente, por muitas das tendências históricas que determinaram o aparecimento de Auschwitz, passados 50 anos de seu desaparecimento objetivo.

Theodor W. Adorno escreveu várias obras – artigos, pesquisas, ensaios etc – sobre a questão do anti-semitismo. Dentre elas destacam-se: *The Authoritarian Personality* (1950), *Dialética do Esclarecimento* (1947), *Minima Moralia* (1951). E ainda artigos e ensaios, como: *Freudian Theory and the Pattern of the Fascist propaganda* (1951), *O que significa elaborar o passado* (1963) e *Educação após Auschwitz* (1969) Além disso, o terceiro capítulo da parte final de *Dialética Negativa* (1966), intitulado “Meditações sobre Metafísica”, contém suas reflexões mais radicais sobre a *Shoa*.⁴

⁴ As datas entre parênteses se referem à data de publicação primeira dos mesmos. Segue-se a indicação bibliográfica dos textos segundo a edição utilizada de cada um deles nesta dissertação: Adorno, T. W.; Frenkel-Brunswik, Else; Levinson, Daniel J.; Sanford, R. Nevitt, *The Authoritarian Personality*, NovaYork, Science Editions, 1964; Adorno, T. W. e Horkheimer, Max, *Dialética do Esclarecimento*, tradução de Guido de Almeida, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985; Adorno, T. W., *Minima Moralia*, tradução de Luiz Bicca, revisão da tradução de Guido de Almeida, São Paulo, Ática, 1992; Adorno, T. W., “Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda”, *Gesammelte Schriften*, Vol. 8, Frankfurt/M, Suhrkamp, 1972; Adorno, T. W., “O que significa elaborar o passado”, in: *Educação e Emancipação*, tradução de Wolfgang Leo Maar, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995; Adorno, T. W., “Educação após Auschwitz”, in: *Palavras e Sinais: Modelos Críticos 2*, tradução de Maria Helena Ruschel, Petrópolis, Vozes, 1995; Adorno, T. W., *Dialectica Negativa*, trad. esp. de José Maria Ripalda, Madrid, Taurus, 1975.

É importante observar que o pensamento de Adorno pode ser lido através de sua reflexão constante acerca daquilo que ele designava como *Auschwitz*: não apenas a realidade dos campos de extermínio nazistas, mas o próprio espírito objetivo da época do capitalismo tardio, quando se assiste à realização das tendências mais funestas daquilo que Adorno e Horkheimer haviam chamado de *Dialética do Esclarecimento*: o ancestral processo civilizatório ocidental, fundado na dominação da natureza. Assim, Adorno entende o fenômeno do anti-semitismo – vinculado, no caso, ao extermínio nazista – como realização da vertente instrumental do processo civilizatório do *Esclarecimento*. Com o anti-semitismo, paradoxalmente, assiste-se a uma recaída na natureza, desde de que, segundo Adorno e Horkheimer, “a civilização é a vitória da sociedade sobre a natureza, vitória essa que tudo transforma em pura natureza” (DE⁵, 173).

Os judeus, ainda que tenham participado “com espírito esclarecido e com cinismo” do processo do esclarecimento são, segundo Adorno e Horkheimer, suas vítimas preferenciais, por simbolizarem, para o “civilizado”, uma suposta maior proximidade com a natureza, o que atrairia a ira deste último, que enxergaria, no judeu, em razão de sua condição supostamente natural, o vestígio de uma felicidade sem mácula e sem responsabilidade:

Os que exercem um domínio crispado sobre a natureza vêem na natureza atormentada o reflexo provocante da felicidade impotente. A noção de uma felicidade sem poder é intolerável, pois só ela seria a felicidade pura e simples... [as imagens prototípicas do judeu]⁶ são o sonho denegado daqueles que a dominação mutilou e de que ela se serve para sua própria perpetuação. (DE, 161)

⁵ Abreviatura para *Dialética do Esclarecimento*, seguido de número de página da edição já citada. Para as outras abreviaturas constantes nesta dissertação, Vide *Abreviaturas Utilizadas*.

⁶ Os colchetes nas citações, doravante, indicam complementos *meus*.

O anti-semitismo trai, assim, um desejo de naturalização do social, de desumanização do homem, expresso na violência da *mimese racionalizada* que se volta contra o judeu. Segundo Adorno e Horkheimer: “A raça não é imediatamente, como querem os racistas, uma característica natural particular. Ela é antes, a redução ao natural, à pura violência, a particularidade obstinada que, no existente, é justamente o universal” (DE, 158).

Se Adorno advoga uma compreensão desse processo como tarefa necessária para a conscientização dos motivos que levaram à catástrofe histórica que se realiza com Auschwitz, ao mesmo tempo reconhece a impotência do pensamento frente à violência universalizada do anti-semitismo e do que Adorno e Horkheimer chamaram de “liquidação do pensamento” (DE, 159s). Por outro lado, se depois de Auschwitz ainda é possível falar de cultura, de progresso, de uma “humanidade humana”, não será das menores tarefas do pensamento contribuir para um vislumbre de tal possibilidade. Segundo Adorno, a filosofia pode ser entendida da perspectiva de uma redenção das particularidades oprimidas por um falso universal, e é neste sentido que se pode compreender a reflexão adorniana sobre o anti-semitismo como recuperação filosófica do *não-idêntico* (Cf, por exemplo, MM, fragmento 153).

Com efeito, a noção do *não-idêntico* como aquilo que na identificação não é subsumido vai ser retomada por Adorno ao falar dos judeus – e de qualquer outro grupo humano perseguido – como reserva de não-identidade frente ao todo social. Nesse sentido, a postulação dos judeus (e das mulheres, dos atores, dos ciganos, etc) como “homens-natureza”⁷, alvo da dominação, ávida em apagar os vestígios de um estado pré-histórico, ainda não submetido à toda a carga do processo civilizatório. Consequentemente, no anti-semitismo, o importante não é tanto a vítima, o judeu, já que ele ocupa uma posição intercambiável, mas o próprio processo pelo qual a civilização vem a voltar-se contra os homens.

⁷ A expressão é de Rodrigo Duarte, em seu *Mimesis e racionalidade: a concepção de domínio da natureza em Theodor W. Adorno*, Loyola, São Paulo, 1993, p. 75.

Assumimos, enfim, neste trabalho, a tese de que há uma continuidade de pressupostos na reflexão adorniana sobre o anti-semitismo, desde *Dialética do Esclarecimento* e *The Authoritarian Personality* (cuja concepção data dos anos 40) até *Educação após Auschwitz* e *Dialética Negativa* (anos 60) e que essa continuidade é dada com referência à concepção de uma *dialética do esclarecimento*, tal como elaborada na obra conjunta com Horkheimer, escrita nos anos quarenta. Por outro lado, a questão do anti-semitismo porta uma série de problemas filosóficos cuja elaboração plena leva às idéias centrais da *Dialética Negativa*. Dessa forma, assumimos também o caráter eminentemente filosófico (e não histórico ou sociológico) desse movimento de pensamento.⁸

Assim, o primeiro capítulo trata da questão do anti-semitismo na *Dialética do Esclarecimento*, examinado a estreita relação entre os conceitos de *não-idêntico*, *domínio da natureza*, *projeção*, *mimese* e *mentalidade de ticket*, dentre os mais importantes.

No segundo capítulo se analisa as noções centrais de *A Personalidade Autoritária*, como os conceitos de *ideologia*, *personalidade*, *escala F*, *tipos caracteriológicos*, *síndrome fascista*, *estereotipia* e *personalização*.

No terceiro capítulo se indica o desdobramento da questão do anti-semitismo nas conferências e transmissões radiofônicas proferidas por Adorno nos anos 60 e voltadas para um questionamento da elaboração – ou falta dela – do fenômeno do anti-semitismo nazista pela Alemanha do pós-guerra. Ao lado destas intervenções, se analisa a importância da noção de uma *dialética negativa*, a jogar uma luz retrospectiva sobre as etapas anteriores da reflexão adorniana sobre o anti-semitismo.

E, finalmente, na *Conclusão*, se faz uma rememoração das análises precedentes, de maneira a indicar a permanência e a transformação no que se

⁸ Cf., nessa mesma direção, o entendimento de Duarte, *op. cit.*, p. 190. A concepção filosófica de Adorno é explicitada nesta dissertação, primeiramente, através da apresentação da idéia de *Dialética do Esclarecimento* (objeto da seção 1.1) e da noção de *não idêntico* (objeto da seção 1.2), e, em seguida, das noções centrais relacionadas à problemática filosófica da *Dialética Negativa* (objeto das seções 3.2 e 3.3).

refere ao tratamento da questão do anti-semitismo por Adorno, desde o momento-chave, representado pela *Dialética do Esclarecimento*, até o final de sua obra, quando, a par das intervenções filosóficas públicas de Adorno, assiste-se à elaboração da noção de uma *dialética negativa* e do papel fundamental da expressão na atividade filosófica, lugar-tentente de uma realização emancipatória, ainda possível, do Esclarecimento.

CAPÍTULO 1 – TESES FILOSÓFICAS ACERCA DOS “ELEMENTOS DO ANTI-SEMITISMO”

1.1. A idéia de uma “Dialética do Esclarecimento”

Em *Dialética do Esclarecimento* (1947), Adorno e Horkheimer tematizam o anti-semitismo como aspecto da realização das tendências mais funestas da *Aufklärung*: o longo processo civilizatório ocidental, fundado na constituição de um senhorio irrestrito sobre a natureza e na substituição de uma mentalidade mítica por um tipo de disposição predominantemente operacional, técnica (DE, 20, 42). Embora o esclarecimento contenha, desde sua origem, uma dimensão emancipatória, voltada para a organização de uma forma de sociabilidade que transcendesse o mero imperativo da autoconservação (DE, 50s), é a vertente meramente instrumental desse processo, marcada por uma forma de racionalidade de simples ajuste de meios a fins, que acaba por adquirir uma preponderância tão mais incontestada quanto mais o pensamento vai se esquecendo de sua vinculação a fins (DE, 47s).

Com isso, segundo os autores, a consequência principal do processo de *racionalização*¹ do mundo empreendido pelo esclarecimento, terá sido, desde muito cedo, o empobrecimento das relações dos homens com a natureza – reduzidas ao aspecto da dominação pura e simples. Outro aspecto fundamental deste processo refere-se à inibição do pensamento especulativo, fenômeno intrinsecamente ligado à progressiva perda do potencial emancipatório da razão, faculdade graças a qual os homens tornam-se capazes, por princípio, de guiarem-se sem o jugo de uma autoridade estranha às próprias leis racionais que eles se

¹ Adorno e Horkheimer se inspiram na descrição weberiana do moderno processo de racionalização das esferas religiosa e econômica em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Cf. Max Weber, *op.cit.*, trad. de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. de Szmrecsányi, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967.

dão a si mesmos – em suma, de realizarem o que Kant chamou de *maioridade*² (Kant, 1974).

O esclarecimento, ao renegar a reflexão sobre si próprio e absolutizar a autoconservação, torna-se unilateral. Segundo Adorno e Horkheimer: “o que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa. Sem a menor consideração consigo mesmo o esclarecimento eliminou com seu cautério o último resto de sua própria autoconsciência” (DE, 20).

O anti-semitismo contemporâneo, nessa perspectiva, seria uma consequência do aspecto *totalitário*³ do esclarecimento, em sua consumação no quadro do capitalismo tardio. Se o fenômeno moderno do anti-semitismo remete a um processo muito mais amplo e originário, torna-se compreensível o fato de Adorno e Horkheimer abordarem a questão de maneira plural, sem reduzi-la a nenhum “causalismo”. Por outro lado, o esquecimento da dimensão conceitual da gênese empreendida por ambos leva à irritação alguns comentadores, como Martin Jay, que reclama da recusa de Adorno e Horkheimer a hierarquizar seus argumentos (Cf. Jay, 1980, 144)⁴.

Desse modo, por exemplo, é que comparece a psicanálise, tomada como um instrumento conceitual por Adorno e Horkheimer, o que lhes permite, através de categorias como *identificação* e *projeção*, conjugadas a uma epistemologia de fundo kantiano, explorar a dimensão *subjetiva* do fenômeno do anti-semitismo.

² A referência a Kant e à sua concepção de *Aufklärung* é uma marca da reflexão adorniana. Ver, por exemplo, “Progresso”, em *Palavras e sinais*, Petrópolis, Vozes, 1995 (edição brasileira de *Stichworte*). De Kant, Cf. “Resposta à questão: ‘Que é o esclarecimento?’”, in: Kant, I., *Textos Seletos*, Petrópolis, Vozes, 1974.

³ No sentido de que manifesta o seu vetor identificante, aniquilador da alteridade: “o esclarecimento é totalitário” (DE, 22); e ainda: “o esclarecimento é totalitário como qualquer outro sistema... para ele o processo está decidido de antemão” (DE, 37).

⁴ Uma apreciação do exame de Jay concernente a “Elementos do anti-semitismo” será desenvolvida adiante, na quarta seção deste primeiro capítulo.

Isso significa, para os autores, dar conta da dimensão *social* da formação das subjetividades na era do campo de concentração e do extermínio.

“Elementos do Anti-Semitismo”, a seção da *Dialética do Esclarecimento* que tematiza a questão, tem como subtítulo “Limites do Esclarecimento”. Nela há um exame do anti-semitismo nazista como desdobramento do processo de esclarecimento, o qual tem suas origens confundidas com as origens da própria civilização ocidental. Processo fundado num rígido controle da natureza – tanto natureza externa como natureza interna – e num progressivo domínio da componente instrumental sobre a componente emancipatória da racionalidade⁵. Segundo Adorno e Horkheimer, a dominação cega da natureza culmina no anti-semitismo, na medida em que consuma a liquidação daquilo que poderia transcender o ciclo natural, do potencial subjetivo para a autonomia :

Toda tentativa de romper as imposições da natureza rompendo a natureza, resulta numa submissão ainda mais profunda às imposições da natureza. Tal foi o rumo tomado pela civilização européia. A abstração, que é o instrumento do esclarecimento, comporta-se com seus objetos do mesmo modo que o destino, cujo conceito é por ele eliminado, ou seja, ela se comporta como um processo de liquidação (DE, 27).

Importa, portanto, compreendermos a noção de uma “dialética do esclarecimento” atuante na origem do fenômeno do anti-semitismo moderno. Na gênese do processo histórico-filosófico da “dialética do esclarecimento”, Adorno e Horkheimer analisam o *mito* e sua relação com o *esclarecimento*. Ambos, ao invés de representarem princípios absolutamente heterogêneos, mostram-se como imbricados. A racionalidade contida no esclarecimento realiza aquilo que o mito já se propunha realizar: o apaziguamento do medo frente às potências da

⁵ As duas faces do Esclarecimento são correlatas à dupla concepção de razão: como *Verstand* (entendimento) e como *Vernunft* (razão), à maneira do idealismo. A primeira sendo responsável pela estruturação do mundo fenomênico, e a segunda indo além dos fenômenos, relacionando-se ao domínio da finalidade suprasensível da ação, quando o homem pode vir a ser verdadeiramente um ser de liberdade. Cf., para a fonte dessa distinção, por exemplo, Kant, I., *Crítica da Razão Pura*, B 356- 359.

natureza. Ao fazê-lo, o esclarecimento transforma-se em mito, o que se dá através de seu aspecto de conjuração do não-idêntico pelo sempre-igual – no caso do mito, pela fórmula mágica no ritual, e, no do esclarecimento, pela equação científica e pelo conceito, vistos como mero sucedâneos das práticas primitivas, e, como elas, baseados no *princípio da imanência* (DE, 26). O mito já continha em si o princípio do esclarecimento, em seu aspecto racional, organizador. Por outro lado, o esclarecimento converte-se em mito, como tentativa, sempre repetida, de conjuração da não-identidade:

A própria mitologia desfecha o processo sem fim do esclarecimento... Todo conteúdo ele o recebe dos mitos, para destruí-los, e ao julgá-los, ele cai na órbita do mito... quanto mais se desvanece a ilusão mágica, tanto mais a repetição, sob o título de submissão à lei, prende o homem naquele ciclo que, objetualizado sob a forma de lei natural, parecia garanti-lo como um sujeito livre. O princípio da imanência, a explicação de todo acontecimento como repetição, que o esclarecimento defende contra a imaginação mítica, é o princípio do próprio mito (DE, 26).

Assim, as características mais importantes da modernidade são examinadas, desde sua origem, como processo de entrelaçamento entre *mito* e *esclarecimento*: “no sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores... sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (DE, 19). Esse processo, no entanto não se mostra linear, mas, antes, um complexo jogo entre autonomização da natureza e do medo e, *simultaneamente*, enredamento na superstição e no fatalismo⁶.

⁶ O aspecto supersticioso e fatalista da consciência moderna é longamente analisado por Adorno tanto em “Elementos do anti-semitismo” quanto no excuro sobre a indústria cultural. A respeito de sua relação com o anti-semitismo, vide a terceira seção do primeiro capítulo desta dissertação, bem como o capítulo segundo, sobre *A Personalidade Autoritária*.

Nesse sentido, a noção de *desencantamento do mundo*, tomada por Adorno e Horkheimer de Max Weber⁷ – onde se aplicava às religiões – é compreendida como princípio da civilização ocidental (cf. Duarte, 1993, 59), significando o processo de destruição violenta dos mitos pelo programa racionalizador do esclarecimento. Na verdade, essa concepção racionalizadora já se encontrava no próprio mito, na medida em que pretendia estabelecer um certo controle sobre o meio natural. No entanto, o esclarecimento, manifesto na técnica corporificada na ciência, distingue-se do mito ao operar por “fungibilidade universal”, ao invés da “substitutividade específica” da magia – processo em que fica claro o progresso de um princípio identificador fundado no predomínio do pólo do sujeito⁸ (e numa denegação do não-idêntico): “as múltiplas afinidades entre os entes são recalcadas pela única relação entre o sujeito doador de sentido e o objeto sem sentido” (DE, 25). Esta distinção se fortalece pela constatação de que a ciência empreende um distanciamento entre sujeito e objeto, ao contrário da magia, fundada na mimese, na assimilação à natureza circundante (DE, 25).

Ressalta assim que, com Adorno e Horkheimer, o fenômeno do anti-semitismo registrado, no caso nazista, com o confinamento dos judeus, a “lei da defesa do sangue e da honra” e a “solução final”, recebe um tratamento de *problema filosófico*⁹. Não lhe interessam tanto explicações totalizantes, análises sociológicas ou observações sobre a psicologia do carrasco nazista: apesar de tais considerações não lhe serem estranhas, e de ele chamar a atenção para elas em

⁷ Cf. Max Weber, *op. cit.*, onde se lê: “*Entzauberung der Welt*. Sobre este processo, vejam-se os outros ensaios em meu *Wirtschaftsethik der Weltreligionen*. Já a posição peculiar da velha ética hebraica em comparação com as éticas, a ela inteiramente relacionadas, do Egito e da Babilônia, e seu desenvolvimento depois da época dos profetas repousou, como se verá nos ensaios acima citados, inteiramente neste fato fundamental: a rejeição da magia sacramental como via de salvação” (p. 167).

⁸ A concepção adorniana de uma relação de conhecimento em que o sujeito se abraça para uma cognição não-repressiva do objeto – de um “predomínio do objeto”, teria grande importância em *Dialética Negativa*. Cf. também “Sujeito-objeto”, em *Palavras e Sinais (Stichworte)*, pp. 181-201.

⁹ Idéia central desta dissertação (cf. nota 8 da *Introdução*). Com efeito, são os próprios autores da *Dialética do Esclarecimento* a afirmarem: “esboçamos uma pré-história filosófica do anti-semitismo” (DE, 16).

vários pontos de sua obra. Ocorre, contudo, que Adorno tende a pensar que não seria possível organizar esse tipo de considerações num sistema explicativo, à maneira da sociologia, por exemplo. Além do mais, tal coisa não seria desejável: seria, para Adorno, um ato de barbárie *explicar* a barbárie, seria neutralizar o que é horrível em si mesmo e assimilar o que não pode ser assimilado, privando-o de seu aspecto singular, irreduzível ao consolo da explicação causal: “depois de Auschwitz, a sensibilidade não pode menos do que ver em toda afirmação da positividade da existência um charlatanismo, uma injustiça para com as vítimas, e tem que rebelar-se contra a extração de sentido, por abstrato que seja, daquele trágico destino” (ND, 361).

Adorno não nega causalidades econômicas, religiosas ou psicológicas atuando na formação do anti-semitismo. A questão é mais complexa, segundo o autor. Trata-se, não à maneira da sociologia, da psicologia ou da história econômica, de descrever a gênese, por assim dizer, *empírica* do fenômeno. Importa-lhe como filósofo investigar a sua gênese *filosófica*¹⁰, isto é, traçar as linhas de força que permitem apreendê-lo em sua *racionalidade* – Adorno procura descrever a gênese racional da irracionalidade social tornada extermínio de uma certa classe de seres humanos (no caso, os judeus). É uma reflexão no sentido contrário à *liquidação do sujeito*, denunciada por Adorno e Horkheimer como resultado da dinâmica repressiva do esclarecimento. Como escreve Adorno, num parágrafo intitulado “para uma moralidade do pensamento”:

O conhecimento só é capaz de proporcionar um alargamento se ele adere ao indivíduo com uma tal insistência que seu isolamento se desfaz. Decerto isso pressupõe também uma relação com o universal, mas não de subsunção, porém uma que seja quase o contrário

¹⁰ Adorno e Horkheimer, ao pretenderem uma “pré-história filosófica do anti-semitismo”, na certa tinham em mente a distinção de Hegel entre gênese conceitual e gênese histórica, tal como é explicitada em *Princípios Fundamentais da Filosofia do Direito*, onde se pode ler, no seu terceiro parágrafo (Introdução): “o desenvolvimento fundado sobre causas históricas não se confunde com o desenvolvimento fundado sobre o movimento do conceito... [mostrar] o que pode ocorrer verdadeiramente tão só pelo conceito é algo inteiramente diferente do que apresentar o que há de histórico no seu surgir.”

desta. A mediação dialética não é o recurso a algo mais abstrato, e sim o processo de dissolução do concreto em si mesmo (MM, 63).

Para compreender a reflexão de Adorno sobre o anti-semitismo, uma vez esboçados os traços mais gerais da noção de “dialética do esclarecimento”, é necessário voltarmos-nos para a questão do não-idêntico em seu pensamento, noção que, como veremos, é uma importante chave interpretativa, através da qual ele apreende o fenômeno em sua densidade filosófica, vale dizer, em sua concretude.

1.2. A questão do não-idêntico

Pode-se indicar como a questão do anti-semitismo vem a interessar Adorno a partir de sua preocupação filosófica com o problema do *não-idêntico*, uma das “chaves” da *Dialética do Esclarecimento*¹¹ Segundo Adorno, também o melhor da tradição filosófica – representada, por exemplo, por Hegel – sucumbe à tendência do esclarecimento no sentido de apagar as diferenças, representadas pelo não-idêntico, no plano do conceito. Na abstração do conceito reside o parentesco com a dominação, que faz surgir, entre outras coisas, o fascismo como sistema do horror. Adorno adverte para a concepção *esclarecida* presente no pensamento de Hegel:

Se a filosofia da história de Hegel tivesse incluído nossa época, as bombas-robô de Hitler teriam encontrado nela um lugar... entre os fatos empíricos selecionados nos quais se exprime imediata e simbolicamente o estado atingido pelo espírito do mundo... “Eu vi o espírito do mundo”, não a cavalo, mas sobre asas e sem cabeça, e isto é ao mesmo tempo uma refutação da filosofia da história de Hegel (MM, 47).

Nisso, solapando as diferenças, perde-se uma dimensão importante daquilo que poderia ser crucial para a formação de um estado de coisas outro que o existente. Perde-se aquilo que não se deixa fixar no plano do conceito, a dimensão histórica da subjetividade, que poderia fazer surgir uma humanidade liberta da dominação – aqui o tema, central em Adorno, da *reconciliação*¹²:

¹¹ A questão do não-idêntico, como se sabe, é amplamente desenvolvida por Adorno em uma de suas últimas obras, *Dialética Negativa*. A esse respeito, examinamos, na seção 3.2. desta dissertação, a relação entre a reflexão de Adorno acerca de Auschwitz e a questão do não-idêntico, tal como é desenvolvida naquela obra.

¹² A questão da *reconciliação* desempenha um papel importante no pensamento adorniano acerca do anti-semitismo, razão pela qual a abordamos mais detidamente na seção 3.3 desta dissertação.

Com o abandono do pensamento – que, em sua figura coisificada como matemática, máquina, organização, se vinga dos homens dele esquecidos – o esclarecimento abdicou de sua própria realização. Ao disciplinar tudo que é único e individual, ele permitiu que o todo não-compreendido se voltasse, enquanto dominação das coisas, contra o ser e a consciência dos homens (DE, 51).

Adorno preocupava-se com esses problemas desde o início de sua carreira filosófica, como atesta seu discurso inaugural como professor em Frankfurt, de 1932, *A atualidade da Filosofia*¹³, fortemente influenciado pela obra de Walter Benjamin, *Origem do Drama Barroco Alemão*. Nele, Adorno discute e critica a pertinência filosófica, na época contemporânea, de posições ontológicas (Heidegger) ou ingenuamente anti-metafísicas (Círculo de Viena). Afirma a tarefa da filosofia como interpretação¹⁴ – nesse sentido reafirmando-a como juízo – e, com Benjamin, pergunta-se pela recuperação do não-idêntico:

A respeito da manipulação do material conceptual pela filosofia, eu propositadamente falo de arranjos de ensaio e agrupamentos, de construção e de constelação. As imagens históricas... não são dadas de antemão... Ao invés, elas devem ser produzidas por seres humanos... Elas são modelos através dos quais a *ratio*, examinando e testando, aborda uma realidade que se recusa a submeter a leis... uma fantasia exata (Adorno, 1977, 131).

Além disso, suas obras de maturidade, *Dialética Negativa* e *Teoria Estética*, tematizam amplamente a questão do não-idêntico, numa perspectiva da reconciliação possível do homem com a natureza e da humanidade com seus potenciais de espontaneidade e emancipação. O pensamento que quer fazer justiça à idéia de uma humanidade humana tem de se ver com este ponto emblemático da consumação do esclarecimento, representado pelo extermínio dos judeus pela máquina de destruição do estado fascista. Em *Dialética Negativa*, numa alusão à afinidade do *princípio da identidade* com a dominação, Adorno irá

¹³ “The Actuality of Philosophy”, *Telos* 31 (1977): 120-133.

¹⁴ Para o papel da idéia de *interpretação* na filosofia adorniana. cf. p. 30, *infra*.

afirmar: “Auschwitz confirma a teoria filosófica que equipara a pura identidade com a morte” (ND, 362).

A autoconservação selvagem volta-se contra si própria. No processo civilizatório, comandado por um tipo de racionalidade instrumental, a destruição do não-idêntico tem um lugar preponderante. Nesse estado de coisas, a filosofia, imperativamente, deve se voltar para o não-idêntico, sob pena de falsidade. Assim, escreve Adorno: “de não medir-se com o mais extremo, com o que escapa ao conceito, [a filosofia] se converte, por antecipação, em algo do mesmo calibre que a música de acompanhamento com que as SS gostavam de cobrir os gritos de suas vítimas” (ND, 365).

Os comentadores têm apontado a importância da noção de *não-identidade* na filosofia de Adorno, bem como a sua centralidade para a análise adorniana da questão do anti-semitismo (Duarte, 1993, 83; Jay, 1980, 149). Recuperemos agora alguns pontos importantes a respeito. A noção de não-idêntico está presente na *Dialética do Esclarecimento* e é explicitada em *Dialética Negativa*. Ela é fortemente referida à concepção adorniana de *natureza*. Duarte, ao rastrear a noção de *natureza* em Adorno, mostra que, na *Dialética do Esclarecimento*, ela é referida meramente como um “algo” que se contrapõe ao Eu, como “uma instância que deve ser superada, para que o Eu possa vir a se constituir enquanto unidade” (1993, 66). Embora tal concepção de natureza seja falha em determinar o que seria a natureza *enquanto* natureza, ela é uma ponte para a noção de não-idêntico.

Referido à noção de natureza, o não-idêntico estaria do lado “do individual, do particular e do não-conceitual” (idem, 67). O não-idêntico, *no conceito*, liga-se àquilo que motiva a própria existência do conceito: “buscar na natureza meios de vida para os humanos” (idem, 67). O não-idêntico, *na coisa*, por outro lado, liga-se àquilo que resiste à identificação do ato cognitivo e do processo econômico – aqui, a concepção adorniana do não-idêntico como um *plus*, a qual, segundo Adorno, teria um parentesco com a coisa-em-si kantiana:

O que é é mais do que é. Esse mais não lhe é atribuído, mas lhe permanece – enquanto aquilo que lhe é recalcado – imanente. Desse modo, o não-idêntico seria a identidade da coisa mesma contra suas identificações (ND, 164).

A noção do não-idêntico como aquilo que na identificação não é subsumido vai ser retomada por Adorno ao falar dos judeus – e de qualquer outro grupo humano perseguido – como reserva de não-identidade frente ao todo social avassalador. Nesse sentido, é um ato identitário a postulação dos judeus (e das mulheres, dos atores, dos ciganos, etc) como “homens-natureza”, alvo da dominação, ávida em apagar os vestígios de um estado pré-histórico, ainda não submetido à repressão do processo civilizatório. Conseqüentemente, no anti-semitismo, o importante não é tanto a vítima, o judeu, já que ela ocupa uma posição intercambiável, mas o próprio processo pelo qual a civilização vem a voltar-se contra os homens. O que remete tanto à sua já longeva história quanto à perspectiva de sua superação: “o fato de que o anti-semitismo só ocorre, tendencialmente, como uma posição no *ticket* intercambiável, justifica sem sombra de dúvida a esperança de que ele venha a desaparecer” (DE, 193).

Cabe recuperar, aqui, a concepção adorniana de um “princípio da identidade”, presente na “dialética do esclarecimento” e intimamente relacionado com o processo da troca mercantil, com o “princípio do equivalente” (DE, 35).

Ao refazer a gênese da “dialética do esclarecimento”, Adorno e Horkheimer traçam um diagnóstico da situação histórica do capitalismo tardio – marcado pelo totalitarismo e racismo, no plano político, e pela indústria cultural e a “semicultura”, no plano sócio-cultural – ao mesmo tempo em que ressaltam sua ancestralidade, como conseqüência de tendências arraigadas da civilização ocidental. Dentre essas tendências, Adorno e Horkheimer ressaltam o *princípio da identidade*, fundamento da racionalidade ocidental que, no plano gnosiológico, rege a lógica desde Aristóteles e, no plano da cultura e da relação homem/natureza, rege um tipo de comportamento baseado na dominação e na

redução de toda particularidade ao universal abstrato da identidade. Segundo os autores: “de antemão, o esclarecimento só reconhece como ser e acontecer o que se deixa captar pela unidade. Seu ideal é o sistema, do qual se pode deduzir toda e cada coisa... a multiplicidade das figuras se reduz à posição e à ordem, a história ao fato, as coisas à matéria” (DE, 22).

Assim, no plano econômico, o “princípio do equivalente” rege a relação do homem com a exterioridade, transformada em mercadoria, a qual cabe pura e simplesmente a fungibilidade universal, ou seja, a possibilidade de troca, de substituição universal das coisas umas pelas outras, em função da abstração do valor: “as mesmas equações dominam a justiça burguesa e a troca mercantil... A sociedade burguesa está dominada pelo equivalente. Ela torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstratas. Para o esclarecimento, aquilo que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão...” (DE, 22s). O princípio da identidade, portanto, teria um parentesco íntimo com o princípio da troca (DE, 35).

O “princípio da identidade”, no plano gnosiológico, rege uma atitude de conhecimento designada como *positivismo*: a tendência a não pôr em questão o imediatamente dado, considerando-o como o real. Para caracterizar este tipo de mentalidade, Adorno retoma uma fórmula usada por Nietzsche: *amor fati*¹⁵. Adorno e Horkheimer chamam a atenção para o parentesco entre lógica e dominação da natureza e, assim, para a capitulação do pensamento frente à positividade:

A lógica formal era a grande escola da unificação. Ela oferecia aos esclarecedores o esquema da calculabilidade do mundo (DE, 22).

O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado (DE, 38).

¹⁵ Sobre a crítica adorniana ao *amor fati* nietzscheano, cf. *Minima Moralia*, fragmento 61.

No que concerne à relação homem/natureza, o “princípio da identidade” manifesta-se na tendência à dominação estrita da natureza, à sujeição de sua alteridade aos desígnios da *autoconservação* humana. Com efeito, no anti-semitismo, “a natureza enquanto autoconservação é atizada pelo processo que prometia exorcizá-la...” (DE, 42).

Contra o processo de liquidação da natureza e do próprio sujeito, conseqüências da operação de um “princípio da identidade” na civilização ocidental, é necessário contrapor a idéia de uma *dialética negativa*, capaz de recuperar o não-idêntico, atentando para a salvação do particular ameaçado. Há traços dessa concepção já na *Dialética do Esclarecimento*, onde Adorno e Horkheimer escrevem:

O pensamento, na verdade, é um elemento negativo. A esperança de uma melhoria das condições, na medida em que não é uma mera ilusão, funda-se menos na asseveração de que elas seriam as condições garantidas, estáveis e definitivas, do que precisamente na falta de respeito por tudo aquilo que está solidamente fundado no sofrimento geral (DE, 209).

Essa defesa daquilo que se perde sob o conceito é tematizada por Adorno em *Dialética Negativa*. Sendo todo conceito intrinsecamente relatado ao não-conceitual (ND, 20ss.), é preciso recuperar seu momento expressivo. É na capacidade ao mesmo tempo identificante e expressiva da linguagem que reside a possibilidade de uma *superação conceitual do conceito*¹⁶. Segundo Rosen¹⁷, “embora os conceitos originem a dominação da natureza, Adorno não os restringe à sua função instrumental. A capacidade da linguagem, de estender-se a si própria, além da função assinalada a ela numa sociedade dominada pela troca é

¹⁶ Expressão cunhada por Adorno em *Dialética Negativa*: “À filosofia é imprescindível – por discutível que isso seja – que o conceito possa superar o conceito, o instrumento que é seu limite” (ND, 18).

¹⁷ Rosen, Michael. *Hegel's dialectic and its criticism*. Cambridge. Cambridge University Press. 1982.

essencial para a (qualificada) defesa adorniana da filosofia. A linguagem pode ser voltada contra a dominação” (p. 158).

No próprio conceito há uma tensão entre seu pólo identificante, ordenador, e seu poder expressivo. Adorno considera o primeiro pólo como um “arcaísmo”, o qual deve ser colocado em movimento pela dialética negativa:

O conceito possui uma exigência imanente de invariabilidade, que é a que cria ordem frente à fluidez de seu conteúdo... Na dialética, o pensamento protesta contra os arcaísmos de sua forma conceptual... O pensamento identificante objetiva através da identidade lógica do conceito. A dialética, enquanto subjetiva, eleva-se ao pensamento de tal modo que a forma do pensamento não mais transforma seus objetos em invariantes, sempre idênticos a si mesmos (ND, 157).

A idéia-chave da dialética negativa é *interpretação*. Segundo Rosen, a noção de interpretação aqui presente é tal que: “a interpretação deve ser *cognitiva* e dar uma representação adequada de seu material, de uma maneira que o julgamento identificante, subsumidor, não pode fazer” (p.166). A teoria, através da linguagem, retém um poder de transcendência de tudo que existe. Assim, a tarefa do pensamento conceitual é a da crítica, que pode remediar aquela separação, que ele próprio introduz, entre o pensamento e o que deve ser pensado (idem, p. 172). Deve-se ressaltar que, para Adorno, a atividade filosófica é de natureza conceitual (ND, 20, 27, *passim*). É o conceito que pode desembaraçar a tensão entre o momento mimético, expressivo do conhecimento e seu momento identificador:

Secretamente, o telos da identificação é a não-identidade, que deve ser salva naquela. O erro do pensamento tradicional está em tomar a identidade como seu objetivo. O poder que explode a ilusão da identidade é o do próprio pensamento... o conhecimento do não-idêntico é também dialética naquilo que ela própria identifica, mais e de outro modo que o pensamento da identidade. Ela quer dizer o que algo é, enquanto o pensamento identificador diz o que cai sob si (ND, 152, grifo meu).

A linguagem tem o poder de rememorar a distância entre o conceitual e o não-idêntico, acenando para o *telos* da reconciliação, não factível neste mundo, mas que não pode ser abandonado pela filosofia:

O fato de que a linguagem forma parte integrante da verdade não justifica a identidade de ambas. O poder da linguagem prova-se na separação reflexiva entre expressão e coisa. Somente a consciência de que a expressão e o expresso são não-idênticos converte a linguagem em instância da verdade (ND, 115).

1.3. A questão do anti-semitismo na *Dialética do Esclarecimento*

Para uma avaliação da análise de Adorno e Horkheimer a respeito do anti-semitismo na *Dialética do Esclarecimento* é necessário investigarmos aqueles “elementos do anti-semitismo”¹⁸ apontados pelos autores em forma de teses. Primeiramente, faremos referência à concepção do anti-semitismo como fenômeno típico da fase mais avançada do esclarecimento, compreendido em termos de mecanismos antropológicos fundamentais: a *mimese racionalizada* (tese V) e a *projeção pática* (tese VI)¹⁹.

Adorno e Horkheimer descrevem a gênese da “mimese racionalizada” como resultado de um processo que se confunde com o esclarecimento, no qual distinguem três fases: a primeira correspondente à mimese originária, o puro adaptar-se do organismo a outro organismo; a segunda sendo correspondente a uma manipulação organizada dessa mimese pelo rito mágico e, por último, teríamos a mimese substituída pelo trabalho, como práxis racional (DE, 168s). A

¹⁸ Nome do capítulo da *Dialética do Esclarecimento* que trata da questão do anti-semitismo. Adorno e Horkheimer informam, no “Prefácio”, que Leo Lowenthal participou da elaboração das três primeiras teses do mesmo (DE, 16). Para maiores indicações sobre a redação de “Elementos do Anti-semitismo”, ver: Jay, Martin, *La imaginacion dialéctica, Historia de la Escuela de Frankfurt y el Instituto de Investigación Social (1923-1950)*, trad. esp. de Juan Carlos Curutchet, Madrid, Taurus, 1974, pp. 410-50, e Wiggerhaus, Rolf, *L'École de Francfort, Histoire, Développement, Signification*, Paris, PUF, 1993, pp. 290-330.

¹⁹ Neste ponto, o pensamento psicanalítico tem um papel importante na reflexão. Em “Elementos do Anti-Semitismo”, Adorno e Horkheimer retomam os conceitos freudianos de *identificação* e *projeção*. Em Freud, são conceitos-chave de sua metapsicologia, importantes para explicar a gênese do aparelho psíquico e o mecanismo das neuroses e psicoses. Sendo a *identificação* a tendência a incorporar elementos exteriores à psique como parte dela própria, e a *projeção* a tendência a perceber elementos da própria psique como externos e estranhos a ela. Tais tendências desempenham um papel capital na formação do aparelho psíquico, pois, através do jogo entre esses dois mecanismos, se faz a separação eu/mundo, e é possível o conhecimento da realidade. Cf., em Freud, sobre a projeção: *Novos Comentários sobre as neuropsicoses de defesa*, Edição Standard Brasileira, vol. III, pp. 187-211; *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia*, Ed. Stand. Bras. Vol. XII, pp. 23-108; e *O Inconsciente*, Ed. Stand. Bras., Vol. XIV, pp. 191-245. Sobre a identificação em Freud: *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, Conferência XXXI, Ed. Stand. Bras., vol. XXII, pp. 75-102 e *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, cap. VII, Ed. Stand. Bras., vol. XVIII, pp. 133-9.

mímese racionalizada do anti-semita seria uma recuperação *regressiva* daquela mímese incontrolada, que havia sido proscrita pela civilização. No caso do anti-semita, este seria um “civilizado”, ou seja, alguém que aprendeu a reprimir seus *impulsos miméticos* – que se manifestam em toda diversão e todo comportamento que envolva uma assimilação física da natureza, como tocar, aconchegar-se, cheirar, coçar-se (DE, 169-70). Segundo Adorno e Horkheimer:

O rigor com que os dominadores impediram no curso dos séculos a seus próprios descendentes, bem como às massas dominadas, a recaída em modo de vidas miméticos – começando pela proibição de imagens na religião, passando pela proscricção social dos ciganos e atores... – é a própria condição da civilização... Toda diversão e todo abandono tem algo de mimetismo. Foi se enrijecendo contra isto que o ego se forjou (DE, 169).

O anti-semita perceberia no judeu e seu comportamento aquela natureza originária que deve ser domada, a mímese incontrolada da natureza, que deve ser substituída pela práxis racional, pela dominação organizada da natureza. O anti-semita sente repulsa pelos traços miméticos que encontra no judeu, o que provoca nele a fúria homicida, o desejo de proscreever, de limpar aqueles resíduos de uma natureza não-domesticada. E, nesse processo, o anti-semita, ao mesmo tempo, gratificaria substitutivamente seus próprios impulsos miméticos reprimidos. Isso se dá através da imitação do judeu, numa *mímese da mímese*:

Todos os pretextos combinados pelo chefe e seus seguidores servem para ceder à sedução mimética sem violar abertamente o princípio de realidade – por assim dizer, com todas as honras. Eles não suportam o judeu e imitam-no continuamente... O que se considera judeu, aliás, são sempre cifras miméticas: o gesto da mão cantante com que descreve, independentemente do sentido do juízo proferido, uma imagem animada das coisas e dos sentimentos; o nariz, *principium individuationis* fisionômico... (DE, 171).

Pode-se perceber, aqui, a predominância da consideração da relação do homem com a natureza, constituindo-se enquanto ser de cultura, processo em que

o afastamento da condição natural ocupa o lugar-chave. Nesse processo, o anti-semitismo seria o processo *social*, em sua essência, de redução ao natural daquela particularidade estigmatizada pela sua suposta proximidade maior com a natureza. Nesse sentido, o anti-semitismo aparece como a consumação do esclarecimento: “a civilização é a vitória da sociedade sobre a natureza, vitória essa que transforma tudo em pura natureza” (DE, 173).

Adorno e Horkheimer consideram o comportamento mimético como um comportamento expressivo, através do qual o sujeito visa unir-se ao objeto. A realização propriamente dita desse ideal, porém, apenas se dá na obra de arte (DE, 170). Dentre os comportamentos miméticos envolvidos nos atos dos sentidos, o de cheirar seria o mais expressivo, justamente pelo fato de que, no cheirar, o sujeito se deixa absorver mais completamente pelo objeto (DE, 171). O que é mobilizado no esquema da reação anti-semita é o que os autores chamam de *idiosincrasia generalizada*, ou seja, a repugnância compulsiva pelo resíduo de natureza não-domada pelo processo civilizacional, o que dá vez à redução da particularidade mal-vista ao natural: no caso dos judeus, sua redução à pura raça (DE, 168, 171):

A idiosincrasia, porém, apega-se ao particular. O que se considera como natural é o universal, o que se encaixa no contexto funcional da sociedade. Mas a natureza que não se purificou nos canais da ordem conceitual... tudo que não se ajustou inteiramente ou que fira os interditos em que se sedimentou o progresso secular tem um efeito irritante e provoca uma repugnância compulsiva (DE, 168).

A idiosincrasia do anti-semita volta-se contra o que, no judeu, reproduz os momentos da proto-história biológica da espécie: tudo aquilo que lembra aquelas reações automáticas do organismo ao assimilar-se à natureza, as reações miméticas de proteção contra o perigo, pelo susto, pela imobilização, ou seja, o *mimetismo* como “esquema arcaico da autoconservação”, em que “a vida paga o tributo de sua sobrevivência, assimilando-se ao que é morto” (DE, 168). Uma

superação dessa atitude anti-semítica, lembram os autores, seria a conscientização de nossa ligação à natureza, a rememoração de nossa origem biológica:

Superando a doença do espírito, que grassa no terreno da auto-afirmação imune à reflexão, a humanidade deixaria de ser a contra-raça universal para se tornar a espécie que, embora natureza, é mais do que simples natureza, na medida em que se apercebe de sua própria imagem (DE, 186).

Adorno e Horkheimer concebem a mimese como um *componente antropológico*, o que fica patente na medida em que traçam a gênese do ego idêntico a si mesmo a partir do enrijecimento contra à assimilação à natureza: “é a partir de sua constituição que se realiza a passagem da mimese refletora para a reflexão controlada” (DE, 169). Por outro lado, compreendido o esclarecimento em sua imbricação com o mito, a própria cognição operada pelo conceito e pela ciência é concebida como uma espécie de mimese, na medida em que se funda na produção da identidade a partir da repetição (como na magia): “a fórmula matemática... é a mais sublime modalidade de mimetismo. A técnica efetua a adaptação ao inanimado a serviço da autoconservação” (DE, 169). A identidade produzida pela ciência é o *terror*²⁰, em que o diverso é compreendido como idêntico e posto sob a finalidade da dominação. Esse movimento reproduz o movimento da própria sociedade como um todo, o qual se manifesta, igualmente, no anti-semitismo:

A sociedade é um prolongamento da natureza ameaçadora enquanto *compulsão duradoura e organizada* que, reproduzindo-se no indivíduo como uma autoconservação conseqüente,

²⁰ Adorno e Horkheimer compreendem a ligação entre esclarecimento e terror no sentido de que o esclarecimento acaba por se converter em totalidade identificante, ao repetir compulsivamente o gesto de erradicação da alteridade. Dentre as várias passagens, pode-se ler: “o pânico meridiano com que os homens de repente se deram conta da natureza como totalidade encontrou sua correspondência no pânico que hoje está pronto a irromper a qualquer instante: os homens aguardam que este mundo sem saída seja incendiado por uma totalidade que eles próprios constituem e sobre a qual nada podem” (DE, 40s). E, de forma enfática: “a constelação, porém, na qual a identidade se produz... continua a ser a constelação do terror” (DE, 169).

repercute sobre a natureza enquanto *dominação social da natureza*. (DE, 169, grifos meus).

Adorno e Horkheimer, nesse sentido, caracterizam o aparato nazista das fórmulas, dos rituais, dos uniformes, do rufar dos tambores, da simbologia fascista como, na verdade, uma *mimese organizada*, isto é, a forma pela qual o sistema do terror propicia ao anti-semita dar vazão ao seu impulso mimético recalcado. A *mimese organizada* é uma *mimese da mimese*, uma organização racional da *mimese* incontrolada. O mecanismo da *mimese anti-semita* é tal que a adesão ao impulso mimético é feita sob a direção de uma rígida *racionalização*:

Ao civilizado só se permite o abandono a semelhante prazer quando o interdito é suspenso por uma racionalização a serviço de fins real ou aparentemente práticos. Só é lícito entregar-se a esse instinto condenado quando está fora de dúvida que o objetivo é destruí-lo, como é o caso do gracejo ou da facécia, a mísera paródia da satisfação (DE, 172).

Dessa forma, o anti-semita pode imitar o judeu que odeia sem se sentir próximo a ele: “quem fareja cheiros para eliminá-los, ‘maus cheiros’, pode imitar à vontade o fungar que encontra no cheiro um prazer não-racionalizado” (DE, 172). O *esquema da reação anti-semita* é a “liberação autoritária do proibido”, a satisfação do impulso mimético através de uma identificação não com o objeto imitado, mas com a instância repressora (DE, 172).

Segundo Adorno e Horkheimer, “esse mecanismo precisa dos judeus”. Por que os judeus se prestam a essa função? A resposta, para os autores, está na posição ambígua que os judeus têm ocupado na história: ao mesmo tempo como vanguarda do processo do esclarecimento, por exemplo na religião, onde realizaram a destituição da magia no ritual – se dá o mesmo na economia, onde foram pioneiros no avanço de formas mercantis – e, por outro lado, como comunidade usada pela dominação como vítima expiatória do processo civilizatório, que a estigmatiza como ‘pouco civilizada’. Nesse sentido, a situação

real dos judeus importa muito menos do que a disposição dos civilizados em baní-los da humanidade: “pouco importa se os judeus realmente ainda tenham como indivíduos esse traços miméticos que provocam uma infecção maligna ou se esses traços lhe são apenas imputados” (DE, 173). A acusação que cai sobre o judeu é um pretexto, na verdade, para o ressurgimento, entre os civilizados, do desejo da *prática mimética do sacrifício*. Quando esse estádio é alcançado, o horror racionalizado se abate sobre os judeus, culminando numa verdadeira *alienação da civilização e seu retorno à simples natureza* (DE, 173).

O esquema do anti-semitismo, assim revelado, vai pôr-se como o negativo da autêntica realização do esclarecimento, um tópico sempre considerado por Adorno e Horkheimer²¹ – o que, muitas vezes, seus críticos não puderam enxergar. A vitória do esclarecimento sobre a barbárie seria realizar justamente aquilo que os judeus souberam realizar na esfera da religião: não um banimento da natureza, mas sua superação, negando-a e conservando-a, ao mesmo tempo (DE, 174).

Passemos à consideração da outra face do processo antropológico que forma o esquema do anti-semitismo como destruição da particularidade. Trata-se do mecanismo da *falsa projeção* ou *projeção pática*, descrito na sexta tese de “Elementos do Anti-semitismo”. Com efeito, Adorno e Horkheimer utilizam-se largamente do conceito de falsa projeção para falar do anti-semitismo na *Dialética do Esclarecimento*:

O anti-semitismo baseia-se numa falsa projeção... Só a mimese se torna semelhante ao mundo ambiente, a falsa projeção torna o mundo ambiente semelhante a ela... No fascismo, esse comportamento é adotado pela política, o objeto da doença é determinado

²¹ Cf. por exemplo: “enquanto a história real se teceu a partir de um sofrimento real, que de modo algum diminui proporcionalmente ao crescimento dos meios para sua eliminação, a concretização dessa perspectiva depende do conceito” (DE, 50); e ainda: “com o abandono do pensamento... o esclarecimento abdicou de sua própria realização...” (DE, 51). Uma realização que permanece possível na medida em que o pensamento arranca-se ao dado e o nega, furtando-se à dominação e apontando para o *telos* da reconciliação, que abrangeria “o progresso social, o aumento de suas forças materiais e espirituais” (DE, 60).

realisticamente, o sistema alucinatorio torna-se a norma racional do mundo (DE, 174).

Adorno e Horkheimer descrevem o mecanismo da falsa projeção do anti-semita: “os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe pertencem, são atribuídos ao objeto: a vítima em potencial” (DE, 174). O que explicaria o fato de que, para o anti-semita, as vítimas são intercambiáveis, já que o anti-semitismo tem pouco a ver com o judeu e muito a ver com o anti-semita, aparentado, pelos autores, ao paranóico, como na seguinte passagem: “para o paranóico usual, sua escolha não é livre, mas obedece às leis de sua doença” (DE, 174).

É importante notar como os autores articulam a explicação da subjetividade do anti-semita pelo mecanismo da falsa projeção ao processo do esclarecimento. Assim, embora a apresentação do anti-semitismo como falsa projeção aponte para a dimensão da subjetividade, na verdade ela remete também, de maneira essencial para a *imbricação entre mito e esclarecimento*:

O mecanismo que a ordem totalitária põe a seu serviço é tão antigo quanto a civilização. Os mesmos impulsos sexuais que a raça humana reprimiu souberam se conservar e impor num sistema diabólico, tanto dentro dos indivíduos quanto dos povos, na metamorfose imaginária do mundo ambiente (DE, 174, grifo meu).

O anti-semitismo é visto, aqui, como um mecanismo compulsivo da civilização, arcaico e sempre pronto a se voltar contra o homem. A falsa projeção do anti-semita, na verdade, remete a um esquema originário da civilização, o gesto pelo qual o ego se forjou, enrijecendo-se contra a indiferenciação da natureza (DE, 182). Em todo ato perceptivo há projeção. É só na *reflexão*, que recupera na projeção a alteridade do mundo exterior, que poder-se-ia dar a reconciliação entre sujeito e objeto, numa relação livre de violência. A projeção, enquanto tal, não é patológica, mas a ausência de reflexão sim: “é por isso que

esse refletir, que é a vida da razão, se efetua como *projeção consciente*” (DE, 176).

O anti-semita é aquele indivíduo deformado pelas tendências objetivantes do esclarecimento de uma maneira tão extrema que não realiza mais o balanço entre suas demandas pulsionais e a (perdida) consciência moral, percebendo o mundo em torno como seu campo-de-caça, dotando-o das qualidades de sua própria vida interior, indiferenciada e violenta: “ele perde a reflexão nas duas direções: como não reflete mais o objeto, ele não reflete mais sobre si e perde, assim, a capacidade de diferenciar. Ao invés de ouvir a voz da consciência moral, ele ouve vozes” (DE, 177).

Adorno e Horkheimer chamam a atenção para o parentesco entre a *projeção incontrolada* do anti-semita e o *pensamento objetivador*, característico da humanidade esclarecida. Ambos realizam a anulação do não-idêntico. Assim, o anti-semitismo nada mais seria do que a realização das tendências identificantes do esquema ordinário do conhecimento:

Como o pensamento patológico, o pensamento objetivador contém a arbitrariedade do fim subjetivo que é estranho à coisa; ele esquece a coisa e, por isso mesmo, inflige-lhe a violência a que depois é, mais uma vez, submetida na prática. O realismo incondicional da humanidade, que culmina no fascismo, é um caso especial do delírio paranóico, que despoeva a natureza e, ao fim e ao cabo, os próprios povos (DE, 180).

Segundo Adorno e Horkheimer, o *esquematismo* do entendimento (Kant) é correlato à *projeção* como estruturador prévio de toda percepção (DE, 82). Sendo o anti-semitismo a situação em que a *projeção espontânea* – que institui a possibilidade de conhecimento e controle da natureza, “se dermos uma interpretação antropológica da crítica kantiana do conhecimento”²² (DE, 175) –

²² Adorno e Horkheimer ocupam-se de uma crítica da concepção kantiana do conhecimento e da moral. O excuro II da *Dialética do Esclarecimento*, “Juliette ou esclarecimento e Moral” tematiza essa questão. Segundo Adorno e Horkheimer, o *esquematismo* do entendimento é correlato à *projeção* como estruturador prévio de toda percepção (DE, 82). Assim, para Kant, haveria uma espécie de harmonia

“é, num primeiro estágio, colocada sob controle e, posteriormente, degenerada em *falsa projeção*, que pertence à essência do anti-semitismo” (DE, 175). Haveria, assim, uma afinidade entre o mecanismo ordinário da projeção, que institui o pensamento objetivador, e a patologia da projeção anti-semita:

A percepção só é possível na medida em que a coisa já é percebida como determinada, por exemplo, como pertencendo a uma espécie. Ela é a imediatidade mediatizada, o pensamento como força de sedução da sensibilidade. O elemento subjetivo é cegamente introduzido por ela na aparente auto-doação do objeto... Por mais universal que seja sua atividade, quem absolutiza ingenuamente é um doente, vítima do poder ofuscante da falsa imediatidade (DE, 180s).

Se, “num certo sentido, perceber é projetar” (DE, 175), a projeção é um importante mecanismo de proteção e ataque do homem primitivo. A projeção, em razão de sua funcionalidade para a autoconservação, automatiza-se como um reflexo e acaba por formar um sistema de conhecimento do mundo como ordem fixa (DE, 175). No interesse civilizacional, o homem aprende a ter um *controle da projeção*, do qual advém a distinção entre exterior e interior, bem como “a possibilidade de distanciamento e identificação, a consciência-de-si e a

preestabelecida entre o real e nosso poder de conhecer. Adorno e Horkheimer chamam a atenção para a ambigüidade presente no conceito de *razão* em Kant, que contém tanto a idéia de uma convivência solidária como constitui a instância do pensamento calculador, no qual o esquematismo do entendimento subsume as percepções particulares à universalidade do conceito. A razão, com efeito, contém os princípios a partir dos quais o entendimento realiza esta subsunção, como uma aplicação da nossa faculdade de conhecer ao mundo: “os sentidos já estão condicionados pelo aparelho conceitual antes que a percepção ocorra, o cidadão vê *a priori* o mundo como a matéria com a qual ele o produz para si próprio” (DE, 83).

Ainda segundo Adorno e Horkheimer, Kant teria empreendido a identidade entre *ciência e verdade*, como exercício técnico, destituído de autoreflexão sobre fins. No plano da moral, Kant teria incorrido num formalismo semelhante. Perante a razão kantiana os impulsos éticos seriam, como os impulsos aéticos, neutros, o que, segundo os Autores, selaria a intimidade entre a concepção kantiana da moral e as tendências totalitárias do esclarecimento: “O esclarecimento expulsa da teoria a diferença... a ordem totalitária levou isso muito a sério... em oposição ao imperativo categórico e em harmonia tanto mais profunda com a razão pura, ele [o fascismo] trata os homens como coisas (DE, 85).” Na mesma direção, Adorno e Horkheimer identificam a *maioridade* kantiana, a “capacidade de se servir do entendimento sem a direção de outrem”, com as realizações sanguinárias do esclarecimento tornado fascismo, quando o sujeito burguês é liberado da tutela de uma disciplina e, por assim dizer, solto como um animal de rapina (DE, 85ss).

consciência moral” (DE, 175). O anti-semitismo seria a degeneração da projeção controlada (DE, 175). Nele, o sujeito torna-se incapaz de discernir, na sua fantasia, o que provém de si próprio e o que é exterior a ele (DE, 175).

Adorno e Horkheimer propõem uma compreensão dos processos perceptivos a partir da doutrina fisiológica da percepção, que “explica o mundo da percepção como a imagem refletida e dirigida pelo intelecto dos dados que o cérebro recebe dos objetos reais”(DE, 175), e, da noção, advinda de Schopenhauer e de Helmholtz, de que a “imagem perceptiva contém, de fato, conceitos e juízos” (DE, 176). O ego se forjaria como unidade sintética das percepções externas e internas, a partir dos dados que o mundo fornece aos sentidos. No interesse da cognição não-distorcida do objeto, atentam os autores que, “para refletir a coisa como ela é, o sujeito deve devolver-lhe mais do que dela recebe” (DE, 176). Ora, isto é justamente o que não ocorre na falsa projeção do anti-semita, que repete compulsivamente o registro não-refletido dos dados e os projeta: “ele dota ilimitadamente o mundo exterior de tudo aquilo que está nele mesmo; mas aquilo de que o dota é o perfeito nada, a simples proliferação dos meios, relações, manobras, a práxis sinistra sem a perspectiva do pensamento” (DE, 177).

Na falsa projeção, como resultado da dialética do esclarecimento, o poder destrutivo da projeção, que teve papel decisivo na autoconservação da espécie humana em sua pré-história, volta a atuar no sentido da dominação da natureza (DE, 177). É o mecanismo dominante da paranóia, que encerra o outro nas malhas do seu delírio privado: “ele cria o mundo todo segundo sua imagem. Não parece precisar de ninguém e, no entanto, exige que todos se ponham a seu serviço” (DE, 177). Adorno e Horkheimer assimilam essa potência paranóica ao comportamento do anti-semita, explicando a sua adesão ao líder fascista: “nas próprias pessoas que se entregam, o elemento paranóico que elas possuem deixa-se atrair pelo indivíduo paranóico como ser maléfico, e seus escrúpulos morais pelo indivíduo sem escrúpulos...” (DE, 178).

Os autores se utilizam da teoria psicanalítica da paranóia²³ para explicar o comportamento anti-semita em termos de dinâmica psicológica. A projeção patológica é entendida como expulsão para o exterior de impulsos que o sujeito condena em si mesmo. Um dos caminhos resultantes dessa reação é a identificação com o líder fascista e a agressão sistemática, sob pretexto de defesa, daquelas instâncias projetadas pelo sujeito na exterioridade. Adorno e Horkheimer aludem à teoria freudiana da paranóia como proteção contra um desejo homossexual represado. A ansiedade da castração é antecipada pelo próprio sujeito, o que leva a um estado regressivo de indiferenciação entre amor e desejo de destruição, em que o outro só importa como objeto de posse, de resto intercambiável, como substituto da figura parental (DE, 179): “sob a pressão da agressão homossexual represada, o mecanismo psíquico esquece sua mais recente conquista filogenética, a percepção de si, e enxerga essa agressão como um inimigo no mundo para melhor enfrentá-lo” (DE, 180).

Relacionando o entendimento da projeção com o do mecanismo ordinário do conhecimento, os autores reafirmam a proximidade entre a paranóia e o pensamento objetivador, situada na predominância dos fins de domínio e na desconsideração pelo não-idêntico:

Sempre que as energias intelectuais estão intencionalmente concentradas no mundo exterior, ou seja, sempre que se trata de perseguir, constatar, captar (que são funções que, tendo origem na empresa primitiva de subjugação dos animais, se espiritualizaram nos métodos científicos de domínio da natureza), tendemos a ignorar o processo subjetivo imanente à esquematização e a colocar o sistema como a coisa mesma (DE, 180).

Adorno e Horkheimer enfatizam a necessidade do pensamento não se deter em suas determinações parciais sob pena de tornar-se mito. Todo juízo isolado carrega a pretensão de sua própria verdade – ele é, nesse sentido, paranóico –,

²³ Para a teoria freudiana da paranóia, cf., principalmente, Freud, *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia*. Ed. Stand. Bras. Vol XII, pp. 23-108.

pretensão que deve ser relativizada por juízos subseqüentes, que o negam na mesma medida em que o salvam em seu conteúdo de verdade. O paranóico, por seu turno, apresenta a mesma coerência excessiva do juízo sempre igual:

O verdadeiro tresloucar (*das Verrückte*) consiste na impossibilidade de se deslocar (*Unverrückbarkeit*), na incapacidade do pensamento de atingir essa negatividade em que consiste, diferentemente do juízo consolidado, o verdadeiro pensamento (DE, 181).

Segundo Adorno e Horkheimer, “a paranóia é a sombra do conhecimento” (DE, 182), na medida em que todo ato cognitivo carrega a marca da projeção que, se não é refletida, corre o risco de absolutizar-se, de se transformar em delírio paranóico. A falsa projeção como “esquema isolado da autoconservação” (DE, 182) manifesta-se num dos sintomas mais característicos da sociedade esclarecida, a *semicultura*: hipostasiação do saber limitado como verdade pelo sujeito, o qual não é mais capaz de ter *experiência*²⁴, em sentido pleno.

No anti-semitismo acontece algo como uma paranóia coletiva, pela qual os indivíduos ligam-se em comunidades de aliança voltadas para a propagação do terror aos membros de fora do grupo:

projetando, eles vêem por toda parte a conspiração e o proselitismo. Os grupos estabelecidos sempre se comportaram paranoicamente em relação aos outros... [o indivíduo] substitui sua paranóia pela participação na paranóia coletiva e se agarra apaixonadamente às formas objetivadas, coletivas e comprovadas, de delírio. O *horror vacui* que os leva a se comprometerem com suas alianças solda-os uns aos outros e lhes confere uma violência quase irresistível (DE, 183s).

²⁴ A noção de experiência, principalmente *de experiência estética*, desempenha um papel importante na reflexão adorniana sobre o anti-semitismo, mesmo na *Personalidade Autoritária* e na *Dialética Negativa*, razão pela qual a examinamos mais detidamente na seção 3.3 desta dissertação.

Outro aspecto da dinâmica do anti-semitismo consiste na liquidação da consciência moral²⁵, em razão da necessidade, prescrita pela sociedade totalitária, de o indivíduo se orientar unicamente pelas ordens impostas a ele pelo sistema. Adorno e Horkheimer remetem à “base econômica” da consciência moral, solapada pelo avanço do capitalismo monopolista, em detrimento do capitalismo concorrencial, que ainda preservava um espaço para a ação individual, autônoma. Por outro lado, eles traçam a gênese antropológica do fenômeno. A dinâmica ego/pulsões é perturbada pela tendência totalizante da sociedade, que não mais necessita do conflito da consciência moral para se perpetuar. Não há mais a interiorização das normas sociais, mas a identificação pronta com *slogans* de comportamento prescritos:

A alma, enquanto possibilidade de assumir um sentimento de culpa que não se esconda de si mesmo, se desfaz. A consciência moral perde seu objetivo, pois a responsabilidade do indivíduo por si mesmo e pelos seus é substituída muito simplesmente por sua contribuição ao aparelho... (DE, 185).

Os judeus são escolhidos pelo partido como as vítimas preferenciais, segundo Adorno e Horkheimer, em razão de simbolizarem para a dominação totalitária “os traços da felicidade sem poder, da remuneração sem trabalho, da pátria sem fronteira, da religião sem mito” (DE, 185). Traços proscritos pelos dominadores porque correspondem aos desejos reprimidos pelos mesmos na tarefa da dominação da natureza. Na medida em que são invejados, os judeus tornam-se o alvo do ódio dos anti-semitas, os quais, na projeção patológica, perseguem a união com o objeto na destruição (DE, 186).

²⁵ Segundo Freud, a *consciência moral* é resultado da dialética entre as *pulsões* – componente inconsciente do psiquismo, marcado pela necessidade de satisfação de suas tendências basicamente amorais e a-rationais – e a instância mais diferenciada e permeada pela necessidade de ajuste à realidade, o *Ego*. Cf. Freud. *O Ego e o Id*. Edição Stand. Bras., vol XIX, especialmente pp. 50-53.

Cumpra examinarmos, a seguir, a *constelação*²⁶ do anti-semitismo na *Dialética do Esclarecimento*, relacionando os “elementos” que Adorno e Horkheimer mobilizam na sua interpretação do fenômeno. Em que medida esses elementos são reunidos num todo explicativo coerente? Há a preponderância de algum ou alguns deles sobre os demais? É o que investigaremos na próxima seção.

²⁶ Por posição em *constelação*, entenda-se a configuração dos elementos conceituais capazes de realizar uma composição dos aspectos cruciais do fenômeno considerado, reunindo, numa mesma atitude gnosiológica, tanto a necessidade de reunir as afinidades internas à coisa mesma quanto o imperativo de acolher a sua não-dedutibilidade, o seu caráter irredutível à sistematização. Acerca do procedimento das constelações, Adorno escreve, na *Dialética Negativa*: “O objeto se abre a uma insistência monológica quando esta é consciente da constelação em que se encontra... perceber a constelação em que se acha a coisa é o mesmo que decifrá-la como a constelação que leva em si enquanto produto do devir” (ND, 166). Sobre a centralidade do procedimento das constelações na filosofia adorniana, ver as seções 3.2 e 3.3 desta dissertação.

1.4. A constelação do anti-semitismo (I)

Como emerge a consideração do fenômeno do anti-semitismo, em vista das várias reflexões sobre diversos aspectos do mesmo, das páginas da *Dialética do Esclarecimento*? Haveria nesta obra algo como uma teoria do anti-semitismo?

Antes de enfrentar diretamente essas questões, devemos nos ocupar de outros aspectos ou *elementos* do anti-semitismo apontados por Adorno e Horkheimer. Assim, após nos termos ocupado do ponto nevrálgico do problema, focalizado nas seções cinco e seis dos *Elementos*, é preciso determo-nos, agora, na consideração das outras teses, atentando para a relação entre elas.

Assim, a tese primeira, exposta na *seção I* trata da questão sob o ângulo da *ideologia* anti-semita moderna enquanto apelo *racista* secretado por uma ordem social espúria, a ordem burguesa do capitalismo avançado. Nesse sentido, ressalta o princípio da “redução ao natural”, pelo qual os racistas degradam o judeu à pura natureza, despindo-o de suas características de humanidade: “para os fascistas os judeus não são uma minoria mas a *anti-raça*, o princípio negativo enquanto tal...” (DE, 157, grifo meu).

Como nota Jay (1989, 379), “contra-raça”, *Gegenrasse*, era um termo usado pelos nazistas para designar o que, segundo sua ideologia, seria uma raça inferior, bastarda. Adorno e Horkheimer fazem aqui um jogo de palavras irônico para indicar, nesse termo, o fenômeno da falsa projeção como um reflexo distorcido das características abastardadas dos próprios nazistas. Adorno e Horkheimer mostram a falsidade perversa da ideologia racista ao indicar como, na verdade, a raça é um construto ideológico dos racistas para fins de dominação:

A raça não é imediatamente, como querem os racistas, uma característica natural particular. Ela é, antes, a redução ao natural, à pura violência, a particularidade obstinada

que, no existente, é justamente o universal. A raça, hoje, é a auto-affirmação do indivíduo burguês integrado à coletividade bárbara (DE, 158).

Na mesma direção, a tese segunda, exposta na *seção II*, aborda a questão do anti-semitismo moderno segundo sua função de *ideologia nacionalista*, de disfarce da dominação. O judeu é culpabilizado pelo sofrimento econômico geral. Nesse sentido, por exemplo, a arianização das propriedades dos judeus sob o terceiro Reich não trouxe qualquer vantagem para as massas dominadas. Assim, o anti-semitismo cumpriria um papel precioso para a dominação: “ele é usado como manobra de diversão, como meio barato de corrupção, como exemplo terrorista” (DE, 159).

No entanto, no anti-semitismo manifesta-se, antes de tudo, uma “figura do espírito social e individual.” Aqui, ressalta a noção central segundo a qual “o anti-semitismo é um esquema profundamente arraigado, um ritual da civilização e os *pogroms* são os verdadeiros assassinatos rituais” (DE, 160). O anti-semitismo enquanto ideologia econômica nacionalista estaria, na verdade, a serviço de um esquema mais amplo e mais antigo, segundo o qual tudo aquilo que é diverso e lembra a nossa pré-história natural deve perecer. É nesse sentido que Adorno e Horkheimer afirmam que “não existe um genuíno anti-semitismo e, certamente, não há nenhum anti-semite nato” (DE, 160).

O anti-semitismo é relacionado, assim, à aparência de uma felicidade sem poder atribuída aos judeus, uma vez que a estes o liberalismo burguês concedera o direito de posse sem, no entanto, conceder o acesso a posições de poder:

Toda vez que ela [a felicidade] parecer realizada em meio a renúncias fundamentais, elas [as massas enganadas] têm que repetir a repressão infligida às próprias aspirações. Tudo aquilo que dá ocasião à semelhante repetição... tudo isso atrai sobre si o desejo de destruição dos civilizados, que *jamais puderam realizar totalmente o doloroso processo civilizatório* (DE, 161, grifo meu).

Nesse sentido, Adorno e Horkheimer entendem o anti-semitismo como uma tendência arraigada da civilização, na medida em que o judeu parece encarnar, para os que sofreram a violência do processo civilizador, baseado na repressão da natureza externa e interna, uma espécie de reserva do ideal de felicidade, intocada pelas amarguras da obrigação de civilizar-se. “Os que exercem um domínio crispado sobre a natureza vêm na natureza atormentada o reflexo provocante da felicidade impotente. A noção de uma felicidade sem poder é intolerável, pois só ela seria a felicidade pura e simples” (DE, 161).

A seção III prossegue no desdobramento dos múltiplos aspectos da questão. Nela Adorno e Horkheimer consideram o “fundamento econômico do anti-semitismo”. Nesse sentido, o próprio ressurgimento de um sentimento religioso primitivo de ódio como o anti-semitismo responderia aos mecanismos de dominação da sociedade capitalista avançada. O anti-semitismo tornar-se-ia, assim, uma ideologia²⁷ com fins de dissimulação da dominação: “o anti-semitismo burguês tem um fundamento especificamente econômico: o disfarce da dominação na produção” (DE, 162). O judeu, tendo se ocupado por longo tempo

²⁷ Em toda esta seção é patente a influência de Marx. Alguns comentadores apontam para o peso do pensamento marxista na *Dialética do Esclarecimento*. Com efeito, ele é marcante na concepção de ideologia como “aparência socialmente necessária”, no uso da noção de reificação e na descrição do processo produtivo como extração da mais-valia. Cf., por exemplo, Duarte, Rodrigo, “Adorno Marxista”, in: *Adornos, nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1997, pp. 109-115. Cf. também: Gagnebin, Jeanne Marie, “Do conceito de razão em Adorno”, in: *Sete aulas sobre memória, linguagem e história*, Rio de Janeiro, Imago, 1997, onde se lê: “... [que] Adorno e Horkheimer compartilhem do mesmo conceito enfático de verdade que o marxista, quando denunciam o caráter ideológico da racionalidade instrumental... que essa ‘falsificação’ [do real] não provém só de um perspectivismo universal, mas que ela é muito mais uma ‘aparência socialmente necessária’, como Marx o elucida no parágrafo sobre o valor de fetiche da mercadoria” (p. 115). Para Adorno e Horkheimer, a característica central no moderno fenômeno ideológico é o fato dele se ligar, num contexto de totalidade social intransparente às pessoas, à algo como uma administração direta do aparelho pulsional. Nesse sentido, é significativa a seguinte passagem: “A crítica da ideologia totalitária não se reduz a refutar teses que não pretendem, absolutamente, ou que só pretendem como ficções do pensamento, possuir uma autonomia e uma consistência internas. Será preferível analisar a que configurações psicológicas querem se referir, para servirem-se delas... As modificações antropológicas a que a ideologia totalitária quer corresponder são consequências de transformações na estrutura da sociedade e nisso – não em seus enunciados – encontramos a realidade substancial dessas ideologias. A ideologia contemporânea é o estado de conscientização e de não-conscientização das massas como espírito objetivo, e não os mesquinhos produtos que imitam esse estado e o repetem, para pior, com a finalidade de assegurar a sua

do setor da circulação, como comerciante ou banqueiro, é tomado como responsável pela infelicidade geral, assumindo a culpa pelo sistema como um todo e inocentando, ao mesmo tempo, a esfera da produção de qualquer responsabilidade pelo infortúnio. No entanto, somente os senhores da produção têm acesso à exploração do trabalho, à extração da mais-valia. Assim o burguês, “como verdadeiro Shylock”, encobre a natureza predatória de sua atividade pela fabricação do judeu como bode expiatório:

Por isso as pessoas gritam “pega ladrão!” e apontam para o judeu. Ele é, de fato, o bode expiatório, não somente para manobras e maquinações particulares, mas no sentido mais amplo em que a injustiça econômica da classe inteira é descarregada sobre ele (DE, 162).

A posição dos judeus na esfera da circulação os torna um alvo privilegiado para a atribuição de culpabilidade por todo o sistema capitalista. Acrescente-se a isso o fato de que os judeus acabaram sendo identificados com o setor da circulação, em razão do longo tempo que ficaram presos a ele, pois “ao contrário do colega ariano, o acesso à origem da mais-valia ficou-lhes em larga medida vedado” (DE, 163)”:

O comerciante apresenta-lhes [aos trabalhadores assalariados] a letra que assinaram para o fabricante. O comerciante é o oficial de justiça para o sistema inteiro e atrai sobre si o ódio voltado aos outros. A responsabilidade do setor da circulação pela exploração é uma aparência socialmente necessária (DE, 163).

Segundo Adorno e Horkheimer os judeus, além disso, sempre “foram, em certa época, economicamente adiantados em face da população atrasada” (DE, 163). A dominação sempre utilizou-se deles como intermediários, como “colonizadores do progresso”. É por esse motivo que eles são chamados a pagar a “conta do progresso”:

reprodução” (do verbete “Ideologia”, in: Adorno, T., e Horkheimer, M., *Temas Básicos de Sociologia*, trad. de Álvaro Cabral, São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1973, pp. 192s).

eles sempre foram, em consonância com sua religião patriarcal, os representantes de condições citadinas, burguesas e, por fim, industriais. Eles introduziram formas de vida capitalistas nos diversos países e atraíram sobre si o ódio dos que tinham que sofrer sob elas... Agora eles experimentam em sua própria carne o *caráter exclusivo e particular do capitalismo*... foram lançados à margem da sociedade que, totalmente esclarecida ela própria, exorciza os fantasmas de sua pré-história. Aqueles que propagaram o individualismo, o direito abstrato, o conceito de pessoa, *estão degradados agora a uma espécie* (DE, 163-4, grifos meus).

O judeu, assim despertaria a ira do “civilizado”, *também* por justamente se destacar da natureza amorfa e representar o domínio propriamente dito do espírito. Adorno e Horkheimer mantém essa contradição com a sua afirmação anterior, de que o judeu representaria para o anti-semita a pura natureza, através da consideração da irracionalidade embutida no processo de esclarecimento, onde as vítimas são intercambiáveis segundo o mecanismo da falsa projeção, e do fato de que a hostilidade ao espírito pode ser sempre mobilizada pela dominação (DE, 192s).

A *seção IV* aborda a origem religiosa do anti-semitismo. Segundo Adorno e Horkheimer, o componente religioso do fenômeno é relevante, ainda que o anti-semita racista queira dizer que se trata somente de um assunto de raça. Nesse sentido, “o zelo com que o anti-semitismo renega sua tradição religiosa mostra que ela está, ainda que em segredo, tão profundamente arraigada nele, como outrora a idiosincrasia profana no zelo religioso” (DE, 164).

O cristianismo, segundo os autores, sempre foi palco de manifestações de ódio aos judeus. Nesse sentido, o cristianismo consumaria aquela hostilidade ao espírito já apontada antes como uma espécie de sombra do esclarecimento. Aqui, Adorno e Horkheimer defendem a idéia de que o cristianismo seria um retrocesso em relação ao judaísmo, na medida em que o deus-homem Cristo representaria traços de uma religião natural. Na figura de Cristo, o princípio espiritual divino

que promete libertar os homens do ciclo da natureza, seria aproximado da própria natureza. Segundo os autores, assim, o cristianismo promoveria uma reabilitação da idolatria, na qual “na mesma medida que o absoluto é aproximado do finito, o finito é absolutizado” (DE, 166, grifo meu.).

Segundo Adorno e Horkheimer, o princípio mau contido no cristianismo seria a “espiritualização da magia” operada na humanização de Deus em Cristo, na qual “apresenta-se como tendo uma essência espiritual justamente aquilo que, diante do espírito, se revela como tendo uma essência natural” (DE, 166). Também na noção de *salvação*, que ocupa papel central no cristianismo, os autores enxergam um princípio que confirma os poderes existentes e dá vazão, por fim, a uma prática próxima da magia, observada, por exemplo nos rituais dos crentes que acendem velas em troca de pedidos endereçados ao sobrenatural: “a própria religião torna-se um sucedâneo da religião” (DE, 167). Nesse processo, aqueles que se crêem os escolhidos voltam seu ódio contra os demais, os “infiéis”: “é a hostilidade ao espírito própria do espírito que se endurece na pretensão de ser a salvação” (DE, 167). Assim, o anti-semitismo seria a busca, pelos cristãos, de ver confirmada a ordem da salvação com a desgraça terrena daqueles que não podem merecê-la, por não abraçarem a mesma fé: “o anti-semitismo deve confirmar a legitimidade do ritual da fé e da história, executando-o naqueles que a negam” (DE, 167).

Finalmente, a *seção VII*, na qual Adorno e Horkheimer continuam a explorar os aspectos regressivos do anti-semitismo, entendido em seu sentido antropológico, como “uma tendência inerente ao espírito, enquanto esquema isolado da autoconservação” (DE, 182) e como fenômeno ao mesmo tempo *moderno e arcaico*²⁸.

²⁸ O entrelaçamento entre o moderno e o arcaico como uma característica central da leitura da modernidade feita pela *Dialética do Esclarecimento* é admiravelmente exposto por Christopher Rocco, em seu ensaio “Between Modernity and Postmodernity: Reading Dialectic of Enlightenment against the Grain”, in: *Political Theory* 22 (1994):71-97.

Detendo-se nas características do anti-semitismo contemporâneo alemão, Adorno e Horkheimer falam do anti-semitismo burguês na Alemanha do século XIX, quando os judeus eram atacados ainda dentro do quadro de uma ordem liberal: “a política de cervejaria dos anti-semitas desmascarava a mentira do liberalismo alemão, do qual se nutria e ao qual acabou por dar fim” (DE, 187). Na fase liberal, o “anti-semitismo ainda era um tema aberto à escolha subjetiva e a decisão referia-se especificamente a ele” (DE, 187). No entanto, na sociedade burguesa do capitalismo monopolista, “continua-se a escolher, mas apenas *entre totalidades*” (DE, 187, grifo meu).

O ponto central dessa mudança, segundo os autores, é que “a psicologia anti-semita foi, em grande parte, substituída por um simples ‘sim’ dado ao *ticket* fascista” (DE, 187). Assim, o eleitor se vê diante de uma lista pronta de candidatos e plataformas ideológicas, das quais não tem o menor conhecimento. Nessa situação, a ideologia anti-semita é diluída no programa fascista como um todo, ao lado de outros pontos reacionários como anti-comunismo, repressão aos sindicatos, etc: “o anti-semitismo praticamente deixou de ser um impulso independente, ele não é mais que uma simples prancha numa plataforma eleitoral” (DE, 187). Não importa mais tanto a convicção ideológica daquele que adere ao anti-semitismo, sua adesão se faz agora por um mecanismo de submissão às tendências sociais dominantes. *A experiência* não conta para o anti-semita “moderno”:

Quando as massas aceitam o *ticket* reacionário contendo o elemento anti-semita, elas obedecem a mecanismos sociais nos quais a experiência de cada um com os judeus não tem a menor importância... a experiência é substituída pelo clichê e a imaginação ativa na experiência pela recepção ávida (DE, 187)

Adorno e Horkheimer tecem considerações sobre a perda contemporânea de capacidade de ter experiência e do declínio da faculdade de *judgar*, da reflexão: “no mundo da produção em série, a *estereotipia* – que é seu *esquema* –

substitui o trabalho categorial” (DE, 188). Adorno e Horkheimer relacionam esse fenômeno ao *princípio da troca* vigente na civilização ocidental e suas manifestações na esfera econômica e jurídica: “na sociedade industrial avançada ocorre uma regressão a um modo de efetuação do juízo que se pode dizer desprovido de juízo, do poder de discriminação” (DE, 188). Ocorre um processo de desintegração da experiência individual:

O percebedor não se encontra mais presente no processo da percepção. Ele não mobiliza mais a passividade ativa do conhecimento, na qual os elementos categoriais se deixam modelar de maneira adequada pelo ‘dado’ convencionalmente pré-formado, e este por aqueles, de tal modo que se faça justiça ao objeto percebido (DE, 188, grifos meus).

Continuando a referência a Kant: “no campo das ciências sociais bem como da experiência individual, a intuição cega e os conceitos vazios são reunidos de maneira rígida e sem mediação” (DE, 188). Nesse sentido, o anti-semitismo representaria um paralelo significativo com a subsunção cega do particular ao conceito ordenador:

Eis aí o segredo do embrutecimento que favorece o anti-semitismo. Se, no interior da própria lógica, o conceito cai sobre o particular como algo puramente exterior, com muito mais razão, na sociedade, tudo o que representa a diferença tem que tremer (DE, 188).

Eis aqui, novamente, o ponto central da repressão ao não-idêntico. Adorno e Horkheimer escrevem: “a *falta de consideração pelo sujeito* torna as coisas fáceis para a administração. Transferem-se grupos étnicos para outras latitudes, enviam-se indivíduos rotulados de judeus para as câmaras de gás” (DE, 188, grifo meu). Eles consideram ainda, particularmente, a *racionalização econômica* empreendida pela modernidade como a matriz da dominação que se abate sobre o indivíduo particular:

A indiferença pelo indivíduo que se exprime na lógica não é senão uma *conclusão tirada do processo econômico*. O indivíduo tornou-se um obstáculo à produção... .A *racionalidade econômica*, esse princípio tão enaltecido do menor meio, continua incessantemente a remodelar as últimas unidades da economia: tanto *as empresas como os homens* (DE, 189, grifos meus).

Aqui, Adorno e Horkheimer imaginam uma analogia entre o indivíduo e a pequena empresa da fase concorrencial-liberal do capitalismo, ambos tornados obsoletos e extintos com o advento do capitalismo de tipo monopolista, com suas grandes lojas de departamentos e seu “esquema da cultura de massa”. O *hommo oeconomicus* é o indivíduo tal como apresentado pela psicanálise, como uma “pequena empresa psicológica”, com sua dinâmica entre as agências do id, ego e superego:

Não obstante, a complicada aparelhagem psíquica possibilitou a cooperação relativamente livre dos sujeitos em que se apoiava a economia de mercado. Mas, na era das grandes corporações e das guerras mundiais, a mediação do processo social através das inúmeras mônadas mostra-se retrógrada. Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade. A decisão que o indivíduo deve tomar em cada situação não precisa mais resultar de uma dolorosa dialética da consciência moral, da autoconservação e das pulsões. Para as pessoas na esfera profissional, as decisões são tomadas na hierarquia que vai das associações até a administração nacional; na esfera privada, pelo esquema da cultura de massa, que desapropria seus consumidores forçados de seus últimos impulsos internos (DE, 189).

Adorno e Horkheimer ressaltam a afinidade entre o anti-semitismo e o esquema da indústria cultural. O “star system” do cinema e os modelos oferecidos pela indústria cultural substituem as instâncias internas ideais de adaptação à realidade, numa situação marcada pela predominância da direção econômica altamente centralizada da sociedade. Nesse sentido, superado o capitalismo “liberal”, correlato à figura do indivíduo, no capitalismo monopolista

“o funcionamento da aparelhagem econômica exige uma direção das massas que não seja perturbada pela individuação” (DE, 190).

Nesse sentido, a *mentalidade de ticket* representa um estágio em que não resta ao que sobrou do indivíduo mais do que uma aparência de escolha, não uma autêntica discriminação, no sentido pleno de ajuizamento. Aqui sobressai no discurso dos autores a categoria de *reificação*²⁹ como processo, economicamente determinado, em última análise, de liquidação do indivíduo:

A reificação, graças à qual a estrutura de poder, possibilitada unicamente pela passividade das massas, aparece às próprias massas como uma realidade indestrutível, tornou-se tão densa que toda espontaneidade, mesmo a mais simples idéia da verdadeira situação tornou-se uma utopia extravagante... escolher um *ticket*, ao contrário, significa adaptar-se a uma aparência petrificada como realidade e que se prolonga a perder de vista graças a essa adaptação (DE, 191).

É importante notar que aqui – como sempre – Adorno e Horkheimer centram a análise do anti-semitismo no exame da relação entre o particular, representado pelo indivíduo ameaçado de liquidação, e o universal, representado pela sociedade esclarecida:

O senso de realidade não é mais resultado de um processo de adaptação ao poder, não é mais resultado de um processo dialético entre o sujeito e a realidade, mas é imediatamente produzido pela engrenagem da indústria. O processo é um processo de liquidação em vez de superação, é um processo de negação formal, em vez de negação determinada. Não lhe foi concedendo a plena satisfação que os colossos desencadeados na produção superaram o indivíduo, mas superando-o como sujeito... a perfeita harmonia entre a onipotência e a

²⁹ Cf. nota 27, *supra*. Segundo Marx, o caráter de fetiche da mercadoria leva os homens a se equipararem a coisas e a objetificarem suas relações: “uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença... É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos de trabalho, quando são gerados como mercadorias” (*O Capital*, Livro Primeiro, Volume I, trad. de Reginaldo Sant’Anna, São Paulo, Difel, 1982, p.81.).

impotência é ela própria a contradição não-mediatizada, a oposição absoluta à reconciliação (DE, 191).

Adorno e Horkheimer não querem dizer, com o *fim da individuação* e a *liquidação do indivíduo*, que não mais existiriam indivíduos como tais, mas que a própria psicologia desses indivíduos é confiscada pelo todo para fins de sua própria perpetuação como sistema de poder. Nesse processo, cada indivíduo encontra seu lugar na engrenagem social de acordo com seu tipo de caráter, sua orientação pulsional. Nesse sentido, explica-se como a vítima em si, o judeu, não importa na síndrome destrutiva mas, sim, a própria dinâmica psicológica do anti-semita, que adere sem reflexão aos pontos do *ticket* dominante: no caso, que ele, entre outras coisas, extermine judeus. Não importaria tanto a existência de um contato ou não do anti-semita com os judeus, já que aquele não se deixa permear pela experiência. A *mentalidade de ticket* e seus produtos sinistros são o estádio final produzido pela reificação. O que explica o caráter irracional e arbitrário do anti-semitismo:

É precisamente porque a psicologia dos indivíduos e seus conteúdos só se produzem através dos *esquemas sintéticos fornecidos pela sociedade* que o anti-semitismo contemporâneo adquire uma natureza vazia e impenetrável (DE, 192, grifo meu).

Os “elementos do anti-semitismo”, baseados na experiência e anulados pela perda de experiência que se anuncia na mentalidade do ticket, são novamente mobilizados pelo ticket (DE, 192).

É muito importante notar, na passagem acima citada, a concepção, por parte de Adorno e Horkheimer, do todo social como uma espécie de esquematismo transcendental que substituiria o trabalho categorial dos sujeitos e definiria a mentalidade anti-semita.

Neste ponto, Adorno e Horkheimer introduzem um dos aspectos mais explosivos de sua argumentação – se pensarmos, por exemplo, num paralelo com

os protestos suscitados por “Eichmann em Jerusalém”, de Hannah Arendt³⁰ – a saber, a consideração segundo a qual os próprios judeus seriam tão suscetíveis à *mentalidade de ticket* e, por extensão, a algum equivalente do anti-semitismo, quanto seus perseguidores, na medida em que, por um lado, o objeto do ódio é construído arbitrariamente pelo *ticket* dominante, e que, por outro lado, a pressão niveladora da sociedade tende a assimilar as diferenças e impôr-se indiferentemente a todos, na forma, justamente, da *mentalidade de ticket*:

As próprias massas judias são tão suscetíveis à mentalidade de ticket quanto qualquer uma das associações juvenis que lhes são hostis. O anti-semitismo tem que, primeiro, inventar seu objeto... antes que os camaradas da ideologia racista psicologicamente predispostos possam se precipitar, enquanto pacientes, interna e externamente sobre suas vítimas (DE, 193).

Adorno e Horkheimer, assim, consideram o anti-semitismo, *enquanto matéria ideológica*, em sentido estrito, apenas um ponto intercambiável no *ticket*. No entanto, *enquanto categoria* da modernidade, o anti-semitismo se identificaria com a mentalidade de ticket: “Não é só o *ticket* anti-semita que é anti-semita, mas a mentalidade de *ticket* em geral” (DE, 193). Na configuração desse tipo de mentalidade avultam o ódio pela diferença e o ressentimento dos dominadores dominados da natureza frente às supostas minorias naturais.

É notável, nesse ponto, que os autores consideram a gênese do fenômeno do anti-semitismo nacionalista alemão de nossa época em termos da evolução de uma forma capitalista cada vez mais eficiente em seu poder de abstração, do capitalismo enquanto realização do *princípio da troca*. No caso, com a homogeneização do trabalho na produção:

³⁰ Cf. Arendt, Hannah, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* [1963], trad. de Sonia Orietz Heinrich, Diagrama & Texto, São Paulo, 1983. Livro que despertou protestos por parte da comunidade judaica internacional por tocar num ponto delicado: a ‘colaboração’ dos “Conselhos Judaicos” no extermínio.

a base da evolução que conduz à mentalidade de ticket é, de qualquer modo, a redução universal de toda energia específica a uma única forma de trabalho, igual e abstrata, do campo de batalha ao estúdio cinematográfico (DE, 193).

Pudemos indicar como comparece nas seções I e II dos *Elementos* uma crítica do anti-semitismo como uma ideologia em sentido estrito, como ideologia racista (tese 1), e como ideologia econômica nacionalista (tese 2). A tese 3, no entanto, acerca do anti-semitismo como “disfarce da dominação na produção” (DE, 162), introduz o sentido forte do termo, da ideologia como um sistema de dominação, como o próprio real que se mantém pelo ofuscamento. Igualmente, a noção segundo a qual o anti-semitismo é uma espécie de esquema sintético inseparável do processo do esclarecimento, como vimos, é reafirmada em diversas passagens. Passemos, agora, a uma apresentação de comentários de diversos autores sobre *Elementos do anti-semitismo*.

Segundo Susan Buck-Morss³¹, que ressalta a presença das características do “método” adorniano das constelações em “Elementos do anti-semitismo”, “Adorno demonstrava sua habilidade para reconciliar as teorias antagônicas de Freud e Marx sem cair num revisionismo, nem numa segura posição intermédia entre ambos” (1981, 349). Se, com Marx, Adorno e Horkheimer entendiam o anti-semitismo como um problema econômico antes que religioso, com Freud exploravam a dinâmica subjetiva do fenômeno, na qual sobressaía a incapacidade de experimentar o não-idêntico. Segundo Buck-Morss, os *Elementos do anti-semitismo* acabam por fornecer uma “teoria geral do anti-semitismo” que irá ser a referência-chave dos estudos empíricos de *A personalidade autoritária*, os quais, por sua vez, verificariam e refinariam essa teoria³² (idem, 355). Importa, aqui,

³¹ Buck-Morss, Susan, *Origen de la Dialectica Negativa: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin y el Instituto de Frankfurt*, trad. de Nora R. Maskivker, México, Siglo Veintiuno Editores, 1981.

³² Analisaremos a relação entre os *Elementos do anti-semitismo* e *A Personalidade Autoritária* no capítulo seguinte.

salientar que, para Buck-Morss, Adorno permanece fundamentalmente “fiel ao espírito de Marx” em sua reflexão sobre o anti-semitismo nos *Elementos*, uma vez que remete a dinâmica psicológica do anti-semita ao fascismo, e este, ao capitalismo e seu potencial de reificação e alienação (idem, pp. 349-57). Tal interpretação, no nosso entender detecta corretamente os motivos materialistas da reflexão de Adorno e Horkheimer. Por outro lado, parece-nos que ela se inclina por reconciliar prematuramente os “elementos” numa abordagem em última análise economicista, o que não nos parece o caso de Adorno e Horkheimer, ainda que estes tenham, sim, referido o anti-semitismo ao capitalismo monopolista. Ocorre que, para eles, o anti-semitismo é muito mais visto como um fenômeno *sobredeterminado*, e, ainda mais, um fenômeno em que desempenham papel crucial aspectos *arcaicos* da modernidade, refletidos pela relação entre o mito e o esclarecimento.

No entendimento de Gillian Rose³³, o que estrutura o capítulo sobre o anti-semitismo é a fundamentação do fenômeno na esfera econômica (1978, 104ss.), conforme expresso na passagem da *Dialética do Esclarecimento* onde os autores afirmam que “o anti-semitismo burguês tem um fundamento especificamente econômico: o disfarce da dominação na produção”(DE, 162). A necessidade do sistema capitalista avançado, onde tanto a produção como a circulação são controladas por grandes agências centralizadoras, produz o anti-semitismo como atribuição aos judeus da responsabilidade pela crise do sistema como um todo.

Difícilmente a interpretação de Rose pode ser considerada satisfatória, em vista de tudo aquilo que já indicamos até aqui. A reflexão de Adorno e Horkheimer não é redutível exclusivamente ao elemento econômico do anti-semitismo.

³³ Rose, Gillian, *The Melancholy Science*, London, Macmillan Press, 1978.

É o que indica Jay³⁴, para quem a teoria do anti-semitismo na *Dialética do Esclarecimento* vai além de um enfoque marxista reduutivo, sobretudo em razão do uso de categorias freudianas. O cerne da explicação do anti-semitismo estaria enraizado no argumento central do livro como um todo, relacionado à problemática da dominação da natureza na civilização ocidental e à concomitante apoteose da razão instrumental (1980, 144). Por outro lado, Jay considera problemática a “recusa de Adorno e Horkheimer em organizar os argumentos que eles apresentam de uma maneira hierárquica”, bem como a ausência de um esforço para “pesar a importância relativa de cada elemento em compor aquilo que seria o anti-semitismo”, além da falta em delimitar os “laços causais entre eles” (idem, 144). Ao invés, indica Jay, os autores optaram por apresentar uma “constelação descentrada de fatores justapostos de uma forma não-mediada”. Os elementos possíveis de serem extraídos do capítulo, segundo Jay, seriam os seguintes: a) o elemento marxista, em que o fundamento econômico do anti-semitismo é afirmado; b) a afirmação do anti-semitismo como um “esquema da civilização”, compreendido dentro da dialética do esclarecimento. Esse argumento teria sido desenvolvido em: 1) uma discussão do papel da mimese nas origens da civilização e sua distorção pela mimese anti-semita; 2) uma análise da dimensão religiosa do processo; 3) uma teoria psicanalítica do anti-semitismo como “falsa projeção”, articulada a uma análise epistemológica do mecanismo.

Segundo Jay, “o anti-semitismo é situado como a culminação de um processo a um só tempo social, psicológico e filosófico, o qual é a própria dialética do anti-semitismo” (1980, 147). Nesse sentido:

Para Adorno e Horkheimer, portanto, talvez a fonte última do anti-semitismo e seus equivalentes funcionais seja o ódio contra o não-idêntico, que caracteriza o impulso de dominação totalizante da civilização ocidental (Jay, 1980, 148).

³⁴ Jay, Martin, “The Jews and the Frankfurt School: Critical Theory’s Analysis of Anti-Semitism”, *New German Critique* 19 (1980): 137-49.

Apesar do mérito da interpretação de Jay, que centraliza corretamente a discussão no argumento da *Dialética do Esclarecimento*, ele parece não atentar para a recomendação adorniana de manter irreconciliado no pensamento o que se encontra irreconciliado na realidade. Assim, a falta de síntese dos *Elementos* seria uma *expressão* do estado de coisas real. O pensamento pode extrair significado do fenômeno do anti-semitismo, mas não *um* significado. Como se pode depreender da seguinte passagem de *Sobre a relação entre a sociologia e a psicologia*, de Adorno: “contradições objetivas não são estados provisórios do intelecto que desapareçam como o tempo... nenhuma síntese científica futura poderá conciliar o que se encontra, em princípio, dividido³⁵.” Jay acerta quando refere a reflexão de Adorno e Horkheimer sobre o anti-semitismo ao argumento da *Dialética do Esclarecimento* como um todo. Mas parece esquecer-se disso quando afirma que os “elementos” do anti-semitismo se justapõem sem mediação. Ora, a mediação, aqui, justamente é aquela mediação dada pelo todo, a saber, a tendência do espírito objetivo manifesta no controle instrumental da natureza (DE, 160, 182, 184, *passim*).

Segundo Wiggerhaus³⁶, as teses essenciais de “Elementos do Anti-semitismo” seriam aquelas contidas na seção *quinta*, sobre o anti-semitismo como idiosincrasia, e na *sexta* seção, sobre o anti-semitismo como falsa projeção (Wiggerhaus, 1993, 328). Além do mais, ele ressalta a noção de que, segundo Adorno e Horkheimer, os judeus não seriam apenas uma minoria entre outras (negros, mulheres, etc) mas, diversamente, constituiriam uma singularidade entre as minorias, pelo fato de que “eles escapam à civilização não somente por baixo, pela natureza não-dominada, mas também pelo alto, pelo espírito elevando-se sobre a natureza”(idem, 327). Ou seja, Wiggerhaus alude à ambigüidade da posição dos judeus no processo civilizacional, referida por Adorno e Horkheimer no exame do elemento religioso do anti-semitismo (idem, 327-8). Também

³⁵ Adorno, Theodor, “Sociology and Psychology”, *New Left Review*, 46 (1967), p. 75.

³⁶ Wiggerhaus, Rolf. *L'Ecole de Francfort, Histoire, Developpement, Signification*, Paris, PUF, 1993.

central, para Wiggerhaus, é o fato de que a teoria do anti-semitismo significa um complemento da teoria da degradação da natureza pela dominação, sendo que o “anti-semitismo representaria o ódio dos ‘civilizados’ por todos os outros humanos que impediriam o esquecimento do fracasso da civilização” (idem, 325), o que é referido, por exemplo, na passagem dos *Elementos* citada por Wiggerhaus, segundo a qual “o anti-semitismo é um esquema refinado, um ritual da civilização, e os *pogroms* são as verdadeiras mortes rituais” (DE, 160).

Wiggerhaus compreende corretamente os motivos da reflexão e tem razão em centrar sua atenção nas seções quinta e sexta. Por outro lado, ele dá pouca atenção à dinâmica da subjetividade no capitalismo avançado, aspecto essencial da *mentalidade de ticket*, analisada por Adorno e Horkheimer. Além disso, ele não alude à relação entre dialética do esclarecimento e progresso da reificação, também fundamental nos *Elementos*.

No nosso entender, a “constelação” formada pela reflexão de Adorno e Horkheimer sobre o anti-semitismo na *Dialética do Esclarecimento* possuiria três elementos ou pólos que se relacionam dialeticamente, mediando-se uns aos outros:

– *O elemento da determinação econômica*: o anti-semitismo é compreendido como um fenômeno que tem o seu fundamento na posição dos judeus dentro das relações capitalistas: como “colonizadores do progresso”, desprovidos, ao mesmo tempo, de posições de poder, os judeus se viram expostos a uma campanha do sistema como um todo que atribuía-lhes a culpa pela infelicidade geral resultante das formas capitalistas. O progresso da reificação no capitalismo tardio seria altamente favorável ao esquema anti-semita (DE, 161-64, 186-94).

– *O elemento religioso*: como “realizadores do esclarecimento”, os judeus fizeram a destituição da magia na religião. Segundo Adorno e Horkheimer, o

judaísmo possuiria alguns traços mais avançados do que o cristianismo, no sentido de um afastamento de uma religião natural. Problematicamente, os autores afirmam também o inverso, ou seja, que, sob certos aspectos, o cristianismo seria mais espiritualizado do que o judaísmo. Em todo caso, a determinação religiosa do anti-semitismo encaixa-se no problema da posição dos judeus no processo do esclarecimento, que os torna vítimas preferenciais, em razão de sua suposta proximidade maior da natureza e, ao mesmo tempo, de seu avanço espiritual em relação ao processo civilizatório dominante (DE, 164-67).

– *O elemento antropológico*: as tendências totalizantes do esclarecimento impõem ao processo de individuação, ou seja, da formação, uma perda de autonomia e espontaneidade e um aumento de heteronomia e passividade. Os indivíduos são expropriados psicologicamente e tornam-se presas das tendências dominantes da sociedade. Não há mais uma autêntica individuação, em razão da falência da formação de um conflito entre uma consciência moral e as pulsões. Na fase tardia do esclarecimento, as tendências pulsionais são absorvidas pelo sistema, ocasionando a adesão dos indivíduos a plataformas eleitorais prontas e à formas enrijecidas de pensamento, fenômenos chamados de “semicultura” e “mentalidade de ticket”. Nesta direção, Adorno e Horkheimer fazem uma análise de comportamentos anti-semitas através das categorias de *falsa projeção* e de *mimese racionalizada*, modos distorcidos de relação entre o Eu e o mundo, caracterizados pela fusão irracional do psiquismo às tendências totalizantes da sociedade, mediadas pela *mentalidade de ticket* e a dominação imposta pela *indústria cultural* (DE, 168-94).

No capítulo seguinte reconstituiremos o percurso de Adorno quanto à questão do anti-semitismo em seus estudos relacionados à pesquisa empírica de *A personalidade autoritária*, a qual foi elaborada tendo em vista os aspectos teóricos desenvolvidos em *Elementos do anti-semitismo*. Embora *A*

personalidade autoritária como um todo não seja um estudo específico sobre o anti-semitismo, ele na verdade se volta para os mesmos processos analisados na *Dialética do Esclarecimento*: o fim da individuação, a desconsideração pelo sujeito na modernidade, a regressão do comportamento político manifesta na *mentalidade de ticket* e a suscetibilidade do indivíduo moderno ao esquema da indústria cultural e da propaganda política reacionária.

CAPÍTULO 2: POLÍTICA E SUBJETIVIDADE NA PERSONALIDADE AUTORITÁRIA

À época do término da elaboração de *Dialética do Esclarecimento*, Adorno se engaja no projeto coletivo de pesquisa sobre a *Personalidade Autoritária*¹, com um grupo de cientistas sociais e psicólogos da Universidade Berkeley. Trata-se de um estudo psicossocial, com base empírica consistindo em formação e aplicação de questionários, aplicação de testes clínicos projetivos e entrevistas clínicas. Seu objetivo é investigar a relação entre ideologia político-social e fatores de personalidade.

A Personalidade Autoritária é um desdobramento dos *Estudos sobre o Preconceito*, iniciados pelo Instituto nos anos quarenta, sob a direção de Max Horkheimer e os auspícios do American Jewish Comitee. Na verdade, a própria concepção geral dos *Estudos* tal como proposta por Horkheimer ao Comitee tinha como traço característico o objetivo de fornecer armas contra o fascismo, que se considerava possivelmente latente na sociedade americana².

Neste sentido, *A Personalidade Autoritária* se propunha a jogar luz sobre a seguinte questão: como as massas puderam aderir a plataformas políticas que contrariavam seus próprios interesses materiais? Outros pesquisadores já haviam se debruçado sobre a mesma pergunta, notadamente Reich, em seu *Psicologia de*

¹ Aqui citada pela sigla AP, seguida do número de página da seguinte edição: Adorno, Theodor W.; Frenkel-Brunswick, Else; Levinson, Daniel J.; Sanford, R. Nevitt, *The Authoritarian Personality*, Nova York, Science Editions, 1964. Sendo que a primeira edição de *The Authoritarian Personality* é de 1950.

² Os outros volumes da série dos *Studies in Prejudice* foram: 1) Ackerman, Nathan W., e Jahoda, Marie, *Anti-Semitism and Emotional Disorder: a Psychoanalytic Interpretation*, 1950; 2) Bettelheim, Bruno, e Janowitz, Morris, *Dynamics of Prejudice: a Psychological and Sociological Study of Veterans*, 1949; 3) Massing, Paul, *Rehearsal for Destruction*, 1949; e 4) Lowenthal, Leo, e Guterman, N., *Prophets of Deceit*, 1949. Todos publicados pela Harper & Row, de Nova York. Cf. o prólogo de Horkheimer aos *Studies in Prejudice*, publicado no volume da *Personalidade Autoritária*.

*Massa do Fascismo*³. É o próprio Reich que vai fornecer uma hipótese que seria retomada em nova chave pelo Instituto: a de que a escolha da ideologia política, longe de ser um processo racional, é largamente determinada por fatores emocionais, vale dizer pela *estrutura psíquica* do indivíduo. Esta suposta estrutura seria o resultado cristalizado da estabilização dos mecanismos psicológicos atuantes ao longo da vida do sujeito⁴

O importante aqui, naquilo que Adorno vai retomar em seu trabalho, é a noção de uma relação de mediação determinada entre a esfera do comportamento político, no nível das opiniões, valores e atitudes manifestas do indivíduo, e sua *estrutura de personalidade*.

No presente capítulo, investigaremos o modo como Adorno trata a questão do anti-semitismo na *Personalidade Autoritária*, pesquisa fundamental a que se reúnem trabalhos correlatos do mesmo período – notadamente *A técnica psicológica dos discursos de rádio de Martin Luther Thomas* e *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*⁵ – que referiremos aqui na medida em que esclareçam aspectos da *Personalidade Autoritária*. Assim, na primeira seção, apresentaremos os traços teóricos e metodológicos mais importantes da *Personalidade Autoritária*. No segundo momento, referenciaremos os principais passos da investigação concernentes ao preconceito anti-minoritário, em especial, à sua dinâmica psicológica. No terceiro momento, voltaremos à avaliação adorniana do anti-semitismo em sua dimensão subjetiva na *Personalidade*

³ Reich, Wilhelm, *Psicologia de Massa do Fascismo*, tradução de J. Silva Dias, Porto, Publicações Escorpião, 1974. Reich desenvolve um trabalho pioneiro (seu livro é de 1933) no sentido de tentar explicar a adesão ideológica a partir de fatores subjetivos, largamente inconscientes. Segundo sua teoria da ideologia, haveria uma dupla determinação do fenômeno ideológico: “indiretamente [pela] estrutura econômica da sociedade, diretamente [pela] estrutura [psíquica] típica dos homens que a reproduzem, por sua vez determinada pela estrutura econômica da sociedade” (Reich, 1974, p. 77). Para uma apreciação do estudo de Reich, Cf. Rouanet, Sérgio Paulo, *Teoria Crítica e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986, pp. 26-49.

⁴ Em Reich essa estrutura é designada como “caráter” (Cf. Reich, *op. cit.*, pp. 53ss.).

⁵ Adorno, Theodor W., “Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda”, in *Gesammelte Schriften*, Vol. 8. Frankfurt/ M. Suhrkamp. 1972. e Adorno, Theodor W., “The Psychological Technique of Martin Luther Thomas’ Radio Addresses”, in: *Gesammelte Schriften*, Vol. 9.1 (Primeiro Tomo). Frankfurt/ M. Suhrkamp. 1975.

Autoritária. Por fim, ensaiaremos uma interpretação acerca de como a pesquisa adorniana desse período se posiciona sobre a questão do anti-semitismo, especialmente face às idéias desenvolvidas na *Dialética do Esclarecimento*, numa reavaliação da *constelação do anti-semitismo*, tal como descrita na nossa seção 1.4..

Com relação ao problema da subjetividade e do preconceito anti-semita, o escritor Elias Canetti relata um episódio de infância, exemplar da dinâmica psicológica do anti-semitismo, com sua cegueira ao real e seu aspecto destrutivo-projetivo. Um colega de escola lhe repete diariamente as perguntas maliciosas de seu irmão mais jovem, destinadas a ferir o orgulho do judeu Elias e incitá-lo a agressão, que servirá de desculpa para a sua própria investida:

Elias, meu irmão pergunta: “por que vocês usaram sangue de cristãos durante a Festa da Páscoa?” Eu respondia: “Jamais. Celebrávamos a Páscoa quando eu era criança. Eu teria notado. Tínhamos muitas empregadas cristãs em nossa casa, eram minhas companheiras de brinquedos”. No dia seguinte vinha a próxima mensagem do irmão: “talvez não nos nossos dias, quando isso seria logo divulgado. Mas, antigamente, por que os judeus matavam crianças para a sua Festa da Páscoa?” Todas as velhas acusações eram desenterradas: “Por que os judeus envenenaram os poços?” Eu respondia: “jamais fizeram isso”. Ele continuava: “fizeram sim, no tempo da Peste”. “Mas eles morriam da peste, como os outros.” “Porque envenenaram os poços. Seu ódio aos cristãos era tão grande que eles próprios sucumbiam a esse ódio.” “Por que os judeus amaldiçoam todas as outras pessoas?” “Por que os judeus são tão covardes?” “Por que, durante a guerra, não havia judeus combatentes?” (...) Para emular a tranqüilidade de Rainer eu certa vez lhe disse: “Diga a seu irmão que sou grato por suas perguntas. Assim posso acabar com suas idéias tolas de uma vez por todas”. Até mesmo o crédulo, inocente e honesto Rainer se admirou: “Isto será difícil”, disse, “ele sempre vem com novas perguntas”. Mas, na realidade o ingênuo era eu, pois durante vários meses não percebi qual era a intenção de seu irmão. Um dia Rainer disse: “Meu irmão quer saber por que você sempre responde as suas

perguntas. Você poderia abordá-lo no pátio da escola, durante o recreio, e desafiá-lo à luta. Você pode bater-se com ele, se não tiver medo!”⁶

⁶ Canetti, Elias. *Uma Luz em Meu Ouvido: História de uma Vida 1921-1931*, tradução de Kurt Jahn. São Paulo. Companhia das Letras, 1989. pp. 32s.

2.1. A *Personalidade Autoritária*: metodologia e hipóteses

Adorno e Horkheimer, no prefácio da *Dialética do Esclarecimento*, livro concluído em 1944, afirmam que as teses contidas em “Elementos do Anti-Semitismo”, caracterizadas ali como “uma pré-história filosófica do anti-semitismo”, estão “diretamente ligadas a pesquisa empírica do *Instituto de Pesquisa Social*” (DE, 16). Eles se referiam basicamente aos *Estudos sobre o Preconceito*⁷. A *Personalidade Autoritária* é uma daquelas pesquisas, e abre um novo tipo de perspectiva com relação à reflexão adorniana sobre o anti-semitismo.

Na “Introdução” da *Personalidade Autoritária*, Adorno define a problemática da pesquisa, suas hipóteses básicas e sua relação com a questão do anti-semitismo. Por sua importância, julgamos necessário transcrever a passagem integralmente:

⁷ Sobre os *Studies on Prejudice*, Cf. nota 2, *supra*. O Instituto pretendia realizar uma grande pesquisa empírica sobre o anti-semitismo nos Estados Unidos desde 1939, quando é elaborado o *Research Project on Anti-Semitism*, assinado por Adorno, Paul Massing e Leo Lowenthal e publicado na revista do Instituto em 1941. Acerca da pesquisa empírica do Instituto nos anos quarenta Cf. o livro de Jay, Martin, *La Imagination Dialéctica*, Madrid, Taurus, 1989, pp. 223ss e 359-408. Cf., também, a esse respeito, o livro de Wiggerhaus, Rolf, *L'École de Francfort*, Paris, PUF, 1993, pp. 337-69. Uma apreciação cuidadosa do *Research Project* é dada por Stephen Crook em seu ensaio introdutório à coletânea que reúne, entre outros materiais, o próprio *Research Project*: “Introduction: Adorno and Authoritarian Irrationalism”, in: Adorno, Theodor W., *The Stars down to earth and other essays on the irrational in culture*, Londres e Nova York, Routledge, 1994, pp. 1-33.

O *Research Project* propunha pesquisar as raízes psicológicas do anti-semitismo, tanto no indivíduo como na sociedade, através de um trabalho que combinava pesquisa histórica com experimentos psicológicos. O objetivo do projeto era, por um lado, mostrar a presença do anti-semitismo mesmo em momentos privilegiados da modernidade europeia, como o Iluminismo Francês e o Idealismo Alemão. Por outro lado, o preconceito anti-semita era abordado em termos dos “chamados traços dos judeus e a gênese destes traços” (Adorno, 1994, 136). Uma tipologia dos tipos de anti-semita era esboçada de forma ainda tentativa, bem como se fazia referência a posição dos judeus na sociedade, ligados ao comércio, ao capital financeiro e ao trabalho intelectual, como um fator importante para a reação anti-semita (idem, 152ss). A parte experimental do projeto previa um desenvolvimento empírico daquela tipologia e uma aferição experimental da propensão ao anti-semitismo nos Estados Unidos (idem, 158ss). O *Research Project* mostra-se como uma primeira tentativa de estudar o anti-semitismo em sua dinâmica subjetiva, através de métodos experimentais. No entanto, muitas de suas concepções mostraram-se demasiado simplistas e foram amplamente superadas tanto na *Dialética do Esclarecimento* como na *Personalidade Autoritária* (noções, por exemplo, como as de ‘caráter nacional’ e de ‘mentalidade judia’, Cf. *op. cit.*, pp. 154s).

A presente investigação sobre a natureza do indivíduo potencialmente fascista começou com o foco da atenção no anti-semitismo. Os autores, juntamente com a maioria dos cientistas sociais, sustentam a noção de que o anti-semitismo é mais amplamente baseado em fatores do sujeito e sua situação total do que em características reais dos judeus, e que se deve buscar os determinantes das opiniões e atitudes anti-semitas no interior das pessoas que as expressam. Desde que esta ênfase na personalidade requeriu focar a atenção na psicologia, ao invés da sociologia ou história – embora, em última análise, as três possam ser separadas somente de maneira artificial – não haverá tentativa alguma de explicar a existência de idéias anti-semitas em nossa sociedade. A questão era, ao invés, saber por que alguns indivíduos aceitam essas idéias enquanto outros não o fazem. E já que desde o início a pesquisa foi guiada pelas hipóteses apresentadas acima, supôs-se que: 1) o anti-semitismo provavelmente não é um fenômeno específico ou isolado, mas parte de uma estrutura ideológica mais ampla, e 2) a suscetibilidade de um indivíduo a esta ideologia depende primariamente de suas necessidades psicológicas (AP, 2s).

A questão do anti-semitismo encontra-se, assim, na origem mesma da *Personalidade Autoritária*. Nela, a investigação empírica e a imaginação teórica se concentram na dimensão do indivíduo, de sua interioridade. Já encontramos na *Dialética do Esclarecimento* a afirmação de que o preconceito anti-semita tem pouco ou nada a ver como o seu objeto, o judeu, e sim com o preconceituoso: “o anti-semitismo, de certa maneira, tem que, primeiro, inventar seu objeto” (DE, 193). Na *Dialética* também se dava a compreensão do anti-semitismo em termos subjetivos, através dos mecanismos da projeção pática e da mimese da mimese. Mas, enquanto a *Dialética* buscava uma explicação para a própria existência e persistência do anti-semitismo na história, em termos de uma meta-teoria da racionalidade ocidental, a *Personalidade Autoritária* não se interroga acerca da origem do anti-semitismo, mas busca apreendê-lo enquanto fenômeno ideológico em relação com necessidades psicológicas individuais. Assim, as hipóteses básicas da *Personalidade Autoritária* dizem respeito ao modo como se dá a aceitação, pelo indivíduo, de determinados padrões ideológicos. Nesse sentido,

Adorno e os cientistas de Berkeley assumem que – de acordo com a hipótese 1, acima citada – já que é de se esperar que as ideologias sejam julgadas muito menos em função de sua racionalidade do que em função do estímulo emocional que elas eliciam, o anti-semitismo será, *provavelmente*, conjugado com outras ideologias que do ponto de vista subjetivo lhe sejam equivalentes, formando uma configuração ou estrutura ideológica que faça sentido para o indivíduo que a acolhe⁸. A segunda hipótese inicial diz respeito justamente às necessidades psicológicas do indivíduo, que responderiam, com base em fatores da personalidade, à escolha do padrão ideológico do qual o anti-semitismo é *parte*, conforme o suposto pela hipótese 1.

Adorno fala de um “indivíduo potencialmente fascista”. Em que sentido? Deve-se ter em consideração que a pesquisa foi feita nos Estados Unidos dos anos 40, pouco após a guerra. O clima ideológico dominante não era declaradamente fascista, e ele afirma que não se estudou indivíduos abertamente fascistas ou egressos de organizações fascistas (AP, 1). Ainda assim, foram encontrados indivíduos cuja mentalidade permitia supor que aceitariam a ideologia fascista, caso essa se tornasse poderosa no país – com efeito, uma das características mais marcantes do indivíduo potencialmente fascista é seu fascínio pelo poder *per se*, e por tudo aquilo que se manifesta como força no plano do existente.

Teríamos, assim, de um lado, a *pauta ideológica* (que pode incluir elementos de ideologia anti-semita), manifesta no indivíduo por suas opiniões

⁸ É de se notar a semelhança entre essa concepção e aquela assinalada por Sartre em seu *Reflexões sobre a questão judaica*, segundo a qual o anti-semitismo é uma *totalidade sincrética*. Cf. Sartre, Jean-Paul, *Reflexões sobre o Racismo*, tradução de J. Guinsburg, São Paulo, Difel, 1965, pp. 12ss. Os próprios autores da *Personalidade Autoritária* reconhecem a riqueza e a proximidade de posições do texto sartriano com relação ao seu trabalho. Cf. Adorno, Theodor W. *et al*, *op cit.*, p. 971, nota 1: “Há uma marcante similaridade entre a síndrome que designamos como personalidade autoritária e o ‘retrato do anti-semita’, de Jean-Paul Sartre. O brilhante ensaio de Sartre se tornou disponível a nós quando todo os nossos dados já haviam sido coletados e analisados. O ‘retrato’ fenomenológico se assemelha, de uma maneira que nos parece notável, com a síndrome que emergiu lentamente de nossas observações empíricas e análises quantitativas, tanto na estrutura geral como em numerosos detalhes.” A referência feita nesta passagem é à publicação de uma parte de *Reflexions sur la question juive*, sob o título de “Portrait of the antisemite”, na *Partisan Review*, em 1946.

políticas, econômicas e sociais – formando, para ele, um todo coerente. Por outro lado, teríamos as tendências subjetivas que responderiam pela formação dessa pauta, entendidas em termos de forças de personalidade que se estruturariam em *tipos de personalidade* com uma certa estabilidade funcional. Os termos básicos da questão, assim postos, seriam *estrutura ideológica* e *estrutura de personalidade*.

Adorno propõe a seguinte definição operacional de ideologia, para os fins da pesquisa da *Personalidade Autoritária*:

Empregamos o termo ideologia na acepção que lhe dá a literatura atual, ou seja, como uma organização de opiniões, atitudes e valores, em suma, uma maneira de pensar sobre o homem e a sociedade. Podemos falar de ideologia total de um indivíduo ou de sua ideologia com respeito a diferentes aspectos da vida social, política, economia, religião, grupos minoritários, etc. As ideologias têm existência independente do indivíduo isolado e as que se dão em determinado período resultam tanto de processos históricos como de acontecimentos sociais do momento. Tais ideologias exercem sobre cada indivíduo diferente grau de atração, o qual depende de suas necessidades e da medida em que estas são satisfeitas ou frustradas (AP, 2).

A ideologia é entendida, assim, como fenômeno simultaneamente social e subjetivo. Se a sua gênese se dá no plano da totalidade histórica da sociedade, ela se manifesta no plano da psicologia individual. Sendo assim, a noção de ideologia remete imediatamente à noção de *personalidade*:

A presente investigação se propõe a descobrir as correlações existentes entre a ideologia de um indivíduo e os fatores sociais que atuaram na sua vida passada, continuam ou não exercendo a sua influência no presente. Quando se busca uma explicação dessas correlações, entram no quadro as relações entre personalidade e ideologia, considerando-se a personalidade como *agente mediador entre as influências sociológicas e a ideologia*... o que se formou é uma estrutura dentro do sujeito, algo capaz de atuar por iniciativa própria sobre o meio social e de selecionar os diversos estímulos que recebe; algo que, apesar de

sempre modificável, opõe freqüentemente grande resistência às mudanças fundamentais (AP, 6, grifo meu).

Ideologia e personalidade são conceitos que se remetem reciprocamente. Adorno compreende ambos como totalidades organizadas de modo dinâmico no indivíduo, de forma que a relação entre eles seria de reflexão. Desse modo, “as mesmas tendências ideológicas podem, em diferentes pessoas, ter uma origem distinta, assim como as mesmas necessidades pessoais podem manifestar-se em diferentes tendências ideológicas” (AP, 2).

Mas como Adorno e os pesquisadores de Berkeley traduziram essas noções em termos empíricos? O objetivo inicial do estudo era formar uma escala que possibilitasse identificar o indivíduo potencialmente fascista. Partiu-se, então, de escalas de atitudes já existentes para a formação de escalas de anti-semitismo (AS), etnocentrismo (E) e conservadorismo político e econômico (PEC)⁹

A hipótese básica, como vimos, era a de que essas pautas ideológicas possuísem uma correlação significativa entre si, formando um pauta ideológica autoritária geral, vinculada a um tipo *autoritário* de personalidade.

Carone¹⁰ (1996), num trabalho sobre a *Personalidade Autoritária*, mostra como o uso de definições operacionais possibilitou a aferição da pauta ideológica dos indivíduos estudados:

Enquanto fenômenos psíquicos (opiniões, atitudes, valores), as ideologias não são entidades observáveis e mensuráveis... mas podem sofrer uma espécie de “tradução empírica”, como acontece com os termos teóricos na Física e mesmo na Psicologia, com os termos mentais, mediante uma cláusula de redução do tipo:

⁹ A formação de escalas de medição de tendências ideológicas ocupa uma parte importante da *Personalidade Autoritária*. Adiante, na seção 2.2, analisaremos em detalhe a construção da Escala F, destinada ao estudo do potencial fascista.

¹⁰Carone. Iray. *A Questão da Ideologia em A Personalidade Autoritária*. mimeo. 1996.

$$(\forall x) (P_1 x \rightarrow (Q x = P_2 x))$$

Nesta fórmula, P_1 e P_2 representam termos observacionais e Q o termo teórico a ser definido.

A cláusula de redução está formalmente presente nas chamadas definições operacionais. Definições operacionais não são definições explícitas mas contextuais, vale dizer que nelas o termo a ser definido Q está contido na fórmula, mas não como membro de uma equação na qual apareça como definiendum. Dessa maneira, o termo teórico Q , no caso, a ideologia do sujeito, será traduzida empiricamente pelas respostas P_2 às asserções postas P_1 (Carone, 1996, 17s).

As asserções apresentadas (P1) aos indivíduos não eram claramente ideológicas, de modo a contornar as suas defesas egóicas e permitir uma resposta que desse uma indicação das camadas mais profundas da personalidade, o que vinha ao encontro do objetivo do estudo, que era o de poder diagnosticar o indivíduo fascista em potência (AP, 1). Com efeito, Adorno estabelece uma distinção entre *ideologia declarada*, que se refere às opiniões, atitudes e valores expressos, e a *predisposição ideológica*, que pode não se expressar na superfície, e mesmo não ser plenamente consciente para o próprio indivíduo (AP, 3s). Segundo Adorno, é este nível que será determinante para a conduta anti-minoritária manifesta (AP, 4). Em todo caso, os dois níveis se referem a uma mesma *totalidade* organizada: a ideologia global do indivíduo, na qual “as partes que a constituem estão relacionadas de maneira psicologicamente significativa” (AP, 4).

A *Personalidade Autoritária*, portanto, é um estudo de prospecção de *predisposição ideológica*, mais do que de preconceito declarado. As asserções apresentadas aos sujeitos eram “encobertas”, justamente para possibilitar que os mesmos respondessem livremente aos questionários, o que seria dificultado caso estas fossem explicitamente discriminatórias: os sujeitos poderiam se mostrar

reticentes em responder afirmativamente às asserções, com receio de um julgamento desfavorável por parte dos examinadores:

não inquirimos os sujeitos do estudo diretamente a respeito... mesmo para o nível ideológico de superfície foi necessário empregar métodos em certa medida indiretos... apresentamos as coisas de tal maneira que este podia provar uma afirmação semelhante [que contivesse algum preconceito embutido] sem deixar de se crer uma pessoa 'sem preconceitos' ou 'democrática' (AP, 15).

O indivíduo preconceituoso é entendido, na perspectiva da *Personalidade Autoritária*, como o indivíduo potencialmente anti-democrático, ou potencialmente fascista (AP, 1, 7s, *passim*). O que se pretendia, com as técnicas de pesquisa empregadas, era: 1) o diagnóstico do indivíduo preconceituoso, e 2) descobrir “quais os fatores de personalidade mais profundos que se escondem por trás de uma ideologia anti-democrática” (AP, 13).

O estudo avançou no sentido da criação de um instrumento capaz de atingir tais objetivos. Assim, foi elaborada a “escala F”, para a medição de “tendências anti-democráticas implícitas”, isto é, do potencial fascista. Esse tipo de escala apresentava uma novidade em relação às escalas de valores convencionais, usadas na psicologia social para a medição de tendências ideológicas de superfície:

Nosso procedimento consistiu em reunir numa escala ítems que, por hipótese e experiência clínica, podiam ser considerados como delatores de tendências que jazem em profundidades relativas da personalidade, e que constituem uma disposição a expressar espontaneamente (numa ocasião adequada) idéias fascistas, ou antes, a sofrer a influência delas... de tal maneira que servissem como racionalizações de tendências irracionais (AP, 15).

É importante notar que à idéia de construção de escalas para diagnóstico e compreensão do potencial fascista de personalidade subjaz a noção de que pautas ideológicas comuns a vários indivíduos acabariam preenchendo uma espécie de

função adaptativa para os mesmos, uma maneira de se orientar no mundo (AP, 28). De todo modo, se a relação entre as atitudes aferidas e o clima cultural geral é variável individualmente, os indivíduos preconceituosos se adaptariam muito mais facilmente às tendências dominantes, sendo assim mais suscetíveis à ação da propaganda fascista (AP, 4).

Notemos, também, a centralidade da noção de *personalidade*, como uma estrutura mais ou menos estável dentro do indivíduo, e que é responsável pela resposta deste ao clima ideológico. As forças de personalidade são concebidas como sistemas de *necessidades*, num sentido psicodinâmico, segundo Adorno:

Tomamos principalmente de Freud a teoria acerca da estrutura da personalidade... as forças da personalidade são essencialmente *necessidades* (tendências, desejos, impulsos emocionais) que variam de indivíduo para indivíduo em qualidade, intensidade, modo de gratificação e objetos de apego, e que interagem umas com as outras em pautas ora harmoniosas ora conflitivas: a necessidade de evitar o castigo e conservar a boa-vontade do grupo social, a de manter uma harmonia e integração dentro de si mesmo. Posto que admitimos que as opiniões, as atitudes e os valores dependem das necessidades humanas e que a personalidade é essencialmente uma organização de necessidades, podemos considerar as necessidades como um fator *determinante* das preferências ideológicas (AP, 5).

No entanto, se a personalidade é *um* fator determinante na escolha ideológica, ela não é *o* fator determinante, no sentido de determinante último, visto que o domínio da personalidade, embora autônomo, não pode ser separado do todo social que o determina. Haveriam ainda determinantes estritamente econômicos e sociais que apareceriam, de forma mediada, no processo de socialização, e que conservariam sua influência sobre a personalidade, tanto maior quanto mais cedo se apresentassem na vida do indivíduo (AP, 5s). De todo modo, a personalidade é entendida como socialmente formada e, dessa maneira, índice do todo: “se fosse possível esclarecer o papel da personalidade, se poderia compreender melhor quais são os fatores sociais mais decisivos e como logram

seus efeitos” (AP, 6). A personalidade, por outro lado, não é uma simples estrutura passiva, com relação à influência do meio. Ao contrário, ela é entendida como potência, como algo que age sobre as influências que recebe:

ainda que a personalidade seja produto do meio social do passado, ela não constitui, uma vez desenvolvida, um simples objeto do meio atual do indivíduo. O que se formou é uma estrutura dentro deste, algo capaz de atuar com iniciativa própria sobre o meio social e de selecionar os diversos estímulos com que se depara (AP, 6).

Adorno chama a atenção para a predominância das “tendências irracionais”, ou seja, de necessidades emocionais profundas – forças de personalidade – sobre os fatores racionais, baseados na consideração lógica do próprio interesse econômico – no processo de valoração ideológica. O interesse econômico não explica o preconceito, e, às vezes, parece mesmo estar em contradição com ele, como no caso do pequeno comerciante que se identifica com as grandes corporações, as mesmas que serão responsáveis por sua própria extinção. Adorno esboça um modelo hipotético do caráter de generalização e ilogicidade do preconceito:

Se pode conceber que um profissional se oponha à imigração dos refugiados judeus em razão de que isso significaria um aumento da competência contra a qual se deve lutar, e, por conseguinte, uma diminuição dos seus ganhos. Mesmo anti-democrática, esta posição é ao menos racional, num sentido limitado. Mas, que este homem vá além e aceite, como a maioria dos que se opõem aos judeus por razões de trabalho, uma grande variedade de opiniões, muitas delas contraditórias, com respeito aos judeus em geral e os culpe dos diversos males do mundo, isto é simplesmente ilógico (AP, 8s).

Podemos observar, desde já, que o preconceito na *Personalidade Autoritária* recebe uma caracterização que se aproxima das considerações elaboradas nos *Elementos do Anti-semitismo*. Senão vejamos: o preconceito é entendido, também aqui, como uma situação de ausência de julgamento, de

lacuna de experiência, na qual o trabalho conceitual é substituído pela generalização irracional, pela estereotipia e pela sua possível transferencialidade para vários outros grupos:

É também ilógico abarcar todos os judeus segundo um estereótipo ‘bom’ deles. Sem dúvida, se dão casos em que frustrações reais, das quais são culpáveis membros destes grupos, mas tais experiências de frustração dificilmente servem para explicar uma particularidade: a tendência para generalizar os preconceitos. De nosso estudo pudemos extrair provas em apoio de uma idéia muitas vezes postulada: o homem que abriga sentimentos hostis contra um grupo minoritário mostrará, muito provavelmente, hostilidade contra grande variedade de grupos (AP, 9).

Assim, o “engano” produzido pela propaganda fascista tem por condição de possibilidade a existência de certas necessidades emocionais de base. O apelo da propaganda fascista se faz diretamente a forças emocionais arcaicas, a medos e desejos profundamente irracionais – em suma, à parte menos diferenciada da personalidade. O trabalho desse tipo de propaganda é tanto mais facilitado quanto menos se defronta com resistências de ordem racional, da parte mais diferenciada da personalidade, por parte do indivíduo. Não se trata apenas de submissão, mas de submissão *voluntária*:

Para que o fascismo triunfe como movimento político, deve contar com o apoio da massa. Deve se assegurar não somente da submissão temerosa, mas da cooperação ativa de grande maioria do povo... a tarefa da propaganda fascista se vê facilitada em proporção com o maior ou menor grau de anti-democracia latente na grande massa do povo (AP, 10).

Nesse sentido, o objetivo *pró-Aufklärung* da *Personalidade Autoritária* se faz explícito, ao propor a possibilidade de uma substituição da manipulação mítica do irracional pelo trabalho do pensamento, em direção à autonomia do sujeito:

É de supor que o conhecimento da natureza e do grau do potencial anti-democrático servirão para orientar um plano de ação democrática... há que se dedicar a fomentar as formas de autoconsciência e autodeterminação que impeçam todo tipo de manipulação (AP, 10).

Esta autoconsciência seria aquela possível num indivíduo dotado de uma personalidade “madura”, de uma compreensão equilibrada da realidade social à sua volta, capaz de organizar para si uma visão de mundo racional, de julgar a objetividade das ideologias que lhe são propostas. Nesse aspecto, é de se ressaltar o papel do Ego, como a instância psíquica responsável pelo teste da realidade:

Mas, o sistema racional de um homem objetivo e reflexivo não é algo separado de sua personalidade. Tal sistema tem sua motivação. O que se destaca em sua origem é principalmente o *tipo de organização de personalidade* do qual surge... é o Ego que toma consciência e responsabilidade das forças irracionais que atuam dentro da personalidade (AP, 11).

A autonomia do sujeito não se separa da possibilidade do desenvolvimento do Ego como o órgão da consciência. Verdaderamente racional será aquele capaz de perceber em si aquele domínio indiferenciado de natureza, representado pelas pulsões, e de realizar uma espécie de trabalho sobre elas. É nisso que aposta a *Personalidade Autoritária*: numa realização das promessas emancipatórias do esclarecimento:

Nisto nos baseamos para crer que o conhecimento dos determinantes psicológicos da ideologia tem lugar, pois o homem é capaz de desenvolver sua parte racional... o conhecimento dos determinantes psicológicos das ideologias tampouco pode mostrar-nos qual é a ideologia mais verdadeira, mas pode nos livrar de alguns obstáculos que impedem o caminho até ela (AP, 11).

Adorno nos diz, da *metodologia* empregada na *Personalidade Autoritária*, que tinha por objetivo “descrever e medir as tendências ideológicas” e “descrever a personalidade” (AP, 11). Ambos objetivos se fizeram indissociáveis, na verdade. O que se buscava era investigar pautas ideológicas, tanto num nível superficial como num nível profundo, e as tendências de personalidade responsáveis pelas mesmas. De início, uma questão se impunha: como identificar o indivíduo preconceituoso, isto é, aquele com forte potencial anti-democrático? Era necessário o socorro mútuo de técnicas variadas: por um lado, estudos de grupo, com base em questionários, que providenciavam a quantificação necessária; por outro lado, estudos clínicos individuais, através de entrevistas e testes psicológicos, capazes de indicar *quais* seriam os fatores de personalidade que “se escondem por trás de uma ideologia anti-democrática” (AP, 12). Adorno descreve a dinâmica do emprego destas técnicas:

O que esperávamos era que o material clínico pudesse se fazer concreto em conceitos, a fim de permitir quantificá-lo e aplicá-lo a estudos de grupos... O mais importante, contudo, foi que os estudos clínicos abriram caminho até os fatores de personalidade mais profundos que se escondem por trás de uma ideologia anti-democrática, e sugeriram também os meios de que poderíamos nos servir para investigá-los em larga escala... O progresso de nossa investigação residia em encontrar indícios cada vez mais exatos das forças de personalidade e em mostrar com clareza crescente as relações que existem entre estas forças e a expressão de idéias anti-democráticas (AP, 12s).

Com respeito às técnicas utilizadas, primeiramente, havia os *questionários*, de três tipos: (1) perguntas factuais, centradas na relação do indivíduo com seus grupos de pertença; (2) escalas de opinião-atitude, destinadas a medir tendências ideológicas de superfície, como o anti-semitismo, o etnocentrismo, o conservadorismo político-econômico (e, mais tarde, as tendências de personalidade mais profundas, que se orientavam num sentido anti-democrático – a escala de potencial fascista); e, finalmente, (3) perguntas

projetivas, de forte conteúdo emocional, que exigiam respostas abertas a temas propostos¹¹ (AP, 13ss). Além dos questionários havia *técnicas clínicas*, consistindo de a) entrevista, onde os sujeitos eram levados a falar espontaneamente sobre temas ideológicos e temas pessoais, e b) o “Teste de Apercepção Temática”, instrumento de psicologia clínica em que o indivíduo é convidado a falar livremente e elaborar pequenas histórias a partir de imagens que lhe são apresentadas em cartões (AP, 16ss).

O primeiro passo a ser dado era a formulação de itens para os questionários destinados a medir aquelas tendências ideológicas de superfície. Cada item deveria expressar uma ou várias características do sistema ideológico total – fosse esse o anti-semitismo, o etnocentrismo ou o conservadorismo político-econômico. Para a escala F, de medição de potencial anti-democrático, o enfoque era novo: não tanto na forma das asserções que eram apresentadas, mas no sentido de que os itens eram muito mais indiretos e tocavam em áreas mais pessoais:

Nosso procedimento consistiu em reunir numa escala itens que, por hipótese e experiência clínica, podiam ser considerados como ‘delatores’ de tendências que jazem em profundidades relativas da personalidade, e que constituem uma *disposição* a expressar espontaneamente (numa ocasião adequada) idéias fascistas, ou antes, a sofrer a influência delas (AP, 15).

Adorno fornece dois exemplos de tais itens: “hoje em dia, quando há tantas classes diferentes de gente por todos os lados misturando-se livremente, deve-se ter cuidado especial a fim de se proteger contra infecções e enfermidades”. E ainda: “a homossexualidade é uma forma de delinqüência particularmente depravada e deveria ser castigada com severidade” (AP, 15). O fundamental, aqui, não é a resposta isolada a uma ou outra das questões, mas o

¹¹ Por exemplo: “o que você faria se lhe restassem somente seis meses de vida e pudesse fazer o que quisesse?” (AP, 16).

fato de que o indivíduo preconceituoso tenderia, de maneira irracional, da aceitação de uma delas, a *derivar o assentimento* à outra:

Que as pessoas que aprovam uma destas proposições mostram uma tendência a estar de acordo com a outra, e de que aqueles que aprovam ambas as declarações se inclinam a aceitar afirmações abertamente anti-democráticas (AP, 15).

Difícilmente exageraríamos se dissermos que esta é uma das passagens centrais de toda a obra, no que encerra em termos de hipóteses básicas. Em primeiro lugar, a de que a configuração ideológica é dada pela *tendência geral* das respostas. Além disso, a suposição de que o que explica a aceitação de asserções não-vinculáveis entre si de um ponto de vista estritamente racional seria, antes, uma “tendência fundamental que se expressa de diferentes maneiras”. Que tendência? “o potencial anti-democrático existente na personalidade” (AP, 15).

Num outro estádio, os estudos clínicos – entrevista e teste projetivo – forneciam uma prova de que aqueles ítems elaborados tinham relação com as tendências de personalidade investigadas, e mesmo serviam para a reconstrução dos questionários (AP, 18). Esse tipo de técnica se mostrou grandemente valioso na detecção e análise de *fatores de personalidade* relacionados ao potencial fascista. Na verdade, todas as técnicas empregadas na obra se encontravam intimamente relacionadas umas com as outras, servindo de esclarecimento e corretivo mútuo, o que era possível em função da unidade dos pressupostos teóricos da investigação:

As diversas técnicas estavam, na realidade, estreitamente ligadas no conceitual. Todas elas permitiam uma quantificação e interpretação em termos de variáveis que pertencem a um sistema teórico unificado... se partia de um conceito teórico a respeito do que era necessário medir e de certas fontes – que descreveremos adiante – que serviam para inspirar o questionário original e o plano preliminar da entrevista (AP, 18).

2.2. Investigando a lógica do preconceito: a escala F

Um das hipóteses básicas da *Personalidade Autoritária*, como vimos, era a de que o anti-semitismo seria não “um fenômeno específico ou isolado, mas parte de uma estrutura ideológica mais ampla” (AP, 3). Devemos considerar, assim, a relação que se pôde estabelecer, nesta obra, entre as diversas ideologias estudadas e o potencial autoritário ou fascista, medido pela escala F.

Os primeiros resultados foram os seguintes: 1) confirmou-se a elevada correlação entre AS e E (AP, 122ss.); 2) A correlação entre PEC e AS e E mostrou-se problemática: os baixos em PEC eram sempre baixos nas outras duas; no entanto, um escore alto em PEC não significava necessariamente um escore alto em AS ou E (AP, 181s). A partir destes dados, Adorno supôs que a personalidade potencialmente fascista seria configurada através do resultado daqueles sujeitos com alto escore, *conjuntamente*, em E e PEC (AP, 227s).

A escala F foi criada justamente para esclarecer os dados obtidos pelas três escalas iniciais. Na medida em que não se referia diretamente a questões raciais, como as escalas AS e E, a escala F proporcionaria uma indicação mais efetiva do indivíduo preconceituoso, contornando as defesas de ordem racional que poderiam estar presentes nas respostas àquelas primeiras (AP, 222). O que se buscava era uma escala que apresentasse correlações elevadas com as escalas AS e E, oferecendo, assim, um índice seguro do potencial anti-democrático. O objetivo principal da escala F, em suma, era investigar o potencial anti-democrático a nível de *variáveis de personalidade*:

Quando encaramos a nova escala, já tínhamos certeza de que o anti-semitismo e o etnocentrismo não nos enfrentavam simplesmente como um problema de opiniões superficiais, mas como tendências gerais que se originam, pelo menos em parte, das profundezas da estrutura da personalidade da pessoa. Não se poderia criar uma escala que

abordasse mais diretamente essas forças mais profundas, muitas vezes inconscientes? (AP, 223).

Já havia, da análise dos resultados das escalas de anti-semitismo e de etnocentrismo, a compreensão de que o preconceito, em seu aspecto generalizante e irracional, liga-se a certas “inclinações psicológicas duradouras como: estereotipia, convencionalismo, preocupação pelo poder, etc” (AP, 223). A escala F buscava apreender, de maneira mais diferenciada, as necessidades profundas de personalidade que levam o indivíduo a atitudes anti-democráticas, como o anti-semitismo e o etnocentrismo. Com efeito, a nova escala devia apresentar uma correlação positiva com AS e E:

Supúnhamos que, de todo modo, o descobrimento de atitudes e opiniões não pertencentes ao campo político-sócio-econômico, que estavam ligadas ao etnocentrismo e ao anti-semitismo, nos proporcionaria *um conhecimento mais amplo da visão de mundo preconceituosa*. Demos ao novo instrumento o nome de escala F, para denotar que se tratava das tendências pré-fascistas implícitas (AP, 223s, grifo meu).

Com efeito, já se dispunha de material fornecido pelos resultados das escalas AS, E e PEC, além de material proveniente de entrevistas clínicas e da aplicação dos testes de apercepção temática. Trabalhos anteriores do Instituto, como “A técnica psicológica dos discursos de rádio de Martin Luther Thomas”, de Adorno, também forneceram idéias¹². A tarefa de elaboração de itens para a nova escala F se viu, dessa forma, sobremaneira facilitada (AP, 224ss). Um

¹² O estudo sobre os discursos do agitador fascista americano Martin Luther Thomas forneceu numerosos *insights* a respeito da mentalidade propensa ao fascismo, tais como sua tendência à personalização, ao pensamento por dicotomias, seu anti-intelectualismo, etc. Cf. Adorno Theodor, *op. cit.*, passim.

esquema preliminar de cada ítem era fornecido de maneira concreta, geralmente através das palavras de algum entrevistado ou de um fragmento de conversa¹³.

O problema com que a investigação se deparou foi, assim, o de determinar *quais* seriam as tendências de personalidade mais importantes para a configuração da personalidade preconceituosa. Dentre as tendências que puderam ser observadas anteriormente, através das escalas de anti-semitismo e de etnocentrismo, como descobrir aquelas decisivas para uma *tendência geral* anti-democrática?

Como disséramos, os resultados já obtidos com a indagação foram o principal guia para determinar quais podiam ser as tendências centrais de maior gravitação da personalidade: se tratava daquelas que, em hipótese, pareciam explicar melhor a uniformidade das respostas às escalas anteriores e que surgiam da análise do material clínico como provável origem da coerência observada nos casos individuais (AP, 225).

Foi dessa maneira que, do convencionalismo constatado através da escala de anti-semitismo, foi possível pensar no convencionalismo como um traço característico da mentalidade preconceituosa em geral:

Assim, por exemplo, quando descobrimos que o indivíduo anti-semita baseia sua oposição aos judeus na suposta violação, por parte destes, de valores morais convencionais, adiantamos, como provável interpretação desta atitude, que este tipo de pessoas adere com particular força e rigidez aos valores convencionais. Afirmávamos, além disso, que tal disposição geral de sua personalidade provê parte das motivações em que se funda o anti-semitismo, ao mesmo tempo que emprega outras vias de expressão, tais como a tendência geral a depreciar e castigar aqueles a quem se acusa de violar os valores convencionais (AP, 225-7).

¹³ Assim, como exemplo da forma final de dois itens da escala F: “ainda que muitas pessoas possam se enganar, é possível demonstrar que a astrologia pode explicar muitas coisas”; e: “sendo como é a natureza humana, sempre haverá guerras e conflitos” (AP, 226s).

De maneira análoga, foi possível chegar a diversas outras variáveis de personalidade que, em conjunto, proporcionariam a construção da escala F. Trata-se de aspectos psíquicos interligados de modo complexo no indivíduo, de maneira a formar uma *síndrome*, uma estrutura cristalizada que torna o sujeito altamente suscetível à ação da propaganda fascista. As variáveis obtidas, com as respectivas definições, foram as seguintes:

- A. *Convencionalismo*: adesão rígida a valores convencionais de classe média.
- B. *Submissão autoritária*: atitude de submissão e aceitação incondicional com relação às autoridades morais idealizadas do endogrupo.
- C. *Agressividade autoritária*: tendência a buscar e condenar, rechaçar e castigar indivíduos que violam valores convencionais.
- D. *Anti-intracepção*: oposição ao subjetivo, ao imaginativo e emocional.
- E. *Superstição e estereotipia*: crença na determinação sobrenatural do destino humano; inclinação a pensar em categorias rígidas.
- F. *Poder e dureza*: preocupação com a dimensão domínio-submissão, força-debilidade, dirigente-dirigido; identificação com as figuras que representam o poder; exagero dos atributos convencionalizados do Ego; valorização excessiva da força e dureza.
- G. *Destrutividade e cinismo*: hostilidade e vilipêndio geral da humanidade.
- H. *Projetividade*: disposição a crer que no mundo ocorrem coisas desenfreadas e perigosas; projeção no exterior de impulsos emocionais inconscientes.
- I. *Sexo*: Preocupação exagerada com “feitos” sexuais
(AP, 228).

Cada variável era representada na escala F por uma série de itens, podendo um mesmo item aparecer em mais de uma das variáveis, por expressar mais de uma das tendências abrangidas. De todo modo, na pauta central constituída pela personalidade potencialmente anti-democrática, algumas variáveis desempenhariam um peso maior do que outras, como veremos a seguir.

Será importante, destarte, determo-nos no exame da cada uma das variáveis envolvidas, começando pelo *convencionalismo*. Entendido como

“adesão rígida a valores da classe média”, o convencionalismo é, por princípio, conformista com relação ao meio, ao “espírito objetivo”. Acontece que, dentre os indivíduos apegados às convenções, havia preconceituosos e *não*-preconceituosos. Como discriminá-los? Essa questão levou os autores a estabelecerem uma distinção entre o convencionalismo propriamente dito e, por outro lado, a simples aceitação de valores convencionais, de maneira internalizada e independente de pressões externas. Somente o primeiro seria do tipo rígido e assimilável a tendências fascistas. A diferenciação entre um tipo e outro seria dada pelo exame do resultado nesta variável *em relação* com as demais. Assim, por exemplo, o convencionalismo alto associado com “agressividade autoritária” alta seria um índice do convencionalismo *tout court*, e não do convencionalismo não-rígido (AP, 230).

A *submissão autoritária* é definida como “atitude de submissão e aceitação incondicional com relação às autoridades morais idealizadas do endogrupo” (AP, 228). Ressalta, aqui, o aspecto ambivalente da relação com a autoridade: a rígida necessidade de submissão, na verdade, encobriria uma hostilidade reprimida, originariamente dirigida à autoridade do endogrupo. A submissão autoritária representaria uma incapacidade de se ter uma instância de consciência como autoridade internalizada. Neste caso, haveria uma suscetibilidade muito maior ao manejo por agências externas, como a propaganda fascista. Esta variável encontrar-se-ia intimamente ligada à mentalidade preconceituosa em geral: ocorreria um *deslocamento* dos aspectos “maus” relacionados às figuras primárias de autoridade para alvos em membros de exogrupos (AP, 232), mecanismo também comum à *agressividade autoritária*, variável entendida como “tendência a buscar e condenar, rechaçar e castigar indivíduos que violam valores convencionais” (AP, 228). Esta variável representaria o “componente sádico do autoritarismo”. Aqui, igualmente, haveria uma incapacidade do indivíduo de pôr-se racionalmente frente à autoridade, questionando-a, e um igual convencionalismo e ambivalência frente às figuras de

autoridade. Num clima social totalitário, a descarga de impulsos agressivos sobre certas vítimas escolhidas previamente é aprovada, e tem lugar o deslocamento da componente agressiva originariamente dirigida àquelas figuras de autoridade do endogrupo. Também o mecanismo da *projeção* teria lugar aqui: os aspectos inibidos e denegados do próprio indivíduo propenso à agressividade autoritária seriam projetados em membros de exogrupos (AP, 233).

Entre *convencionalismo*, *submissão autoritária* e *agressão autoritária* haveria em comum uma forte dissociação entre os aspectos mais diferenciados da personalidade, representados pelo Ego – a agência responsável pelo balanço entre as demandas pulsionais, os imperativos da consciência moral e as exigências do mundo externo – e aqueles aspectos mais arcaicos, representados pelo Superego e pelas pulsões. Sobretudo, haveria aqui um Superego dissociado e rígido, exageradamente severo e impermeável ao trabalho da racionalidade egóica. Esse estado de dissociação seria resultado de um Ego frágil, incapaz de internalização das instâncias morais. Segundo os autores, uma correlação positiva seria esperada entre estas três tendências, na medida em que seriam “expressões de um tipo particular de estrutura existente na personalidade”, a saber, o tipo autoritário (AP, 234).

A debilidade do Ego aparece, dessa forma, como um aspecto central da conformação do tipo autoritário de personalidade, razão pela qual procurou-se investigá-la separadamente, através da estimação de três variáveis: a *anti-intracção*, a *superstição e estereotipia* e a variável designada como *poder e dureza*.

Primeiramente, a *anti-intracção* designa a atitude de “oposição ao subjetivo, ao imaginativo e emocional” (AP, 228). Entra em consideração, aqui, uma tendência anti-intelectual e de rechaço do subjetivo, da introspecção, do exame das próprias emoções. Ao contrário, haveria um culto da “prática” e da atividade industriosa, bem como um desprezo do humano, correlato à valorização exagerada do mundo das coisas, o que Adorno chamou, em outro lugar, de

“frieza burguesa”: desinvestimento libidinal dos seres humanos e investimento libidinal em coisas¹⁴ (AP, 235).

A variável *superstição e estereotipia* abrange a atitude entendida como “crença na determinação sobrenatural do destino humano e inclinação a pensar em categorias rígidas” (AP, 228). Relacionada com esta tendência encontrar-se-ia uma reduzida acuidade intelectual, notadamente no campo dos relacionamentos humanos. Frequentemente teria lugar, aqui, o mecanismo da *projeção* de aspectos difíceis de serem integrados à própria personalidade. A debilidade do Ego se expressaria, assim, na incapacidade do indivíduo em prover para si uma representação razoável e adequada dos processos sociais. Haveria uma auto-demissão da responsabilidade para com o próprio destino, responsabilidade que é depositada em agências externas poderosas, de modo autoritário¹⁵ (AP, 236).

Intimamente relacionada com este estado de coisas, *poder e dureza* designa a variável relacionada à “preocupação pela dimensão domínio-submissão, força-debilidade, dirigente-dirigido; identificação com as figuras que representam o poder; exagero dos atributos convencionalizados do Ego e valorização excessiva da força e dureza” (AP, 228). Como reflexo da debilidade estrutural do Ego, ocorreria um exagero de seus atributos convencionalizados. Haveria um verdadeiro “complexo de poder”: uma identificação ambivalente com figuras poderosas, com a finalidade de satisfazer tanto a necessidades de submissão como a necessidades de poder. Um indivíduo assim propenso obteria gratificação atuando em estruturas hierarquizadas e em grupos fechados, onde se faz uma distinção bem nítida entre os “de dentro” e os “de fora”. Seria também particularmente sujeito à ação de toda propaganda fascista, com sua ênfase na divisão do mundo em “fortes” e “fracos”, “superiores” e “inferiores” (AP, 237s).

¹⁴ Cf. *Minima Moralia*, de Adorno, escrito à mesma época, especialmente os fragmentos 107, 110 e 139.

¹⁵ Sobre estereotipia e superstição relacionadas à disposição autoritária. Cf. *Minima Moralia*, fragmento 151 (entitulado “Teses contra o Ocultismo”), e, na *Dialética do Esclarecimento*, a seção VI de Elementos do Anti-semitismo”, que discute a *semicultura*.

Outra variável analisada foi *destrutividade e cinismo*, entendida como: “hostilidade e vilipêndio geral da humanidade” (AP, 228). Designa a agressividade do indivíduo anti-democrático que encontraria, em certas ocasiões, uma descarga de algum modo justificada pelo Ego, racionalizada de tal modo que ele não se sentiria culpado. Nesse sentido, o desprezo indiferenciado pelo humano, visto por este tipo de indivíduo como “naturalmente mau” teria um forte aspecto projetivo, amplamente aproveitado pela propaganda fascista (AP, 239).

Por sua vez, a variável *projetividade* designa a “disposição a crer que no mundo ocorrem coisas desenfreadas e perigosas; a projeção ao exterior de impulsos emocionais inconscientes” (AP, 228). Este mecanismo, como vimos, é uma reação fundamental, estando relacionado com praticamente todas as variáveis da escala F. A projeção mantém o Ego alienado das pulsões, sendo um índice de sua debilidade. Exemplo desta tendência é o caso de Coughlin, pregador fascista que afirmava ser o anti-semitismo uma simples “defesa” dos gentios contra os desígnios “maliciosos” dos judeus:

De maneira semelhante, parecia que quanto mais preocupam ao sujeito as ‘forças do mal’, que atuam no mundo – como o demonstraria sua predisposição a pensar e crer na existência de fenômenos tais como excessos eróticos desenfreados, complôs e conspirações, e na ameaça de catástrofes naturais – tanto maior deveriam ser suas próprias necessidades inconscientes de sexualidade e destruição (AP, 240).

Por fim, a variável *sexo* designa a “preocupação exagerada pelos ‘feitos’ sexuais” (AP, 228). Intimamente relacionada com a agressão autoritária e a projetividade, representaria uma sexualidade alienada, marcada por uma atitude punitiva e autoritária (AP, 241).

Quanto aos resultados da aplicação da escala F – e lembrando que a resposta ao item isolado não tem valor diagnóstico, mas que somente a *pauta total*, estruturando as diversas tendências de personalidade abrangidas pelas

variáveis, seria a responsável pelo significado das respostas (AP, 242) – vejamos, em seguida, o que foi possível encontrar, em termos de correlação da escala F com as demais escalas (E, PEC, AS).

Obteve-se uma correlação que tornou possível prever, a partir do escore obtido em F, a pontuação de um determinado sujeito em E (AP, 262ss), o que forneceu a confirmação de que a chamada *síndrome fascista* estaria estreitamente relacionada com o etnocentrismo (AP, 265).

E quanto a correlação entre F e AS? Pela tabela 10 do capítulo VII (AP, 263), podemos observar que os autores, estranhamente, não fizeram a análise de correlação F- AS, a não ser para a forma inicial e mais rudimentar de F, a forma 78, onde a correlação encontrada entre F e as demais escalas foi baixa, *de todo modo*. Essa lacuna da investigação prejudica a conclusão dos autores no sentido de que F teria uma correlação mais alta com E do que com AS. Na verdade, não há elementos para afirmar, como fazem, que “antes, pareceria que a síndrome F está, na realidade, mais estreitamente relacionada com o etnocentrismo geral do que com o anti-semitismo” (AP, 265). O anti-semitismo é encarado, por fim, como um aspecto, ainda que peculiar, do etnocentrismo geral (AP, 265).

A correlação entre F e PEC forneceu uma importante indicação. Se, no geral, a *síndrome F* guarda uma relação apenas moderada com o conservadorismo político-econômico, como mostrou a análise das correlações, os sujeitos de pontuação alta em PEC se dividiam quanto ao seu resultado em F, permitindo diferenciar entre um *conservadorismo genuíno* e um *pseudo-conservadorismo*, o primeiro sendo o caso em que o sujeito obtém um alto escore em PEC e um baixo em F, e o segundo, o caso de resultados altos tanto em PEC quanto em F. Assim, é o *pseudo-conservadorismo* que configura o tipo potencialmente fascista (AP, 265). Como se verá adiante, a noção de pseudo-conservadorismo desempenha um papel central na descrição da mentalidade preconceituosa.

Os autores concluem, enfim, que a escala F obteve êxito no seu objetivo de medida, de modo indireto, da atitude preconceituosa em geral, não se

referindo explicitamente a nenhuma minoria. Esse objetivo foi cumprido através da correlação positiva alcançada entre F e E. As variáveis da escala F formam, desse modo, uma *síndrome fascista*, relacionada com uma pauta de fascismo latente, derivada de tendências profundas de personalidade:

é lícito falar de uma pauta ou síndrome F, pois os itens formam realmente um 'todo', no sentido de que existe uma correlação significativa entre cada um deles e a escala geral. A este respeito se recordará que na construção da escala F houve dois objetivos: a) explorar um amplo campo em busca de diversas respostas que pertencessem a uma síndrome única, e b) criar um instrumento que permitisse predizer com suficiente precisão os escores de AS e E (AP, 261s).

2.3. A questão do anti-semitismo na *Personalidade Autoritária*

Se a escala F possibilitou a estimação detalhada de tendências de personalidade relacionadas com um potencial fascista, vamos examinar agora o resultado da investigação com relação à questão do anti-semitismo. Com efeito, este é o tema do capítulo intitulado “O preconceito através das entrevistas”, escrito por Adorno. Como já era previsto, realizaram-se entrevistas clínicas com um determinado número de sujeitos, escolhidos dentre aqueles que responderam às escalas. Essas entrevistas continham uma seção relativa aos judeus (AP, 605) com uma série de perguntas como “Crê que exista um problema judeu? Sabe distinguir um judeu das demais pessoas? Há cristãos tão maus como os judeus? Casaria com um judeu? Pode um judeu chegar a ser verdadeiramente um americano?” (AP, 606).

Havia também uma lista de supostos “traços maus” dos judeus, a que o entrevistado era apresentado e a qual deveria registrar sua concordância ou discordância, contendo itens como: “São: agressivos, mal-educados, dominam o comércio, negociam no mercado negro, são trapaceiros, mataram Cristo, são muito fechados, comunistas, corruptos, sujos, tentam se safar do serviço militar etc” (AP, 606).

O material advindo dessas entrevistas proporcionou uma descrição da pauta do anti-semitismo, marcada pela má coerência da rigidez mental e do automatismo: a maioria dos entrevistados concordou com a *totalidade* dos “traços maus” dos judeus (AP, 606s). A hipótese de que o anti-semitismo pouco tem a ver com as qualidades dos judeus se via fundamentada. O anti-semitismo, conforme a hipótese assumida aqui, seria um deslocamento de uma hostilidade originariamente reprimida. No entanto, o judeu parece constituir um alvo *preferencial* para esse tipo de deslocamento. Os judeus *podem* (e não *devem*,

necessariamente) exercer essa função de objeto-alvo na medida em que preenchem certas características básicas:

O objeto da destrutividade inconsciente deve preencher certos requisitos para poder cumprir suas funções. Tem que ser suficientemente tangível mas, ao mesmo tempo, não demasiadamente tangível, pois, nesse caso, poderia se dissolver em razão de seu próprio realismo. Deve ter bastante fundo histórico e aparecer como inquestionável elemento da tradição. Deve estar definido em estereótipos rígidos e bem conhecidos. Por último, é necessário que o objeto possua traços, ou ao menos se preste a que se reconheçam certas características que se harmonizem com as tendências destrutivas do indivíduo preconceituoso (AP, 608).

Adorno chama a atenção para o fato de que somente uma teoria geral da sociedade moderna poderia fornecer uma explicação do anti-semitismo em seus “elementos”, antes do que numa suposta “causa específica” (AP, 608). Essa teoria, poderíamos acrescentar, é aquela presente na *Dialética do Esclarecimento* – teoria da qual a *Personalidade Autoritária* se vale, como indicaremos mais detidamente adiante.

Em todo caso, Adorno procura entender o anti-semitismo em termos de sua dinâmica psicológica. Ressalta, primeiramente, o seu “caráter funcional”, ou seja, sua utilização pelo indivíduo preconceituoso como uma visão de mundo substitutiva para a sua própria ausência de experiência e impossibilidade de compreender as relações sociais e políticas complexas da modernidade tardo-capitalista. Essa visão de mundo, marcada pela estereotipia, proporciona-lhe uma certa aparência de segurança e orientação num mundo de outra forma incompreensível (AP, 608).

Esse “caráter funcional” do anti-semitismo se relaciona intimamente com o complexo persecutório encontrado geralmente no indivíduo potencialmente fascista. Se o ódio às minorias é um fenômeno mais ou menos uno, sempre há um grupo que é escolhido como o objeto do ódio. O preconceito, assim, combina

aspectos generalizantes, relacionados ao ódio aos membros de exogrupos, com aspectos particularizantes, relacionados como a escolha do objeto de ódio, numa espécie de “enamoramamento negativo”. Em todo caso, há sempre uma canalização da agressividade, de forma paranóica, para alvos de perseguição específicos (AP, 611).

Esse aspecto paranóide do que Adorno chama de “caráter funcional do anti-semitismo”, por sua vez, fornece uma chave para a compreensão da transferencialidade do preconceito, o fato do “preconceito móvel” (AP, 610): a hipótese de que “a julgar por seu conteúdo intrínseco, os preconceitos têm pouca ou nenhuma relação com a natureza específica de seu objeto” (AP, 612). Esse aspecto alucinatório do anti-semitismo se conecta com categorias já investigadas antes, na configuração da escala F, tais como “estereotipia, incapacidade para ter ‘experiência’, projetividade e fantasias de poder” (AP, 612).

Na visão de mundo do anti-semite, o registro do real é invadido pelo da fantasia estereotipada, que acaba por constituir um registro próprio, independente. Tais fantasias giram em torno do complexo paranóide do anti-semite, segundo o qual os judeus deveriam ser proscritos, devido ao fato de serem excessivamente poderosos, onipresentes e malignos:

O conteúdo dos exemplos de fantasia estereotipada por nós reunidos se refere predominantemente à idéia de que o inimigo escolhido tem excessivo poder. A desproporção que existe entre a relativa debilidade social do objeto e sua suposta e sinistra onipotência constitui por si só uma prova de que aqui atua o mecanismo da projeção (AP, 613).

Esse tipo de atitude, em que os traços de uma suposta “onipotência” do judeu são ressaltados, geralmente se conjuga com a idéia de que eles não devem possuir nenhum direito político (AP, 614). O anti-semite enxerga o judeu “através da lente de uma estereotipia petrificada”, sua experiência com o judeu é sempre deformada pelo cristal do preconceito (AP, 615). Nesse sentido fica

muito dificultada a tarefa de uma ação esclarecedora contra o preconceito, já que o preconceituoso se fecha, por princípio, à experiência que não seja pré-formada pelo seu esquema distorcido de apreensão:

Não nos encontramos ante uma simples cisão entre experiência e estereotipia. Esta última é um subterfúgio que serve para ver as coisas do modo mais cômodo. Mas, como se alimenta de profundas fontes no inconsciente, não se pode corrigir a distorção dos fatos fazendo com que o sujeito veja as coisas tais como são *em realidade*. Antes, a própria experiência está predeterminada pela estereotipia... este fechar-se à experiência poderia não ser uma propensão circunscrita à gente do tipo aqui estudado, mas talvez existisse também em casos muito menos extremos. Toda política de defesa bem planejada deve tomar em consideração esta possibilidade... A estereotipia não pode 'emendar-se' mediante a experiência: é preciso reconstituir a capacidade de ter experiência (AP 617).

Se o esquema da percepção do anti-semita é o clichê, qual seria a função que o anti-semitismo preencheria na economia psíquica do indivíduo? Em certo sentido, como já foi dito aqui, o anti-semitismo assumiria uma função adaptativa às tendências dominantes, ainda mais quando se considera a confusão e ignorância desses indivíduos em matérias político-sociais. Assim, a *personalização* e a *estereotipia* nessas matérias servem como um sistema fechado de orientação no mundo (AP, 617ss). O anti-semita vê no judeu o "homem mau", responsável pelas "coisas obscuras" que acontecem na política: é a simples existência do judeu que é convertida no grande problema político. Esse estado de coisas é grandemente aproveitado pela propaganda fascista:

Desde Chamberlain até Rosenberg e Hitler, os escritores e agitadores anti-semitas sustentaram sempre que a existência dos judeus é a *chave* de tudo... quanto mais primitivas são suas fórmulas drásticas, devido à sua estereotipia, mais atraentes resultam, pois reduzem o complicado ao elementar, sem que importe a medida lógica que entra em tal simplificação (AP, 619).

Também um aspecto de gratificação narcísica é proporcionado ao indivíduo anti-semita, na medida em que ele se acha um conhecedor de coisas ocultas, vedadas aos de fora de seu grupo (AP, 619). A atração da propaganda fascista reside, em grande parte, no seu caráter de simplificação da realidade e na pseudo-segurança intelectual que ela proporciona ao afirmar que: 1) *os judeus constituem um “problema”*; 2) *os judeus são todos iguais*; e 3) *um judeu é sempre reconhecível como tal, sem exceção* (AP, 619).

Com efeito, a idéia de que há um *problema judeu*, em si falsa, proporciona uma aparência de objetividade intelectual, como se tratasse de uma análise neutra do social. Ao mesmo tempo, o judeu é culpabilizado como “problemático” para a sociedade. O preconceito anti-semita é racionalizado, numa aparência de julgamento objetivo. Numa formulação muito próxima daquelas encontradas na *Dialética do Esclarecimento*, Adorno afirma que na idéia de “problema judeu” já se encontra o propósito da sua liquidação:

Além disso, é imperativo *solucionar* o ‘problema’. Enquanto os judeus são assinalados como problema, se transformam em objeto, não só para aqueles que os ‘julgam’ com a sua compreensão superior, mas também para aqueles que propõem uma *ação*: o judeu já não é um ser humano, se converteu num termo de uma equação matemática. Quando se fala de ‘solucionar o problema judeu’, automaticamente os judeus são reduzidos a ‘matéria’ manipulável (AP, 620).

De maneira análoga, a afirmação da igualdade abstrata dos judeus confere a quem a profere um ar de superioridade intelectual a seus próprios olhos e lhe propicia uma desculpa racionalizada para medidas coletivas contra os judeus. São satisfeitos, assim, tanto desejos de potência intelectual como de agressão (AP, 621).

O mesmo mecanismo está presente na afirmação do anti-semita segundo à qual ele seria capaz de reconhecer um judeu em qualquer ocasião, sempre (AP,

622). A estereotipia fornece uma orientação que parece substituir a experiência, de tal forma que teríamos uma *síndrome anti-semita* (AP, 622).

Um outro aspecto da estereotipia anti-semita é a sua atitude classificatória, segundo a qual haveriam duas classes de judeus: “bons” e “maus”. Essa classificação é um recurso auxiliar doador de uma aparência de racionalidade ao preconceito, fazendo parecer que a discriminação se baseia no próprio objeto, o judeu. Na verdade, essa separação a que o anti-semita recorre é um índice do seu pensar empobrecido, baseado em dicotomias automáticas (AP, 622ss).

Se o preconceito anti-semita preenche uma função na psicologia do indivíduo, não seria ele próprio resultado de um conflito entre as tendências mais arcaicas e as mais diferenciadas da personalidade? Adorno examina essa hipótese, que é indicada pelas necessidades de racionalização do preconceito expressas naqueles mecanismos da estereotipia anti-semita:

A idéia de ‘problema’, assim como as dicotomias aplicadas ao exogrupo, representam uma espécie de composição entre as necessidades subjacentes e os estereótipos hostis, por um lado, e as exigências da consciência e o peso da experiência concreta, por outro... o anti-semita se debate entre a estereotipia negativa e as experiências pessoais que a contradizem (AP, 627).

Essa hipótese é indicada, antes de tudo, pelas fórmulas usadas pelos indivíduos preconceituosos, ao expressarem suas reservas racionais acerca do próprio preconceito, do tipo: “eu não devia, mas...”. O anti-semita teria uma espécie de quase-consciência da mentira do estereótipo, enquanto, por outro lado, *personalizaria as razões de sua idiosincrasia*, acreditando que o preconceito tenha origem na experiência. Ele crê que “o seu preconceito é uma espécie de fatalidade imodificável”: o estereótipo é tido pelo anti-semita como experiência, enquanto que, na verdade, é a sua experiência pessoal com os judeus que é transformada em estereótipo (AP, 627).

Segundo Adorno, desse modo, o conflito psicológico do anti-semita, que acaba pela vitória do estereótipo sobre a experiência, poderia ser expresso em termos de um conflito entre tendências do Id, que clamam pela agressividade autoritária, e do Superego, que exigem uma racionalização das mesmas em termos morais:

Se o conflito interior do indivíduo se decidiu *contra* os judeus, quase sem exceção a decisão mesma será racionalizada em termos morais. É como se as forças internas do preconceito, depois de haver vencido as tendências que se lhe opunham, coroassem a sua vitória se apoderando das derrotadas energias opostas para pô-las a seu próprio serviço (AP, 630)

Na configuração psíquica do anti-semita as tendências do Id fazem as vezes de “promotor”, e, as do Superego, de “juiz”, o qual seria, ao mesmo tempo, uma espécie de porta-voz do Id. O anti-semita perfaz um *pseudo-julgamento* do judeu, onde este aparece como culpado de todas as desgraças das quais é vítima. Essa tendência a acreditar que os judeus “fizeram por merecer” é expressa de modo arquetípico por um sujeito preconceituoso entrevistado pela equipe de Berkeley:

Nunca pude entender por que Hitler foi tão brutal com eles. Tem que ter havido uma razão, algo que o provocou. Alguns dizem que Hitler queria mostrar sua autoridade, mas eu duvido. Suspeito que os judeus contribuíram muito para que as coisas fossem assim (citado em AP, 630).

Esse tipo de atitude vem ao encontro de uma necessidade de racionalização daquelas tendências responsáveis pelo preconceito. Paradoxalmente, esse mecanismo inverte o papel da vítima e do carrasco: o judeu é culpabilizado e a culpa do anti-semita é expiada: “a explicação de que os judeus ‘chamaram para si’ se emprega como racionalização dos desejos destrutivos que, de outra maneira, a censura do Ego não deixaria passar” (AP, 631).

Adorno chama a atenção para a fantástica desproporção entre as culpas atribuídas aos judeus e os castigos a eles prescritos pelos anti-semitas, como um aspecto importante da dinâmica psicológica do anti-semitismo, marcada pelo esquema da paranóia (AP, 632s). “Fazer justiça” ao judeu seria, assim, castigá-lo sempre mais do que “merece”. Esse mecanismo está intimamente relacionado com características peculiares da “lógica” do preconceito, tais como a sua extrema generalidade e rigidez, bem como um aspecto arcaico de “transição associativa”, que leva da atribuição de culpas relativamente leves à sentença de morte:

Sucedo simplesmente que o anti-semita não pode se deter. Graças a uma lógica própria, de natureza arcaica e que se encontra muito mais próxima das transições associativas do que das inferências discursivas, ele chega, a partir de acusações relativamente leves, às conclusões mais descabeladas, que equivalem, em última análise, a uma sentença de morte contra aqueles que, literalmente, ‘não pode suportar’ (AP, 633).

O caráter compulsivo do preconceito anti-semita relaciona-se com aquelas tendências analisadas anteriormente, a saber, a agressividade autoritária e a submissão autoritária, através das quais “a ‘expropriação’ do superego por parte da moralidade punitiva alcança sua plena significação” (AP, 633). Assim, o Superego converte-se em agência da agressão, que em sua forma extrema chega à advocação do extermínio como “solução final” para o “problema judeu” (AP, 637).

O anti-semitismo, segundo Adorno, também apresentaria um matiz de classe. Assim, os trabalhadores tenderiam a ver no judeu o agente da exploração econômica, aquele que “apresenta a conta”, enquanto os indivíduos da classe média tenderiam a ver no judeu o concorrente bastardo, usurpador de suas próprias e legítimas posições na esfera da concorrência econômica (AP, 638):

Se está correta a nossa hipótese básica de que o anti-semitismo é de natureza principalmente projetiva, resultaria que se reprova aos judeus, em termos sociais, àqueles atributos que, com sua simples presença e por ambíguos que sejam do ponto de vista sociológico, se posicionam em pontos sensíveis da identificação de classe dos diversos grupos preconceituosos (AP, 638).

Para o anti-semite de classe média (de onde foram tirados a grande maioria dos sujeitos do estudo de Berkeley) o judeu é o “burguês inadaptado”, nunca suficientemente americano e tomado como fraco, não suficientemente integrado e intrinsecamente desleal para com sua classe econômica (AP, 638s). A acusação de fraqueza do judeu, paradoxalmente, vem muitas vezes associada com alusões à sua desmedida força (AP, 640). Se acusa os judeus de desejarem demasiado poder e de inclinações agressivas, em termos francamente projetivos:

Assim como as idéias que têm como tema central o ‘sangue judeu’ vão desde o temor de que a ‘raça se corrompa’, conceito no qual o termo ‘sangue’ tem apenas um sentido figurado, até a histeria de que o sangue doado por judeus ‘envenena’ o corpo, as imagens correspondentes à agressividade se estendem desde àquelas que pintam os judeus como empurrando com os cotovelos os demais quando estão numa fila até suas supostamente desapiedadas práticas comerciais. Tal coisa assinala o traço ‘mitológico’ retrógrado em certo anti-semitismo (AP, 641).

Assim, a idéia segundo a qual o judeu é um “intruso” propicia uma vazão à agressividade autoritária do anti-semite e se relaciona, na verdade, com seus próprios sentimentos de isolamento social. Nesse sentido, a acusação de que os judeus “estão em toda parte” provavelmente seja tingida por um certo tom de ressentimento contra sua suposta mobilidade social (AP, 641). A agressividade anti-semite, em última análise, responderia às exigências de uma sexualidade fortemente reprimida, que se encontra inclinada a supor que os judeus possuem uma sexualidade desinibida e mesmo perversa (AP, 642).

De resto, a acusação de que os judeus são demasiado unidos, de que possuem um “espírito de clã”, responderia à necessidade de justificação racional para projetos de exclusão social dos judeus (AP, 642s). Esse elemento do imaginário sobre o judeu parece, ao mesmo tempo, exercer uma forte atração sobre o anti-semita, por representar, a seus olhos, a possibilidade de gratificações pulsionais negadas pela civilização:

A idéia de espírito de clã completa a imagem de união dos judeus, que os representa como um exogrupo unido por afetos, semelhante à família, arcaico e de constituição muito ‘parecida com a do endogrupo’. Esse tipo de união parece estar negada aos indivíduos que se formaram inteiramente dentro da civilização americana... a estrutura mais patriarcal da família judia, seja real ou imaginária, parece atuar como elemento de atração sexual (AP, 642s).

A atitude do sujeito *não-preconceituoso* quanto à pauta de anti-semitismo também mereceu atenção por parte de Adorno e da equipe de Berkeley. A questão era a de se perguntar se uma ideologia manifesta livre de preconceitos seria signo de certas tendências de personalidade, distintas daquelas encontradas nos sujeitos preconceituosos (AP, 644).

Antes de tudo, verificou-se nos sujeitos de escore baixo em AS uma “racionalidade enfática”, que se manifestava tanto na sua “tendência geral à intraceptividade” como na presença de uma tendência a considerar as questões relativas ao preconceito “desde uma perspectiva histórica e sociológica”, sem mitificá-las (AP, 644).

Nesse sentido, o sujeito *não-preconceituoso* é avesso a declarações totalizantes, considera que “o anti-semitismo é problema do anti-semita e não do judeu”, relativiza e reflete sobre suas próprias opiniões, descarta a hipótese anti-semita das “qualidades inatas” dos judeus, rechaça racionalmente os estereótipos sobre as minorias, de modo que “leva a sério o conceito de individualidade”, busca explicações históricas para o fenômeno do anti-semitismo (AP, 644ss).

Essa atitude fundamentalmente racional do sujeito não preconceituoso, na verdade, encontrar-se-ia intimamente relacionada com fatores psicodinâmicos:

a inclinação dos sujeitos de pontuação baixa a pensar racionalmente, a rechaçar as imagens projetivas e os juízos automáticos não vai acompanhada, de modo geral, de frieza e indiferença emocional... seus juízos parecem menos determinados por forças inconscientes reprimidas, suas catexias positivas e sua expressão das mesmas são menos bloqueadas (AP, 647).

Esse tipo de consideração parece indicar que a *constituição psicológica* do indivíduo não-preconceituoso diferira daquela do preconceituoso. É o que conclui Adorno:

Temos indícios de que o sentido de justiça carregado de afeto do sujeito de pontuação baixa não é meramente uma ideologia exterior, ou uma maneira narcisista de gratificar-se no próprio humanitarismo, mas que se fundamenta verdadeiramente em *fatores internos de personalidade* e se manifesta logo, por assim dizer, em termos teóricos (AP, 648, grifo meu).

O indivíduo não-preconceituoso seria aquele em que a capacidade para a experiência não foi bloqueada pelo estereótipo, de modo que o seu contato com os judeus é muito menos contaminado por todo aquele complexo de clichês através dos quais o anti-semita enxerga o judeu (AP, 648). Além disso, a atitude não-preconceituosa estaria relacionada com um rechaço do fatalismo, do convencionalismo, do desprezo ao humano e da agressividade autoritária:

Os indivíduos tolerantes não apenas seriam contrários às idéias que postulam que a maldade humana não tem remédio ou que os traços de caráter são de natureza perene, mas também... estariam relativamente livres de impulsos destrutivos e fantasias punitivas num nível mais profundo. Enxergam as coisas de um ângulo histórico e sociológico, sem dar

realidade objetiva à idéia de que tudo que existe é, em última análise, coisa dada (AP, 651s).

Impõe-se, nesse momento, uma consideração mais detida do conceito de *caráter fascista em potência*, tal como desenvolvido por Adorno e a equipe de Berkeley. Com efeito, se, inicialmente, ele se baseia nos sujeitos de pontuação elevada nas diversas escalas, um exame mais detido vai levar à noção de uma *pauta ideológica geral reacionária*, que transcenderia os limites da distinção altos/ baixos – complicação introduzida pelo fato de que, em termos de ideologia política e econômica (PEC), “altos” (preconceituosos) e “baixos” (não-preconceituosos) se confundiram na pesquisa (AP, 655s). Adorno considera que o uso dessa noção se mostra necessário justamente para o fim de diagnóstico do caráter potencialmente fascista. Essa pauta geral se veria constituída, com respeito à ideologia político-econômica, por certas recorrências formais, que incluiriam, fundamentalmente, “a ignorância em matéria política, o hábito de ‘pensar em rótulos’ [ticket thinking], e de ‘personalizar’, a oposição aos sindicatos, à intervenção estatal na economia privada, à limitação da renda” (AP, 656).

Se um exame detido da interpretação adorniana a respeito do material das entrevistas relacionado com a ideologia política nos levaria muito longe aqui, importa, no entanto, considerar em que medida eles se relacionam com a noção de *caráter potencialmente fascista*. Como já foi indicado antes, a escala de ideologia político-econômica apresentou uma correlação muito baixa com as escalas de anti-semitismo e etnocentrismo. A questão-chave, então, se tornou: se altos em PEC podiam, indiferentemente, mostrar-se altos ou baixos em E ou AS, como discriminar o potencial fascista em termos de ideologia político-econômica? (AP, 656)

Adorno conclui desse estado de coisas – em que os sujeitos que aderem a uma ideologia político-econômica conservadora se encontram, indistintamente, entre preconceituosos e não-preconceituosos – no sentido de apontar para a força

do clima ideológico dominante na cultura como fator determinante desse tipo de escolha ideológica:

chegamos a conclusão de que se trata de uma tendência existente na cultura mesma... que estas tendências são potencialmente fascistas o prova o fato de que estatística e psicologicamente, assim como em todos os demais aspectos, 'vão' com pontuações de escala elevadas; se também se apresentam com frequência considerável nas entrevistas dos sujeitos de pontuação baixa, isso se deverá a que *se vive numa época de fascismo latente* (AP, 656, grifo meu).

Ora, a constatação desse fenômeno parece alargar ainda mais a perspectiva ameaçadora de uma adesão maciça a plataformas políticas fascistas. Se é o *clima cultural geral* o responsável último pela adesão a posições políticas reacionárias, então a possibilidade de um plano de ação defensiva contra o preconceito com um sentido *apenas* psicológico parece fadado, de antemão, ao fracasso:

a implicação mais imediata do diagnóstico é que a luta contra semelhante potencial geral não pode se efetuar somente pela educação, que recai num nível meramente psicológico, mas também requer uma simultânea modificação fundamental da atmosfera cultural que cria essa pauta geral (AP, 655).

São as tendências do espírito objetivo que atuam como uma espécie de princípio sintético sobre os sujeitos, tomados como meros suportes empíricos de um processo que remonta, em última análise, à marcha da história universal. Vemo-nos, assim, remetidos a uma das questões mais enfaticamente desenvolvidas na *Dialética do Esclarecimento*, a da chamada *liquidação do sujeito* (DE, 188ss).

Sendo assim, em que medida a consideração de uma *síndrome fascista* ou de uma *personalidade autoritária* se vê justificada? Com efeito, Adorno considera detidamente a noção de *tipos psicológicos*, que responderiam *diferentemente* ao clima ideológico dominante. É necessário, portanto,

examinarmos aqui, conjuntamente, as noções de *tipos* de personalidade e de uma *pauta reacionária*.

Retomemos, inicialmente, a questão a respeito da dificuldade de discriminação do potencial fascista em sujeitos com elevado escore na escala de ideologia política e econômica (PEC). Com efeito, esta se mostrara uma má discriminadora daquela tendência de personalidade, pois entre os “altos” em PEC havia altos *ou* baixos em AS e E. É aqui que ganha relevo a noção de *pseudo-conservadorismo*. O *pseudo-conservador* é um tipo psicológico autoritário, sendo que sua adesão a itens de ideologia político-econômica conservadora (PEC) vai de par com uma acentuada tendência preconceituosa, manifesta em seu alto escore em E. Por outro lado, uma adesão à ideologia conservadora em economia e política não significa necessariamente a presença de uma mentalidade preconceituosa. Descobriu-se que certos indivíduos não-preconceituosos, com baixo escore em E, apresentavam opiniões políticas conservadoras, ou seja, alto escore em PEC. Tal classe de indivíduos abrange o chamado *conservador genuíno*. O que diferencia ambos é justamente a orientação de personalidade que responde pela escolha ideológica. A adesão do conservador genuíno a valores da escala PEC é dada por configurações libidinais diversas daquelas que, no pseudoconservador, vão desembocar no mesmo tipo de resposta em PEC. Ocorre, no entanto, que o pseudoconservador elege tais opiniões como parte de uma totalidade sincrética maior – ausente no conservador genuíno, um tipo psicológico não-autoritário – dada pela sua tendência autoritária geral a nível de personalidade. A *pauta reacionária geral* que esses sujeitos elegem expressa inequivocamente essas tendências:

A estrutura psicológica própria do pseudoconservadorismo inclui convencionalismo e submissão autoritária, no nível do ego, acompanhados de violência, impulsos anárquicos e destrutividade caótica, na esfera inconsciente... as mesmas tendências destrutivas que mantém a rígida identificação do indivíduo com um superego externalizado (AP, 675).

A distinção entre o pseudoconservador e o conservador genuíno é dada no nível psicológico. Desse modo, o conservador genuíno apresenta uma identificação bem-sucedida com a autoridade paterna, de modo que a sua adesão aos ítems da ideologia político-econômica é despida de destrutividade. Por outro lado, o pseudoconservador se caracteriza por uma identificação apenas superficial com a autoridade paterna, de modo que a sua adesão às plataformas conservadoras se faz de modo agressivo e conformista, na ânsia de poder e destrutividade com que ele se submete a uma pouco interiorizada autoridade grupal (AP, 682s).

Temos, desse modo, finalmente, a noção-chave de *tipo psicológico* que orienta grande parte da *Personalidade Autoritária*. Com relação a ela grande parte do que importa já foi dito aqui. Recordemos seus aspectos cruciais: 1) a noção de *tipo psicológico* não se baseia numa mera classificação exterior mas visa “refletir certas experiências que, ainda que difíceis de sistematizar, lhe vão ao encontro, para dizê-lo de modo mais informal” (AP, 746), tendo “fundamento na estrutura da realidade psicológica” (AP, 747); 2) o *tipo* se origina de um processo *social* constituidor de individualidades cada vez menos diferenciadas (AP, 747); 3) o *tipo* representa uma constelação psicológica básica, uma orientação pulsional (AP, 748s).

Nesse sentido, o indivíduo preconceituoso representa o tipo “alto” em toda sua rigidez, enquanto o indivíduo não-preconceituoso seria muito mais diferenciado, distanciando-se da padronização que se expressa no tipo. É assim que esta noção é muito mais adequada aos “altos”, que tendem a formar um tipo geral único, do que aos “baixos”, que se diferenciam muito mais fundamentalmente (AP, 751). Adorno resume suas considerações a respeito da seguinte maneira:

Nossa tipologia deve estar guiada por um espírito *crítico*, no sentido de que abarque a tipificação do homem em sua qualidade de função social. Quanto mais rígido for um tipo, mais profundamente mostrará as marcas da deformação social... aqui reside o princípio

último de toda nossa tipologia. Sua principal dicotomia consiste em separar a pessoa que é estandardizada e pensa segundo normas fixas daquela que é verdadeiramente ‘individualizada’ e se opõe à estandardização da experiência humana (AP, 749).

Em suma, a noção de *tipo psicológico* retoma aquele processo mais amplo da *liquidação do sujeito*, analisado na *Dialética do Esclarecimento*, em sua face psicológica, o que é reconhecido também aqui, como Adorno observa:

o fator que faz sempre possível o enfoque tipológico não é de caráter estático-biológico mas, muito pelo contrário, dinâmico e social. O fato de que a sociedade humana tenha estado dividida em classes até a atualidade afeta algo mais do que as relações externas dos homens. Na alma do indivíduo ficam impressas as marcas da opressão social... os homens formam ‘classes psicológicas’, enquanto levam o selo de variados processos sociais (AP, 747).

Para concluir, o anti-semitismo expressaria psicologicamente a realidade do colapso da individuação na sociedade tardo-capitalista, processo complexo em que se fazem expressar determinantes econômicos, políticos e culturais. O que nos leva ao tema da última sessão deste capítulo.

Com efeito, resta examinarmos o que se poderia chamar de *constelação do anti-semitismo* na *Personalidade Autoritária*, relacionando os “elementos” que Adorno e a equipe de Berkeley mobilizaram na sua interpretação do fenômeno. Em que medida esses elementos são reunidos num todo explicativo coerente? Há a preponderância de algum ou alguns deles sobre os demais? Como se relacionam os achados da *Personalidade Autoritária* com relação às teses acerca do anti-semitismo desenvolvidas na *Dialética do Esclarecimento*? É o que investigaremos na próxima seção.

2.4. A constelação do anti-semitismo (II)

Se examinarmos detidamente as peculiaridades do argumento desenvolvido acerca do anti-semitismo na *Personalidade Autoritária* veremos que ele mantém uma simetria muito precisa com aquele da *Dialética do Esclarecimento*. Destacaremos, a seguir, alguns dos pontos mais importantes desse argumento, de modo a esboçar a *constelação do anti-semitismo* que surge dessa comparação.

Assim, poderíamos começar com o entendimento do anti-semitismo em termos de uma *mentalidade de ticket*, na qual a experiência cede lugar ao estereótipo. Tanto a *Dialética do Esclarecimento* como a *Personalidade Autoritária* fazem desse aspecto o núcleo da explicação psicossocial do anti-semitismo. Senão vejamos:

Os ‘elementos do anti-semitismo’, baseados na experiência e anulados pela perda da experiência que se anuncia na mentalidade do *ticket*, são novamente mobilizados pelo *ticket*... não é só o *ticket* anti-semita que é anti-semita, mas a mentalidade de *ticket* em geral (DE, 192s).

compare-se com a seguinte passagem da *Personalidade Autoritária*, onde se traça a fenomenologia de um certo tipo de “alto”, o maniático [crank]:

a fim de confirmarem-se mutuamente a pseudo-realidade que construíram, podem chegar a formar seitas, muitas vezes sob a advocação de alguma panacéia ‘natural’, o que corresponde com a sua idéia projetiva de que o judeu é e será mau pela eternidade e corrompe a pureza do natural... representam um traço social significativo: a semi-erudição (semi-erudition), a fê na ciência como coisa mágica, a qual os converte em seguidores ideais das teorias raciais (AP, 765).

É importante observar o quanto tem relevo, aqui, a noção daquela configuração sócio-cultural da qual a *mentalidade de ticket* é o aspecto central, vale dizer, a *semicultura*. A *semi-erudition* seria a face psicológica da semicultura, vale dizer, ela fornece um esquema de compreensão do real ao indivíduo divorciado da capacidade de ter experiência por conta própria. É aquilo que na *Personalidade Autoritária* é chamado de “caráter funcional do anti-semitismo”:

as imagens irracionais acerca dos judeus parecem cumprir funções similares. O sujeito sumamente preconceituoso vê o judeu segundo um molde extremamente estereotipado e, ao mesmo tempo, o personaliza como a nenhum outro fantasma... a separação do judeu parece proporcionar a fórmula mais cômoda para resolver sua própria alienação com respeito à sociedade. Quem culpa os judeus de todos os males existentes parece haver encontrado a tocha que ilumina as sombras que envolvem a realidade política e social... é a grande panacéia que proporciona simultaneamente equilíbrio intelectual, contracatexia e canalização de desejos de mudança (AP, 618s).

Nesse sentido, tanto a *Personalidade Autoritária* como a *Dialética do Esclarecimento* ressaltam o elemento de *projetividade* do anti-semitismo. Com efeito, enquanto toda a seção VI dos “Elementos do anti-semitismo” é dedicada ao mecanismo da *falsa projeção* – analisado por nós no capítulo precedente – a *projetividade*, entendida como “disposição a crer que no mundo ocorrem coisas desenfreadas e perigosas; projeção ao exterior de impulsos emocionais inconscientes” (AP, 228) é tida como uma das principais variáveis na definição do *potencial fascista*. De acordo com a projeção desenfreada do anti-semita, o judeu representaria o “homem mau”, ao mesmo tempo poderoso e débil, onipresente e invisível, temido e odiado. A projeção anti-semita assume, assim, um caráter francamente paranóico, onde a agressividade é dirigida contra esse objeto tão “bem escolhido” que é o judeu, ao mesmo tempo em que é

racionalizada, isto é, justificada. Assim, podemos ler na *Dialética do Esclarecimento*:

A falsa projeção é o usurpador do reino da liberdade e da cultura; a paranóia é o sintoma do indivíduo semicultivado... as formas de consciência paranóides tendem à formação de alianças, frondas e quadrilhas. Seus adeptos tem medo de acreditar sozinhos em seu delírio. Projetando, eles vêm por toda a parte a conjuração e o proselitismo (DE, 182s).

De maneira análoga, lemos a respeito da racionalização do material projetivo na *Personalidade Autoritária*:

a própria ignorância, confusão e semi-erudição do anti-semita lhe conquistam muitas vezes a fama de profundo conhecedor. Quanto mais primitivas são suas fórmulas drásticas devido a sua estereotipia, tanto mais atraentes resultam porque reduzem o complexo ao elementar, sem que importe a medida lógica que entre em tal simplificação... a pauta anti-semita de orientação fornece gratificações emocionais narcisistas que tendem a derrubar as barreiras da autocrítica racional (AP, 619).

Talvez o que sintetize melhor esse estado de coisas seja a descrição do anti-semitismo como *liquidação da experiência e sua substituição pelo estereótipo*. Nesse ponto há um paralelismo estrito entre a *Personalidade Autoritária* e a *Dialética do Esclarecimento*, como se pode perceber pelas respectivas passagens:

Não nos encontramos diante de uma simples cisão entre experiência e estereotipia... antes, a própria experiência está predeterminada pela estereotipia... a estereotipia não pode emendar-se mediante a experiência: é preciso reconstruir a capacidade de ter experiência (AP, 617).

No mundo da produção em série, a estereotipia – que é seu esquema – substitui o trabalho categorial. O juízo não se apoia mais numa síntese efetivamente realizada, mas numa cega

subsunção... o percebido não se encontra mais presente no processo de percepção (DE, 188).

O processo da liquidação da experiência pelo estereótipo é um processo que incide sobre o *indivíduo* enquanto unidade que seria capaz de autonomia frente às tendências totalizantes do espírito objetivo. O *fim do indivíduo* tem uma descrição paralela nas duas obras. Em ambas se lembra que o colapso da individuação é uma consequência tirada do processo econômico, da produção, que não mais requer o indivíduo como célula econômica autônoma, o indivíduo relativamente livre da fase liberal do capitalismo:

A indiferença pelo indivíduo que se exprime na lógica não é senão uma consequência do processo econômico. O indivíduo tornou-se um obstáculo à produção... na era das grandes corporações e das guerras mundiais, a mediação do processo social através das inúmeras mônadas mostra-se retrógrada. Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela sociedade (DE, 189).

Aqueles que criticam a tipologia não devem se esquecer que um grande número de pessoas não são já, seria melhor dizer não foram nunca “indivíduos”, no sentido que dá a palavra a tradicional filosofia do século dezanove. Se existem aqueles que pensam em rótulos, isso se deve unicamente a que processos sociais subjulgantes, obscuros, estandardizados, ‘rotulantes’, que praticamente não deixam ao indivíduo liberdade de ação nem oportunidade de verdadeira individuação, que determinam este modo de pensar (AP, 747).

Com isso, chegamos a compreender o essencial da questão do anti-semitismo na *Personalidade Autoritária*, tendo como seu par conceitual a *Dialética do Esclarecimento*. Conforme assinala Buck-Morss, as duas obras são na verdade muito próximas no espírito, que é o da luta contra a tendência interna do esclarecimento à barbarização. E em ambas se nota o método da formação de constelações:

A teoria desenvolvida em *Dialektik der Aufklärung* proporcionava o marco interpretativo para ambos os pólos [quantitativo e qualitativo] (ao mesmo tempo que era verificada por eles): os elementos do anti-semitismo não eram vistos apenas como manifestações isoladas de intolerância aberta. Eram mostrados, ao invés, como formando uma configuração psicológica que refletia toda a constelação de fatores que, segundo Adorno e Horkheimer, caracterizava as tendências fascistas da estrutura social atual: conformismo, repressão sexual, falsa projeção, submissão autoritária alternada com dominação agressiva, falta de reflexão crítica e o estereótipo que resultava de uma incapacidade de experimentar o não-identico ou o novo (Buck-Morss, 1981, 353).

Assim, as respostas aos questionários e às entrevistas, longe de serem tomadas como elementos casuais ou aleatórios, eram interpretadas segundo a noção de personalidade desenvolvida na pesquisa, onde as necessidades emocionais profundas respondiam, em última análise, a um complexo e precoce processo de tipificação em marcha na cultura. Portanto, conforme aponta corretamente Buck-Morss, a constelação do anti-semitismo na *Personalidade Autoritária* seria algo como uma *expressão* daquela formada pela *Dialética do Esclarecimento* :

a *Personalidade Autoritária* podia ser descrita como uma representação sociopsicológica da 'idéia' [num sentido benjaminiano] do fascismo... [ao mesmo tempo em que] todos os elementos da constelação se referiam a uma teoria geral do anti-semitismo e sua interpretação estava em cada caso mediatizada por essa teoria (idem, 354s).

No próximo capítulo examinaremos a produção adorniana relacionada à questão do anti-semitismo no pós-guerra, especialmente nos anos 60, através de suas intervenções públicas em conferências, e na última parte da *Dialética Negativa*, intitulada "Meditações sobre Metafísica". Nesse período, em que ficou clara a extensão e a gravidade do genocídio dos judeus na Europa, Adorno passa

a refletir recorrentemente sobre uma série de questões que poderiam ser, talvez, sintetizadas numa única: é possível ainda falar de cultura ou até de humanidade após Auschwitz?

CAPÍTULO 3: “DEPOIS DE AUSCHWITZ”¹: MEMÓRIA E NEGATIVIDADE

3.1 O passado que não passa: esquecimento e rememoração

A partir do conhecimento da extensão e da gravidade da *Shoa*, a questão do anti-semitismo ganha um novo significado para Adorno. Auschwitz é compreendido como o ponto inflexivo da história, a partir do qual tudo aquilo que está em jogo no ambíguo processo do esclarecimento se coloca com um força e uma urgência inauditas. Em primeiro lugar, os conceitos de cultura e de humanidade passam a ser objeto de dúvida. Depois de Auschwitz, conservariam ainda algum sentido real?

Nessa perspectiva, como falar daquilo que aconteceu, se excede todas as nossas medidas de compreensão e de linguagem? Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, concentra esse ponto, ao relatar uma experiência pessoal que, com o tempo, soube ser também a de muitos outros sobreviventes. Trata-se de um sonho, no qual se chega em casa e se conta à família o que aconteceu. Todos os que lhe ouvem dão as costas, convencidos da falsidade de seu relato².

Examinaremos aqui, primeiramente, a reflexão adorniana sobre a *Shoa* a partir da questão da memória e da responsabilidade que ela encerra, a de não se deixar que se esqueça o ocorrido. Tarefa tanto mais difícil quando se percebe que parece não haver linguagem que possa se referir a Auschwitz sem trair o sofrimento das vítimas, sem banalização, sem estilização.

¹ Aqui se faz alusão ao título de uma das seções do último capítulo de *Dialética Negativa*. “Meditações sobre Metafísica”.

² Levi, Primo, *Os afogados e os sobreviventes*, tradução de Luiz Sérgio Henriques, São Paulo, Paz e Terra, , 1990, p. 1.

Esse é o tema de Adorno em diversas ocasiões, a partir dos anos 50. É o caso, por exemplo, das conferências “O que significa elaborar o passado”³ – pronunciada em 1959, no Conselho de Coordenação para a Colaboração Cristã-Judaica e publicada posteriormente em *Eingriffe*, de 1963 – e de “Educação após Auschwitz”⁴, proferida na Rádio de Hessen, em 1965, publicada depois em *Sitchworte*, em 1969. Nelas, Adorno retoma um motivo da *Dialética do Esclarecimento*, quando se apontava para a questão da persistência do passado como princípio de coerção, o qual deveria ser rompido pela conscientização tanto de sua violência como de seu momento de verdade: “Não é da conservação do passado, mas de resgatar a esperança passada que se trata. Hoje, porém, o passado se prolonga como destruição do passado” (DE, 15).

Nesse sentido, trata-se de trabalhar para aquela autoconscientização do esclarecimento de que falavam Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, quando já apontavam a tendência histórica dominante no sentido de banir esse elemento de autoreflexão do espírito. Com efeito, a autoreflexão é banida seja no pensamento, através do positivismo e sua condenação da especulação, seja no comportamento das pessoas, através da organização das necessidades psíquicas levada a cabo pelos mecanismos da indústria cultural e da propaganda fascista. Segundo Adorno e Horkheimer:

Se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse elemento regressivo, ele está selando seu próprio destino. Abandonando a seus inimigos a reflexão sobre o elemento destrutivo do progresso, o pensamento cegamente pragmatizado perde seu caráter superador e, por isso também, sua relação com a verdade (DE, 13).

Nesse sentido, há que se atentar para a persistência, no próprio regime democrático alemão do pós-guerra, das condições que levaram a Auschwitz. Um

³ *Was bedeutet: Aufarbeitung der Vergangenheit*, aqui citada conforme a abreviatura EP, seguida de número de página da seguinte edição: Adorno, Theodor. *Educação e Emancipação*, tradução de Wolfgang Leo Maar, São Paulo, Paz e Terra, 1995.

⁴ *Erziehung nach Auschwitz*, aqui citada conforme a abreviatura EA, seguida do número de página da seguinte edição: Adorno, Theodor. *Palavras e Sinais, Modelos Críticos II*, tradução de Maria Helena Ruschel, Petrópolis, Vozes, 1995.

trabalho de esclarecimento, nessas condições, é inseparável da rememoração do ocorrido e da conscientização de que há que se opor ativamente à possibilidade de que venha ocorrer novamente. A rememoração, assim, é uma força de resistência contra o caráter mítico da violência, que pode vir a se repetir na história quantas vezes não se opuserem conscientemente os homens a ela. Segundo Adorno, trata-se de “romper o encanto do passado por meio de uma consciência clara”, sem tentar mitificá-lo através da idéia de uma culpa psicologizada, de negá-lo ou minimizar a sua gravidade (EP, 31s). Dessa forma, é um trabalho a ser realizado tendo em vista a consideração daquele passado, em relação direta com as pessoas e as instituições presentes, o que significa, no caso, falar de indivíduos que participaram do Terceiro Reich ou colaboraram com ele, e que agora pertencem a instituições democráticas recentes e ainda frágeis, as quais devem poder dar a prova de sua persistência. Nesse sentido, assume capital importância a afirmação de Adorno segundo a qual:

Considero a sobrevivência do nacional-socialismo *na* democracia como potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas *contra* a democracia. A corrosão por dentro representa algo objetivo; e as figuras ambíguas que efetivaram o seu retorno só o fazem porque as condições lhes são favoráveis (EP, 30).

Da mesma forma que a violência mítica é uma possibilidade inscrita no próprio conceito de esclarecimento, aquilo que na cultura conduz potencialmente a um estado mais próximo à liberdade pode conduzir também à barbárie. A democracia não está livre daquela manipulação organizada da natureza recalcada dos indivíduos, pronta para ser dirigida em sentido violento e anti-civilizatório. No caso alemão, isso é tanto mais grave quando se considera, segundo Adorno, que a democracia na Alemanha tornou-se valorizada menos em razão de ter penetrado na experiência viva das pessoas do que em função do sucesso econômico alemão do pós-guerra, como uma “working proposition” (EP, 35).

Esse atrelamento quase exclusivo da noção de democracia à situação econômica se revela potencialmente muito perigoso, na verdade:

Justamente porque a realidade não cumpre a promessa de autonomia, enfim, a promessa de felicidade que o conceito de democracia afinal assegurara, as pessoas tornam-se indiferentes frente à democracia, quando não passam até a odiá-la (EP, 44).

Numa perspectiva mais abrangente, Adorno, na verdade, compreende, com Freud, o perigo da violência que põe em risco a própria noção de humanidade civilizada, como algo que é produzido, fundamentalmente, por essa mesma civilização:

Entre as intuições de Freud que realmente alcançam o domínio da cultura e da sociologia, uma das mais profundas, a meu ver, é a de que a civilização engendra por si mesma o anticivilizatório e o reforça progressivamente. As suas obras *O Mal-estar na Civilização* e *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* mereceriam a maior difusão, precisamente em relação a Auschwitz. Se a barbárie está no próprio princípio da civilização, então a luta contra essa tem algo de desesperador (EA, 105).

Nessa perspectiva, Adorno compreende, no processo do esclarecimento, uma dialética de integração/ dissolução em curso na cultura, processo que se abate sobre o indivíduo e tende à sua liquidação. A pressão civilizatória sobre os indivíduos e suas necessidades faz surgir um profundo ressentimento contra a civilização, o qual se manifesta em fenômenos regressivos como o anti-semitismo e o nacionalismo. Neles há aquela – socialmente organizada – dissolução do eu num todo coletivo tornado segunda natureza catastrófica. A cultura, enquanto princípio simultaneamente anti-barbárie e de barbárie, impõe a integração repressiva ao todo social, a qual se faz através da dissolução daquilo que é seu suporte, do indivíduo como sujeito autônomo:

Eu ousaria acrescentar, desde uma perspectiva sociológica, que nossa sociedade, ao mesmo tempo em que se integra cada vez mais, incuba tendências à dissociação. Essas

tendências à dissociação, próximas à superfície da vida ordenada e civilizada, têm progredido até limites extremos. A pressão do todo dominante sobre cada particular, sobre os indivíduos e as instituições individuais, tende a desintegrar o particular e o individual, assim como a sua capacidade de resistência (EA, 107).

Assim, o perigo da explosão de um estado absoluto de barbárie persiste mesmo em condições aparentemente “civilizadas”, como a sociedade alemã do pós-guerra (e em qualquer sociedade democrática). Trata-se de uma situação objetiva, que diz respeito àquela referida dialética integração/ dissolução do indivíduo na cultura, *ainda persistente*, e que pode voltar a produzir resultados nefastos, na medida em que envolve a manipulação da insatisfação de milhões de pessoas com um estado de coisas que lhes impõe sobreviver adaptando-se a custa da mais estrita renúncia à felicidade:

Se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar; precisam abrir mão daquela subjetividade autônoma a que remete a idéia de democracia; conseguem sobreviver apenas na medida em que abdicam de seu próprio eu... a necessidade de uma tal adaptação, de identificação com o existente, com o dado, com o poder enquanto tal, gera o potencial totalitário. Este é reforçado pela insatisfação e pelo ódio, produzidos e reproduzidos pela própria imposição à adaptação (EP, 43s).

A alusão a um “potencial autoritário” remete à ancoragem subjetiva daquelas tendências primeiramente objetivas à barbárie, em que o processo de tipificação envolvido na origem do potencial autoritário se mostra um processo de liquidação do indivíduo. Assim, a existência de indivíduos como tipos de organização pulsional particularmente adequadas àquela identificação pronta com o existente facilita as coisas para a dominação, na medida em que eles passam a servir como “condutores psicológicos” daquelas tendências gerais. A “personalidade autoritária”, nesse sentido, é entendida como a inclinação subjetiva à submissão ao poder, com tudo que envolve de convencionalismo, estereotipia e incapacidade de experiência:

Personalidades com tendências autoritárias identificam-se ao poder enquanto tal, *independente de seu conteúdo*. No fundo dispõem só de um eu fraco, necessitando, para se compensarem, da identificação com grandes coletivos e da cobertura proporcionada pelos mesmos (EP, 37, grifo meu).

Assiste-se, assim, àquele processo de dissolução do eu na coletividade, a que fizemos referência anteriormente. A persistência das condições que levaram a Auschwitz também se localiza nas pessoas (ainda que não primeiramente nelas, já que se trata de um processo de socialização da perda da capacidade para a experiência), na medida em que continuam a existir tipos inclinados à autoridade. No caso alemão, isso fica evidenciado também pelo que Adorno chamou de “ferida psíquica” aberta com relação ao passado. Com efeito, Adorno compreende a ausência de elaboração consciente do passado como uma espécie de persistência do narcisismo nacionalista, o mesmo que levou a Auschwitz e que, no pós-guerra, alcança, até certo ponto, uma sobrevivência através do milagre econômico:

No referente ao lado subjetivo, ao lado psíquico das pessoas, o nazismo insuflou desmesuradamente o narcisismo coletivo... esse narcisismo coletivo foi gravemente danificado pela derrocada do regime nazista. Esses danos ocorreram no âmbito do meramente factual, sem que os indivíduos tenham se dado conta deles para poderem assim elaborá-los... no fundo, avolumando-se inconscientemente e por isto particularmente poderosas, aquelas identificações e o narcisismo coletivo não chegaram a ser destruídos mas permanecem existindo (EP, 39s).

É na superação desse narcisismo que distorce a realidade e a memória que se joga tudo aquilo que diz respeito à resistência contra a barbárie. Nesse sentido, Adorno defende enfaticamente o princípio da autonomia, da autoreflexão e da experiência, o que envolve um fortalecimento do momento subjetivo, do eu como o órgão da consciência. A educação, aqui, recebe uma valorização compreensível. Se a possibilidade de mudança daqueles que se definem

justamente pela incapacidade de mudança se encontra impedida, a tarefa se volta para a formação de indivíduos potencialmente mais livres da ação daquele processo que culmina no narcisismo coletivo da comunidade racial. Adorno expressa esta compreensão de maneira bem explícita, como indicam as duas seguintes passagens :

A única força verdadeira contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia, se me for permitido empregar a expressão kantiana; a força para a reflexão, para a autodeterminação, para o não se deixar levar (EA, 110).

Eu sustento que o mais importante para evitar o perigo de uma repetição é contrapor-se à cega supremacia de todas as formas do coletivo, fortalecer a resistência contra elas enfocando o problema da coletivização (EA, 113).

Uma educação contra a barbárie envolveria, principalmente, um trabalho que buscasse uma alteração do clima cultural geral num sentido anti-conformista, anti-convencional e anti-estereótipo. A resistência ao coletivo deve poder surgir de ações que procurem reforçar o momento da *formação* individual do espírito. Nesse sentido, Adorno fala de uma “pedagogia democrática”, isto é, de uma educação política, que se contraponha ao esquecimento e ofereça às pessoas um esclarecimento acerca do que aconteceu, inclusive tentando conscientizá-las acerca da ação daqueles mecanismos da propaganda fascista, que obtiveram tanto êxito na coletivização do espírito. Falar do passado, nessa perspectiva, poderá abrir caminho para uma relação qualitativamente diferente com o mesmo. Numa passagem muito expressiva, Adorno se refere a essa possibilidade:

Penso, ao contrário [dos que receiam que falar do passado poderá suscitar uma resistência ainda maior a ele], que o consciente jamais se relaciona à infelicidade nos mesmos termos em que isto ocorre com o inconsciente e o pré-consciente. No fundo, tudo dependerá do modo pelo qual o passado será referido no presente; se permanecemos no simples remorso ou resistimos ao horror com base na força de compreender até mesmo o incompreensível (EP, 46).

A confrontação com o horror é possível e necessária. A tendência a não confrontar o passado compactua com o princípio mau do “é tal como se não tivesse ocorrido”, pronunciado pelo Mefistófeles de Goethe (EP, 32). Essa tendência, na verdade, se encontra enraizada nas pessoas e no clima cultural dominante, como refere Adorno a partir da reação de um crítico de jornal irritado com o conteúdo “desagradável” de *Mortos sem Sepultura*, de Sartre. Na verdade, se a experiência da dor é suprimida, também a capacidade para discernir o que é justo desaparece:

Em outras palavras, a educação deveria levar a sério uma idéia que não é de modo algum estranha à filosofia: a angústia não deve ser reprimida. Quando a angústia não é reprimida, quando o indivíduo se permite realmente ter tanta angústia quanto esta realidade merece, então, provavelmente, desaparecerá grande parte do efeito destrutivo da angústia inconsciente e protelada (EA, 114s).

Desenvolvendo uma noção já presente na *Dialética do Esclarecimento*, Adorno amplia a abrangência da tendência ao esquecimento até considerá-la como imanente ao próprio movimento da história, relacionado à lei da troca de equivalentes. Nessa perspectiva, a atemporalidade da troca e seu caráter cíclico remetem à repetição do presente como sempre-igual, liquidando a possibilidade de uma experiência do tempo como história:

O que é o mesmo que dizer que a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional, do mesmo modo como a racionalização progressiva dos procedimentos da produção industrial elimina junto aos outros restos da atividade artesanal também categorias como a da aprendizagem, ou seja, do tempo da aquisição da experiência no ofício. *Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na adaptação ao existente, nisto reflete-se uma lei objetiva de desenvolvimento* (EP, 33, grifo meu).

Nesse sentido, a questão a respeito da persistência do passado revela-se fundamental e primeiramente como objetiva, em que pese o momento psicológico do processo, o que leva Adorno a afirmar com ênfase: “ quero deixar bem claro, todavia, que o retorno ou não do fascismo é, em definitivo, uma questão social, não uma questão psicológica” (EP, 108). O perigo objetivo de uma repetição de algo como Auschwitz, Adorno o compreende na possibilidade de uma ressurreição do nacionalismo (Cf. EA, 105, 122). Se o nacionalismo, em face da tendência histórica a uma expansão econômica que não considere as fronteiras nacionais, se mostra inatural, por outro lado, se mostra ainda vivo, na medida em que se nutre da impotência objetiva e subjetiva de uma grande quantidade de indivíduos sob o capitalismo tardio:

Mas o nacionalismo é atual na medida em que somente a idéia transmitida e psicologicamente enriquecida de nação, que permanece sendo a expressão de uma comunidade de interesses na economia internacional, tem força para mobilizar centenas de milhões de pessoas para objetivos que não são imediatamente seus (EP, 42).

Nessa perspectiva, o nacionalismo se revela, em sua face psicossocial, como um elemento intercambiável daquela “mentalidade de ticket” referida na *Dialética do Esclarecimento*, e da qual o anti-semitismo pode também ser expressão. Ambos representam formas de consciência paranóides (EP, 42s). Em “Sobre a pergunta: o que é alemão”⁵, Adorno considera o estereótipo do gênero nacional como perigosamente próximo do narcisismo coletivo, agressivo e paranóide. É esse tipo de noção que um esclarecimento a respeito de Auschwitz deve combater:

⁵ “Auf die Frage: ‘Was ist Deutsch?’ ”, conferência pronunciada em 1965, publicada posteriormente em *Stichworte*, e aqui citada conforme a abreviatura QA, seguida de número de página da seguinte edição: Adorno, Theodor, *Palavras e Sinais, Modelos Críticos II*, tradução de Maria Helena Ruschel. Petrópolis, Vozes. 1995.

Não se sabe, aliás, se existe algo como os alemães ou qualquer coisa do gênero, em outras nações. O verdadeiro e o melhor para cada povo é, sem dúvida, antes o que não se acomoda ao sujeito coletivo, o que porventura se lhe opõe. A formação de estereótipos, pelo contrário, promove o narcisismo coletivo. Aquilo com que nos identificamos, a essência do próprio grupo, torna-se imperceptivelmente o bom; o grupo alheio, os outros, o ruim (QA, 124s).

Nessa perspectiva, a tarefa de resistência contra a tendência histórica ao esquecimento tem o sentido, ressalta Adorno novamente, da ação contra o estereótipo, a ausência de reflexão que se apressa a subscrever o que existe: “creio agir, antes de mais nada, contra a formação de estereótipos” (QA, 129). É porque o nacionalismo ainda se entrevê como possibilidade na marcha da história universal, que a luta contra aquele tipo de consciência que lhe é favorável se faz como imprescindível. Tanto mais quando se compreende o caráter transferencial da “catástrofe natural da sociedade”, em razão do qual Auschwitz pode se repetir sob formas ainda inimaginadas:

Seria preciso esclarecer também a possibilidade de deslocamento daquilo que em Auschwitz fugiu totalmente ao controle. Amanhã pode ser a vez de outro grupo que não os judeus; o dos velhos, por exemplo, que ainda foram poupados no Terceiro Reich, ou os intelectuais, ou simplesmente os grupos dissidentes. O clima – e saliento esse ponto – que mais favorece a repetição de Auschwitz é o redespertar do nacionalismo (EA, 122).

A luta contra o esquecimento tem muito de trágico quando se pensa no que ela implica em ir contra o próprio sentido da tendência universal (“combatê-lo equivale a opor-se ao espírito do mundo”, EA, 119). Em *Minima Moralia* Adorno afirmara ser a memória indissociável do amor, na medida em que “pretende conservar o que passa” (MM, fragmento 79). Com efeito, a rememoração a propósito de Auschwitz teria que ser entendida com a capacidade para o amor, na medida em que põe em jogo a nossa capacidade de identificação com outros não-semelhantes a nós (“o amor é a capacidade de perceber o

semelhante no dessemelhante”, MM, frag. 122), as vítimas assassinadas e suas famílias. Trata-se, em suma, de uma resistência àquele princípio da frieza – socialmente organizado – que transforma as pessoas (e a própria memória) em coisas para melhor delas poder dispor. A rememoração não se entrega ao passado a fim de habitar nele, mas, inversamente, entra em contato com ele para revogar a sua persistência como coerção sobre o presente: “ao passado não resta outra esperança a não ser entregar-se sem defesas à desgraça, para dela ressurgir como algo diferente” (MM, frag. 106).

3.2. O não-idêntico como elemento de uma filosofia pós- Auschwitz

As reflexões de Adorno a respeito do não-idêntico passam, depois da confrontação com Auschwitz, a ocupar um lugar ainda mais central em sua obra. Relacionados a essa preocupação se encontram os temas centrais de *Dialética Negativa*: a questão da possibilidade atual da filosofia, do caráter ambíguo da cultura, da “superação conceitual do conceito”, do resgate do momento expressivo na filosofia, de uma nova compreensão da metafísica, da “rememoração da natureza no sujeito”, entre os mais importantes.

A questão do anti-semitismo tem, assim, reafirmada a sua centralidade dentro da reflexão adorniana, na medida em que ela se encontra intimamente relacionada a todo o âmbito de problemas compreendidos pela questão do não-idêntico. Nesta seção, nosso propósito será indicar como a reflexão sobre Auschwitz se faz como um embate pela recuperação do momento da não-identidade pelo pensamento teórico e por um renovado imperativo categórico para uma humanidade ainda possível.

A *Dialética Negativa*, com efeito, começa com o problema da filosofia numa época que parece ter condenado ao fracasso todas as tentativas de emancipação política, de organização racional da sociedade, de constituição de uma humanidade humana, de diminuição do sofrimento para uma parcela mais ampla da população mundial, de uma relação menos predatória com a natureza, de uma conscientização a respeito dos efeitos da guerra, do ódio racial, do preconceito religioso, da discriminação sexual – enfim da realização do esclarecimento como maioridade do gênero humano:

A filosofia, que antes pareceu superada, segue viva porque deixou passar o momento de sua realização... desde que a filosofia faltou à sua promessa de ser idêntica com a

realidade, ou de estar imediatamente na véspera de sua produção, se encontra obrigada a criticar-se sem considerações (ND, 11).

E essa autocrítica da filosofia assume a feição, em primeiro lugar, de crítica da sua pretensão de dar conta da totalidade do real, bem como da noção correlata segundo a qual o conceito esgota toda relação possível com a objetividade. A filosofia ainda possível atualmente deveria refletir a respeito do fracasso da tentativa hegeliana nessa sua dupla pretensão. Assim, contra a ilusão da totalidade conceitual, há que se atentar para o que escapa à ação identificante do conceito:

O nome dialética começa dizendo apenas que os objetos são mais que o seu conceito, que contradizem a norma tradicional da *adequatio*. A contradição não é uma essencialidade heracliteana... é índice do que há de falso na identidade, na adequação do concebido com o conceito (ND, 13).

E, contra a ilusão de independência da filosofia com relação ao real, “como se fosse um objeto seu”, importa indicar a essencial dependência do pensamento com relação à realidade histórico-social, na medida em que esta, na verdade, penetra em sua própria constituição

tanto mais quanto esqueceu mais fundamentalmente aquele limite e rejeitou como estranho toda reflexão sobre seu lugar próprio na totalidade. Em vez de reconhecer até que ponto, inclusive em sua mais íntima constituição, mesmo em sua verdade mais imanente, dependia da totalidade (ND, 12).

Nesse sentido, a possibilidade, ainda, de uma filosofia, após o advento de uma ordem que realizou como pesadelo o princípio da identidade contido (também) no idealismo, consistirá no desenvolver a consciência de sua essencial dependência com relação à objetividade, da “inevitável insuficiência” do pensamento, da não-identidade entre sujeito e objeto, conceito e real. Trata-se de

refletir acerca do caráter coercitivo da totalidade conceitual, que tende a revogar a separação sujeito/ objeto pela absolutização do princípio subjetivo da identidade. Nesse sentido, uma filosofia ainda possível assumiria a forma de uma *dialética negativa*:

Esse cumprimento só é possível negativamente. A dialética desenvolve a diferença que dita o universal entre ele e o particular. Dialética é a separação entre sujeito e objeto, que abriu caminho à consciência... mas o fim da dialética seria a reconciliação. Esta emanciparia o que é não-idêntico, o resgataria de uma coação espiritualizada (ND, 14s).

O princípio de coerção do qual Auschwitz surge como manifestação paroxística se encontraria, na verdade, também presente no interior do pensamento filosófico, enquanto empresa que tem sistematicamente esquecido o momento qualitativo da experiência. Nesse sentido, a metafísica têm compactuado com o horror, como absolutização do mau princípio da dominação:

O processo que arrastou sem descanso a metafísica no sentido oposto à sua concepção originária chegou a seu término... A absolutez do espírito, auréola da cultura, foi o mesmo princípio que violentou incansavelmente o que simulava expressar. Auschwitz privou de direito toda voz das alturas, ainda que seja teológica (ND, 366s).

A filosofia como dialética negativa se volta, assim, para aquilo que havia sido recalcado no processo de sua constituição: o interesse do particular, do momento material do espírito, do não-idêntico. Ela se torna, desse modo, uma “ontologia da falsa condição”: ao tomar consciência de que a determinante objetiva do espírito é a sociedade como negação do sujeito, e não um sujeito separado e acima da objetividade antagônica. Com efeito, ela mostra como, na sociedade organizada como dominação, o todo se torna uma espécie de sujeito transcendental (ND, 19).

Para Adorno, a partir desse estado de coisas, legado pela tradição e confrontado pela experiência histórica de sua realização como violência em

proporções jamais vistas, faz-se necessária uma inflexão da metafísica em sentido materialista, de tomada de consciência do imanente como *negação* do finito. Ao mesmo tempo, uma esfera inteligível só é salva se se percebe a sua conexão com o imanente e se rejeita a pretensão de um transcendente positivado. Há que se atentar para a compreensão de que “a experiência metafísica nunca foi tão supratemporal como o emprego acadêmico da palavra metafísica... uma vez que se apoia na tradição, tem que confessar também sua dependência da conjuntura histórica do espírito” (ND, 372).

Nesse sentido, a relação da metafísica com a sociedade é apreendida materialisticamente. A metafísica, quando tomada abstratamente com relação ao processo social da produção e reprodução do espírito, facilmente degenera em ideologia, a encobrir a particularidade de interesses de uma classe dominante que deseja fazer passá-los como universais: “os interesses metafísicos dos homens requereriam a percepção sem recortes de seus interesses materiais. Enquanto estes lhes estejam encobertos, os sujeitos vivem sob o véu da bailarina. Somente quando o que é pode ser mudado [é que] deixa de ser o todo” (ND, 397).

Contra essa tendência objetiva à conversão da metafísica em ideologia há que se voltá-la em sentido negativo, proibindo qualquer hipostasiação da transcendência, isto é, prevenindo-se contra a retomada do gesto pelo qual Hegel resolve o transcendente na identidade do espírito consigo mesmo: “[Hegel] resolve conseqüentemente o não-idêntico na pura identidade, o conceito passa a ser garantia do não-conceitual, a transcendência é capturada pela imanência do espírito e praticamente eliminada ao converter-se na totalidade deste” (ND, 400).

Adorno aponta a direção em que se pode vislumbrar essa salvação do inteligível como uma intervenção na dialética do esclarecimento, no sentido de romper o seu caráter coercitivo e irracional (ND, 384), de forma que o inteligível seja concebido como *esperança negativa* numa ordem de coisas que transcenda a infâmia do existente. Adorno expressa essa compreensão de maneira enfática:

O gesto de esperança consiste em não reter nada daquilo que o sujeito quer conservar como apoio... paradoxalmente, a esfera inteligível que Kant apontou voltaria a ser ‘fenômeno’: aquilo que apresenta ao espírito finito o que está oculto, aquilo que ele está obrigado a pensar e que deforma em virtude de sua própria finitude. *O conceito de inteligível é a auto-negação do espírito finito... a reflexão sobre se a metafísica é ainda simplesmente possível tem que refletir a negação do finito exigida pela finitude* (ND, 391, grifo meu).

Essa inflexão da metafísica no sentido do desenvolvimento de uma dialética negativa irá impor a consideração do não-idêntico como absoluto, increvendo-se sua possibilidade numa busca do rompimento do caráter coercitivo da identidade: “o absoluto, como o presente a metafísica, seria o não-idêntico em si, que não afloraria até que se desfizesse a imposição da identidade. Sem a tese da identidade, a dialética não é o todo: mas, tampouco é um pecado capital abandoná-la em um passo dialético” (ND, 404).

Assim, a dialética negativa volta-se para o detalhe, para o particular, sem prescindir do conceito, mas, através da posição em constelação dos conceitos em torno do objeto, de forma não-hierarquizada, de modo a manter a tensão entre proximidade e distância do objeto. Nesse sentido, Adorno compreende a dialética negativa como uma superação conceitual do conceito que se faz *micrologicamente*: “a micrologia é o lugar da metafísica, seu refúgio ante a totalidade. Apesar de que a imanência não deve ser divinizada nem em sua dependência nem como totalidade substancial, não há outra forma de expressar um absoluto senão nos materiais e categorias da imanência” (ND, 405).

Adorno entende a experiência metafísica ainda possível como “constelação legível do que existe” (ND, 405), na qual não se abandona o conceito, mas se o coloca em constelação, “em vez de avançar em um processo escalonado de conceito em conceito superior, mais universal” (ND, 165). Retomando uma noção já esboçada em *Minima Moralia*, acerca da dialética entre desejo e pensamento na constituição do próprio pensamento (cf. MM, fragmentos 79 e 127), Adorno introduz a noção de experiência metafísica como “escritura do

desejo”. Importa salientar, aqui, o nexó interno que a une à aquela compreensão expressa no fragmento 153 de *Minima Moralia*, segundo a qual o pensamento filosófico seria “a tentativa de considerar todas as coisas tais como se apresentariam a partir de si mesmas do ponto de vista da redenção”. Com efeito, a inflexão da metafísica no sentido da imanência e do pequeno é voltada, por assim dizer, para a salvação de um âmbito transcendente *que ainda não existe*:

os traços mais ínfimos deste mundo seriam relevantes para o absoluto, posto que a visada micrológica tritura a casca do que, segundo o genérico que o subsume, está desamparadamente particularizado, e faz ressaltar sua identidade, esse engano que o apresenta como mero exemplar (ND, 405).

Adorno fala aqui da “identidade da coisa *contra* suas identificações”, no sentido de que ela não coincide com o seu conceito, mas permanece não-dedutível e não-esquematizável (ND, 164s). Nesse sentido, a metafísica seria uma tentativa de recuperar, através da experiência, o recalcado não-idêntico. Ganha importância, aqui, a categoria de *sofrimento físico* como aquilo que deve ser recuperado pelo pensamento filosófico, se este deve se opôr ao espírito do mundo, responsável pelo surgimento de Auschwitz.

Com efeito, nas idéias de esperança e de felicidade, pelas quais o pensamento se impulsiona, se encontra a presença do somático, da experiência do prazer. Dela recebe o conhecimento sua dignidade, na medida em que busca negar o sofrimento físico de que padecem as pessoas, ainda, sob uma sociedade esclarecida, ou seja, uma sociedade que, ao mesmo tempo em que busca emancipar-se do sofrimento, produz quantidades cada vez maiores dele. Assim, a tarefa de uma metafísica ainda possível seria negativamente concebida:

O *telos* desta nova organização [da sociedade] seria a negação do sofrimento físico até no último de seus membros, assim como de suas formas interiores de reflexão. Tal é o interesse de todos, somente realizável paulatinamente, numa solidariedade transparente para si mesma e para tudo que tem vida (ND, 204).

Essa urgência de solidariedade é expressa por Adorno na forma de um imperativo ético, posto pela própria marcha da história universal, que confronta a possibilidade da persistência daquilo que produziu Auschwitz. Nesse imperativo se encontra presente o impulso materialista, que chama a atenção para o sofrimento físico e a denúncia de um estado de coisas que converte, em última análise, toda cultura em compactuação com o existente:

Hitler impôs aos homens um novo imperativo categórico para seu atual estado de escravidão: o de orientar seu pensamento e ação de modo que Auschwitz não se repita, e que não venha a ocorrer nada de semelhante (ND, 365).

Nessa perspectiva, adquire sentido a famosa e pouco compreendida afirmação de Adorno segundo a qual “toda cultura depois de Auschwitz, junto com a sua crítica, é lixo” (ND, 367). Se a cultura se tem afirmado como princípio de violência, como ideologia consentânea com a aniquilação física de milhões de homens, a sua restauração, após a catástrofe, seria ofensiva. A alternativa tampouco seria o silêncio e a capitulação da cultura, mas um tomar consciência do seu próprio fracasso em penetrar nos homens como princípio, que também é, de liberdade:

Ao restaurar-se depois do que deixou ocorrer sem resistência em sua casa, [a cultura] se converteu por completo na ideologia que era em potência desde que, em oposição com a existência material, se arrogou o direito de iluminá-la... quem defende a conservação da cultura, radicalmente culpada e gasta, se converte em cúmplice; quem a recusa fomenta imediatamente a barbárie que a cultura revelou ser (ND, 367).

Essa situação de culpa da cultura coloca o problema do pensamento filosófico depois de Auschwitz, bem como o problema correlato de uma arte autêntica, que não fizesse de Auschwitz um princípio para a estilização ou para um “engajamento”. Com efeito, as idéias de *expressão* e de *proibição de imagem*

aproximam as reflexões de Adorno a respeito do caráter ético do pensamento, tanto na arte como na filosofia. Impõe-se, acima de tudo, a proibição de extração de um *sentido* acerca do horror. Nesse ponto, as reflexões contidas no ensaio *Engagement* se apresentam dentro do mesmo espírito das “Meditações sobre Metafísica”, da *Dialética Negativa*. A proibição do esquecimento do ocorrido requer a permanência da arte como expressão da inverdade do mundo. Em *Engagement*, Adorno retoma a questão da cultura simultaneamente como barbárie e como princípio anti-barbárie:

Eu não procuraria desculpar a frase: escrever-se lírica depois de Auschwitz é barbárie... [mas] a poesia precisa resistir a esse veredicto: ser, portanto, de tal modo que não tome a si mesma pela sua simples existência depois de Auschwitz... o excesso de sofrimento real não permite o esquecimento; a palavra teológica de Pascal: *on ne doit plus dormir*, deve-se secularizar. Mas aquele sofrimento, segundo Hegel a consciência de misérias, requer também a permanência da arte que proíbe (E, 64).

A permanência da arte e do pensamento filosófico não se faz sem problemas, uma vez que uma estilização ofenderia a memória das vítimas, na medida em que, ao se atribuir um sentido ao ocorrido, o horror é atenuado. Nesse sentido, Adorno fala da *proibição de consolo* como um imperativo para a arte e a filosofia depois de Auschwitz. É assim que se pode falar de uma *lírica desesperada*:

Não há quase outro lugar em que o sofrimento encontre a sua própria voz, o consolo, sem que este o atraia imediatamente... o radicalismo sem concessões de suas obras [Brecht], justamente as prescritas por formalistas, empresta-lhe a força assombrosa que se escoia de poesias sem esperança, para suas vítimas... mas ao ser feita imagem metafórica, apesar de toda crueza e incompatibilidade, é como se a vergonha frente às vítimas fosse ferida... Pelo princípio da estilização estética e até pela prece solene do coro, o destino imponderável se apresenta como se tivesse sentido algum dia; é sublimado, e tira-se um pouco de seu horror. Basta isso para fazer-se injustiça às vítimas (E, 64s).

As exigências antinômicas da proibição do consolo e da proibição do silêncio diante de Auschwitz colocam a arte e o pensamento filosófico perante a difícil tarefa de se conscientizar do potencial de sobrevivência do passado num presente ainda regido pelas mesmas tendências históricas. Nesse sentido, a experiência filosófica e artística ainda possível aponta para o negativo desse estado de coisas, recusando-se a um pacto com o estabelecido, seja imanentemente, através de uma minimização do horror através de pseudo-explicações históricas, psicológicas, etc, seja de modo transcendente, através de sua anulação como sentido positivado, numa esfera inteligível separada:

Depois de Auschwitz, a sensibilidade não pode menos do que ver em toda afirmação da positividade da existência um engodo, uma injustiça para com as vítimas, e tem que se rebelar contra a extração de sentido, por abstrato que seja, daquele trágico destino. Uma tal sensibilidade se baseia, na verdade, em fatos que condenam ao ridículo a construção de um sentido na imanência tal e como é irradiado por uma transcendência estabelecida afirmativamente (ND, 361).

No sentido de uma ação que procure quebrar a coerção de princípios históricos profundamente arraigados à marcha do mundo, Adorno fala de se buscar uma conscientização do modo como ocorre uma repetição da culpa no presente, em virtude da persistência daqueles mesmos princípios que tornaram Auschwitz possível. Assim, “também obras de arte autônomas, como esse quadro [Guernica], negam com certeza a realidade empírica, destróem a destruidora, aquilo que aí está simplesmente e como mero existente repete a culpa infinitamente” (E, 65).

A obra de arte autêntica e o pensamento filosófico digno do nome deveriam obedecer ao princípio da proibição de imagem, na medida em que não se pode oferecer qualquer consolo ou sentido a partir de Auschwitz, mantendo a idéia de verdade como um estado ainda não realizado de humanidade. Na rememoração do ocorrido e na busca por uma erradicação do sofrimento se encontraria, ainda, a possibilidade da arte e da filosofia: “a experiência do

pensamento que não se mutila a si mesmo desemboca na transcendência. Sua meta seria a idealidade de uma constituição do mundo em que não somente se erradicasse o sofrimento estabelecido como inclusive fosse revogado o que ocorreu irrevogavelmente” (ND, 401).

Nessa perspectiva, arte e filosofia, depois de Auschwitz seriam portadoras, segundo Adorno, de uma aspiração teológica a se realizar: a da felicidade como reconciliação entre o homem e sua naturalidade, representada pela dinâmica pulsional – até hoje tornados separados por ação do mecanismo social – no sentido da realização da autonomia do gênero humano (ND, 388s). O que nos leva a consideração do papel da noção de *reconciliação* na reflexão adorniana a respeito do anti-semitismo, tema de nossa próxima seção.

3.3. Reconciliação e rememoração da natureza no sujeito

Se “Auschwitz privou de direito toda voz das alturas, ainda que seja teológica” (ND, 367), ao mesmo tempo, a possibilidade de permanência do pensamento filosófico só se faz sob a perspectiva da reconciliação. Não se trata, porém, de projetar o que se encontra na realidade irreconciliado como se já estivesse realizado, pois “enquanto o mundo for o que é, todas as imagens de reconciliação, paz e tranqüilidade se parecem com a imagem da morte” (ND, 381). No entanto, o impulso da filosofia vem da reflexão a respeito do estado de culpa em que está enredado tudo que existe depois de Auschwitz, inclusive o próprio pensamento:

A culpa de viver se fez irreconciliável com a vida... se esta culpa se multiplica incessantemente é porque de nenhum modo pode achar-se de todo à consciência. Isto e não outra coisa obriga a filosofar... de não medir-se com o mais extremo, com o que escapa ao conceito, [o pensamento] se converte por antecipado em algo do mesmo tipo que a música de acompanhamento com que a SS gostava de cobrir os gritos de suas vítimas (ND, 364s).

Essa obrigação de pensar a distância que separa o conceito de uma humanidade realizada do estado de coisas atual apenas é possível através daquela esperança liberada pela experiência do contato com aquilo que, no objeto, transcende a sua mera adequação ao conceito. Assim, em *Minima Moralia* já se encontra aquela noção da experiência metafísica como *escritura*, segundo a qual aquilo que existe deve ser posto em constelação pela atividade do sujeito:

O conhecimento não tem outra luz além daquela que, a partir da redenção, dirige seus raios sobre o mundo: tudo o mais se exaure na mera reprodução e permanece uma parte da técnica. Seria produzir tais perspectivas nas quais o mundo analogamente se desloque, se estranhe, revelando suas fissuras e fendas, tal como um dia, indigente e deformado,

aparecerá na luz messiânica. Obter tais perspectivas sem arbítrio nem violência, a partir tão-somente do contato com os objetos, é a única coisa que importa para o pensamento (MM, frag. 153).

Nesse sentido, ressalta o que Adorno chamou de rememoração da natureza no sujeito⁶. Trata-se de uma reação da dialética negativa contra o sentido unilateral de fenômenos típicos da irracionalidade esclarecida, como a indústria cultural e a propaganda fascista, os quais, como uma “psicanálise às avessas”, realizam uma manipulação autoritária do âmbito de natureza das pessoas, de sua dinâmica pulsional, privando-as daquilo que as caracterizaria propriamente como sujeitos, vale dizer, de sua capacidade para a experiência:

Experiência liberada subjetivamente e experiência metafísica convergem em humanidade. Não há expressão de esperança que não se encontre na base da expressão do humano. Ela irradia das grandes obras de arte, inclusive na era de seu emudecer, com mais força do que dos textos teológicos tradicionais... aquilo que anuncia que nem tudo é vão existe graças à simpatia para com o humano, autoreflexão da natureza nos sujeitos. *Somente na experiência da natureza que se é, é que o espírito supera a natureza* (ND, 395, grifo meu).

Adorno encontra na experiência estética um modelo para esse tipo de contato não-distorcido com a dimensão de não-identidade no próprio sujeito. Assim, em *Minima Moralia* Adorno já se pronunciava a respeito do juízo estético como um ensaio de reconciliação entre naturalidade e racionalidade (Cf. MM, fragmentos 43, 79, 127). Nessa perspectiva, a experiência estética reuniria cognição e posicionamento ético, na medida em que o ajuizamento, através da imaginação, é a faculdade do pensamento capaz de medir a distância entre o real e aquilo que é prometido pelo seu conceito:

⁶ A questão da rememoração da natureza no sujeito se encontra já na *Dialética do Esclarecimento*, principalmente no excurso sobre Ulisses: “graças a essa rememoração da natureza no sujeito, que encerra a verdade ignorada de toda cultura, o esclarecimento se opõe à dominação em geral” (DE, 50).

A inteligência, enquanto poder de julgar, contrapõe-se, na efetuação do juízo, àquilo que em cada caso é dado de antemão ao mesmo tempo em que ela o expressa. A faculdade de julgar, que se fecha hermeticamente às moções pulsionais, faz precisamente justiça a estas, por seu aspecto de reação contrária à pressão social. A faculdade de julgar mede-se pela firmeza do Eu. Mas, com isso, também por aquela dinâmica das pulsões que é confiada ao sentimento pela divisão psíquica do trabalho (MM, frag. 127).

Em *Teoria Estética*, Adorno fala da obra de arte autêntica como *mimese do morto* – morte presente, na verdade, no processo social da reificação em curso – como um experimento em direção à reconciliação, na medida em que, ao se contrapor conscientemente ao princípio de morte vigente na cultura, cria um âmbito distinto do existente, no qual tem lugar apenas a violência contra o particular, e, em última análise, contra tudo o que vive. Ao fazê-lo, ela deve desenvolver a diferença entre o universal da dominação e o não-idêntico, na qual o primeiro aniquila tudo que corresponde ao natural:

Nas obras de arte, o espírito já não é o velho inimigo da natureza. Suaviza-se até se reconciliar. A natureza não significa reconciliação, segundo a fórmula classicista: esta é o seu [da arte] próprio comportamento, que percebe o não-idêntico. O espírito não identifica este, identifica-se com ele... A reconciliação como comportamento da obra de arte é, hoje, justamente exercitada quando a arte renuncia à idéia de reconciliação nas obras cuja forma lhes impõe a inflexibilidade. Contudo semelhante reconciliação irreconciliável na forma tem como condição a irrealidade da arte (TE, 155).

A reconciliação irreconciliável da obra de arte aponta para a utopia, para um estado de coisas em que a dominação violenta da natureza seja substituída por um modo de relação diverso com a naturalidade, marcado pelo respeito do espírito àquilo que constitui, na verdade, a sua essência, o momento da natureza. Assim, a arte autêntica seria uma “promessa de felicidade que se quebra” (TE, 157), no sentido de que ela não renuncia nem à denúncia do mau existente – apontando, desse modo, para o seu possível negativo – nem, por outro lado, esboça uma imagem do que seria a sua superação. A sua verdade reside em que

ela mantém a promessa ao mesmo tempo em que assinala a impossibilidade de representar o seu cumprimento nas condições presentes:

Mas, porque a utopia, o não-ente, se encontra para a arte velada de negro, permanece, em todas as suas mediações, como lembrança, a lembrança do possível contra o real que a oprime, algo como a compensação imaginária da catástrofe da história do mundo, liberdade que, sob a influência da necessidade, não existiu e acerca da qual não se sabe se pode existir. Na sua tensão para a catástrofe permanente, a negatividade da arte está ligada à *methexis* na obscuridade. Nenhuma obra de arte existente ou que aparece domina positivamente o não-ente (TE, 156s).

A arte como mimese do morto é entendida por Adorno como uma forma de ação moral e de conhecimento, na medida em que a obra de arte envolve um esforço de elaboração do positivo, bem como de discriminação daquilo que lhe é imanente, através do trabalho formal sobre o material, trabalho que, simultaneamente, envolve mimese do existente reificado e sua configuração racional através da linguagem. Adorno confere a esse procedimento uma importância capital, na medida em que ele aparece como possibilidade de configurar um *sujeito coletivo ainda não existente*:

A grosseria no pensamento é a incapacidade de diferenciar na coisa (*Sache*), e a diferenciação é tanto uma categoria estética como uma categoria de conhecimento... A mesma coisa se aplica a moral. A brutalidade perante as coisas (*Sachen*) é potencialmente uma brutalidade para com os homens. O bruto, cume subjetivo do mal, é negado a priori pela arte, para a qual o ideal de plena elaboração é inalienável: isso e não a promulgação de teses morais ou a obtenção de um efeito moral é que constitui a participação da arte na moral e a associa a uma sociedade mais digna dos homens (TE, 260).

Na obra de arte, através da dialética entre mimese e racionalidade que lhe é própria, se faz a experiência da irreconciliabilidade entre espírito e natureza, desde uma perspectiva que impõe o *telos* da reconciliação *de maneira problemática*, na medida em que ambos os pólos se encontram postos, nas

condições atuais, sob uma dominação estrita do todo social. Dessa maneira é que Adorno fala da *aporia da arte*, aporia esta que também é a da filosofia, entre as exigências conflitantes de reconciliação e irreconciliação, entre a necessidade de liberar o que na natureza se apresenta como cifra do reconciliado e o de manter a consciência do princípio que impõe a separação espírito/ natureza, o qual não pode ser revogado simplesmente por um gesto do pensamento:

A arte não pode satisfazer o seu conceito... a aporia da arte, entre a regressão à magia literal ou a transferência do impulso mimético para a racionalidade coisificante, prescreve-lhe a sua lei de movimento; tal aporia não pode remover-se. A profundidade do processo que é cada obra de arte é posta a descoberto pela irreconciliação destes momentos; é preciso acrescentá-la à idéia da arte como imagem da reconciliação. Unicamente porque nenhuma obra de arte pode ter sucesso de modo enfático é que suas forças são libertadas; só assim ela encara a reconciliação (TE, 69).

Adorno expressa a situação antinômica da arte (e, por extensão, poderíamos dizer, da filosofia) em *Tentativa de Entender 'Fim de Jogo'*⁷, ensaio sobre Beckett. Ela não pode abandonar-se à natureza, no que regrediria ao mito, nem hipostasiar o seu conceito como já realizado, tornando-se ideologia. E na tensão entre a idéia de reconciliação e a irreconciliação objetiva que ela se faz possível:

A arte somente pode conceber a reconciliação – a sua idéia – como uma reconciliação daquilo que foi alienado. Se a arte simula o estado de reconciliação, ao render-se ao mero mundo das coisas, ela se nega a si mesma... Na arte, a realidade irreconciliada não tolera nenhuma reconciliação com o objeto... a dignidade da arte, hoje, é medida não se perguntando se ela, por astúcia ou sorte, se furta a essa antinomia, mas se a arte a confronta e desenvolve (Adorno, 1982, 127).

⁷ Aqui citado conforme à seguinte edição: Adorno. Theodor, "Trying to understand 'Endgame' ". trad. por Michael P. Jones. *New German Critique*, 26 (1982): 119-50.

Na verdade, uma compreensão desse processo e da antinomia em que encerra o pensamento filosófico e a arte remonta às páginas da *Dialética do Esclarecimento*, na medida em que se a compreende como situação de enredamento posta pela própria ordem das coisas sob o esclarecimento: “a essência do esclarecimento é a alternativa que torna inevitável a dominação. Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu” (DE, 43). Com efeito, o processo posto em marcha pelo esclarecimento acaba por realizar o contrário do que era sua finalidade original, na medida em que tem lugar uma “revolta da natureza”⁸: a ancestral dominação a que se submete a natureza tem como contrapartida a submissão dos homens ao ciclo natural, processo que tem lugar, de modo paradigmático, no fenômeno do anti-semitismo, na medida em que “a raça não é imediatamente, como querem os racistas, uma característica natural particular. Ela é, antes, a *redução ao natural*, à pura violência, a particularidade obstinada que, no existente, é justamente o universal” (DE, 158, grifo meu).

O anti-semita dirigiria sua fúria ao judeu, ao ver nele os sinais de uma natureza tanto mais violentamente recalcada quanto mais aparentada com o ideal de uma felicidade não maculada pelo poder, pelas exigências da civilização (DE, 161). A ordem fascista se aproveita desse ressentimento do ‘civilizado’ para com a civilização manipulando suas necessidades pulsionais, através da propaganda, dos rituais, de toda uma mitologia pseudo-naturalista, de forma a canalizar o ódio para alvos escolhidos pela direção do movimento. Nesse sentido, ao anatemizar o judeu como animal, ao reduzi-lo à espécie, *é o próprio anti-semita que é reduzido à natureza*. Isso se faz pela manipulação organizada do impulso mimético e da tendência à projeção irrefletida (mecanismos analisados detidamente por Adorno e Horkheimer em “Elementos do anti-semitismo”, e objeto do primeiro capítulo desta dissertação).

⁸ A expressão “revolta da natureza” é usada por Horkheimer como título de uma das suas conferências reunidas em *Eclipse da Razão*, a qual trata justamente da manipulação do impulso mimético pelo fascismo. numa argumentação muito próxima àquela desenvolvida na *Dialética do Esclarecimento*.

A idéia de reconciliação e seu desenvolvimento pelo pensamento filosófico, sobretudo a partir da conscientização dos mecanismos que tornaram Auschwitz possível, se volta, portanto, no sentido de uma recuperação do momento de não-identidade no sujeito, vale dizer, de sua naturalidade. Se o anti-semitismo e a indústria cultural realizam uma “reconciliação às avessas” entre espírito e natureza, cabe, no espírito da dialética negativa, valorizar a idéia de que é na separação refletida entre ambos os pólos é que se dá a possibilidade de uma redenção da natureza. O espírito que recorda sua porção de natureza poderia, com efeito, desembaraçar-se do destino imposto pelo esclarecimento, que o obriga a voltar-se contra ela como violência:

o esclarecimento é mais do que esclarecimento: natureza que se torna perceptível em sua alienação. No autoconhecimento do espírito como natureza em desunião consigo mesma, a natureza chama a si mesma como antigamente... Graças a essa rememoração da natureza no sujeito, que encerra a verdade ignorada de toda cultura, o esclarecimento se opõe à dominação em geral (DE, 50).

A possibilidade de reconciliação não se faz sem a presença daquilo que se arranca à natureza e que, ao negá-la, é capaz de dar voz a ela. Esse elemento é o conceito (DE, 50). Nesse sentido, o próprio processo do esclarecimento tende a suprimir o conceito, enquanto elemento de autoreflexão, e a se abandonar à mera dominação. Sem o elemento do conceito, que é capaz de se voltar para a natureza e nela vislumbrar a perspectiva da vida deformada, a humanidade torna-se incapaz de distinguir finalidades e se esgota no mero processo de autoconservação. O conceito como autoreflexão do elemento de natureza no espírito aponta para a superação do sacrifício da natureza, o qual, na verdade se mostra como um sacrifício *da própria razão*:

Com a negação da natureza no homem não apenas o *telos* da dominação externa da natureza, mas também o *telos* da própria vida se torna confuso e opaco. No instante em que o homem elide a consciência de si mesmo como natureza, todos os fins para os quais

ele se mantém vivo – o progresso social, o aumento de suas forças materiais e espirituais, até mesmo a própria consciência – tornam-se nulos (DE, 60).

Na *Dialética Negativa*, Adorno compreende essa possibilidade como “superação conceitual do conceito” (ND, 24), que consistiria numa recuperação do mimético na interioridade constitutiva do pensamento filosófico: “apenas de um modo pode o conceito representar a causa da mimese, que ele suplanta: apropriando-se de algo dela em seu próprio comportamento, sem a ela abandonar-se” (ND, 23). Nesse sentido, a compreensão adorniana da filosofia como *expressão*⁹ se faz presente, de forma a reunir cognição, ética e estética. Se o pensamento consegue superar o momento meramente identificante, classificatório, isso só é possível pela incorporação de um elemento estético, a expressão, que busca resgatar, no objeto, aquilo que não encontra lugar sob o conceito – atitude que abrange uma dimensão ética, na medida em que envolve um respeito pela coisa, uma abdicação do gesto da dominação, que liquida tudo que se lhe contrapõe. É a *utopia do conhecimento*, que seria “penetrar com conceitos o que não é conceitual sem acomodá-lo aos conceitos” (ND, 18), e que conteria, assim, uma dimensão ética e estética.

Entender a filosofia como expressão é recordar a origem não-conceitual do conceito, conscientizar-se de seu caráter histórico, não-absoluto, de forma a contrapor-se à sua reificação, isto é, à tendência a separá-lo da totalidade não-conceitual da qual ele deriva como algo mediado (ND, 20). A reflexão conceitual deveria ser voltada para o que lhe é heterogêneo, tornar-se experiência do objeto, através do momento da exposição, o qual busca recuperar, de maneira mimética, a origem não-conceitual do conceito. Na exposição, o *rigor* se encontraria com a *expressão*, como atenção micrológica à coisa – aqui, Adorno remete a Benjamin:

⁹ A esse respeito, Cf. os trabalhos de Rodrigo Duarte: “Expressão como Fundamentação”, in: *Adornos, nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1997; e “Expression as a philosophical attitude in Adorno”. *Working Paper Series*. The Center of Western-European Studies, University of California, Berkeley, 20. April 1997.

A exposição em filosofia não lhe é indiferente e extrínseca, mas imanente à sua idéia. A única forma de objetivar toda sua componente expressiva, que é mimética e irracional, é a expressão, a linguagem... expressão e rigor não são possibilidades dicotômicas. Ambas se necessitam mutuamente, uma não existe sem a outra... o dito vagamente está mal pensado. A expressão obriga o expressado a ser rigoroso (ND, 26).

Sem o elemento da expressão, salienta Adorno, a filosofia se avizinha da ideologia que considera tudo que é natureza como inferior, gesto comparável ao do predador que se lança sem hesitar sobre a sua presa. Ao se esquecer da sua origem natural a filosofia, na verdade, tende a retornar à natureza, como fúria de destruição. Sem a autoreflexão do espírito acerca daquilo que o constitui como verdade, o pensamento sela o seu abandono ao irracional:

Os carnívoros são animais famintos. O salto sobre a presa é difícil, muitas vezes perigoso. Para atrever-se a tanto o animal precisa, em todo caso, de impulsos adicionais. Estes, junto com o aguilhão da fome, se convertem em fúria contra a presa, cuja expressão, por sua vez, aterra e paralisa, muito funcionalmente, sua vítima. O processo de hominização racionalizou este mecanismo projetando-o... o sistema é o estômago feito espírito, e a fúria o signo distintivo de todo idealismo (ND, 30s).

Contra a idéia de sistema, que encerra uma projeção falsa de reconciliação, Adorno recupera em D'Alembert a idéia de *esprit systématique*, distinto, por sua vez, tanto do sistema científico como do filosófico, na medida em que remete à “mútua afinidade entre os objetos”, e que visa à coisa mesma, em sua conexão imanente, de modo que “recorda, de forma invertida, a coerência do não-idêntico, a qual, precisamente, é abalada pela sistemática dedutiva” (ND, 33). Com efeito, a *Encyclopédie* fornece a Adorno a noção de *modelos de pensamento*, de uma imersão do pensamento na coisa, de maneira a deixar que surja a voz do objeto. Aqui se encontra a noção, já aludida, de uma inflexão da metafísica no sentido do micrológico:

A visada que seculariza a metafísica é aquela que, ao interpretar o fenômeno, descobre o que é, graças ao que percebe nele mais do que meramente é. Somente uma filosofia em forma de fragmentos realizaria de verdade as mônadas que o idealismo desenhou ilusoriamente. *Seriam imagens da totalidade, que como tal, é irrepresentável, no particular* (ND, 36, grifo meu).

Nos *modelos*, o pensamento se volta para o particular, à maneira da composição musical, compondo seus conceitos ao redor do objeto, de maneira a romper a coerção sistemática, que aliena o conceito de seu objeto e o organiza em séries hierárquicas. Ao invés, a dialética negativa se faz como experiência da contraditoriedade objetiva (ND, 37, 41). Com efeito, a capacidade para a *experiência* define a possibilidade de uma filosofia ainda possível sob a perspectiva da redenção. Adorno a define como um “plus em sujeito”, mas não à maneira da razão subjetiva, que se reduz à operação, mas como abertura à uma “experiência diferenciada do objeto”:

Graças à sua participação no medium discursivo, a experiência individual é por sua própria natureza sempre mais que meramente individual. O indivíduo se converte em sujeito enquanto se objetiva pela sua consciência individual: na unidade de si mesmo como na de suas experiências: os animais parecem incapazes de ambas as coisas. A experiência individual alcança o universal porque e enquanto o é em si mesma (ND, 51).

Na idéia de experiência se reúne, assim, tudo aquilo que poderia se contrapor às falsas reconciliações entre universal e particular levadas a cabo pelo processo do esclarecimento. A reflexão sobre o fenômeno do anti-semitismo e acerca da noção de reconciliação numa filosofia ainda possível depois de Auschwitz se encontram naquilo que justifica a própria permanência de uma idéia de humanidade, vale dizer, num impulso em direção a um estado reconciliado. Se aposta, assim, na passagem de um estado de coisas que aniquila a própria idéia de humanidade, na medida em que impõe a destruição física de

milhões de seres humanos, para um estado em que essa mesma idéia fizesse sentido, como natureza e espírito libertados:

A reconciliação é o conceito supremo do judaísmo, e todo o seu sentido consiste na espera; é da incapacidade de esperar que surge a forma de reação paranóica... superando a doença do espírito, que grassa no terreno da auto-afirmação imune à reflexão, a humanidade deixaria de ser a contra-raça universal para se tornar a espécie, que, embora natureza, é mais do que simples natureza, na medida em que se apercebe de sua própria imagem (DE, 186).

Na próxima seção, retomaremos a característica da reflexão adorniana acerca da questão do anti-semitismo tal como ela vem a se desenvolver na confrontação com Auschwitz, de forma a esboçar a “constelação do anti-semitismo” que daí surge. Nosso objetivo será, também, indicar como esse momento se faz em conexão muito estreita com os outros dois momentos anteriormente investigados, o da *Dialética do Esclarecimento* e o da *Personalidade Autoritária*.

3.4. A constelação do anti-semitismo (III)

A partir da consideração dos resultados regressivos do esclarecimento, dos quais Auschwitz aparece como expressão mais radical, impõe-se ao pensamento uma série de considerações, todas elas relacionadas à questão do anti-semitismo. A fim de esboçar a constelação do anti-semitismo que surge dos escritos de Adorno nessa fase, é necessário concentrar-nos nos seguintes pontos: o anti-semitismo como redução ao natural; a mentalidade que favorece o anti-semitismo como expressão do princípio da troca vigente na sociedade burguesa; a luta contra o anti-semitismo como recuperação da natureza no sujeito.

A compreensão do anti-semitismo como naturalização do sujeito, como neutralização do seu potencial de espontaneidade, remonta às páginas da *Dialética do Esclarecimento*, quando já se indicava o processo de manipulação autoritária da natureza interna, através de mecanismos que acabam por destituir o indivíduo empírico da autonomia capaz de realizá-lo enquanto sujeito. Com efeito, Adorno o reafirma nesses escritos posteriores, ao aludir a uma organização autoritária do ressentimento contra as pressões civilizatórias. Nesse sentido, a naturalização de um grupo de seres humanos, os judeus, responde a um desejo recalcado de fusão mimética do civilizado, o qual encontra satisfação na comunidade racista. O conceito de “raça”, assim como o estereótipo do gênero nacional, implica uma desqualificação do que seria propriamente humano. Com efeito, na *Dialética do Esclarecimento* se encontra a noção segundo a qual:

A raça não é imediatamente, como querem os racistas, uma característica natural particular. Ela é, antes, a redução ao natural, à pura violência, a particularidade obstinada que, no existente, é justamente o universal. A raça é hoje a auto-afirmação do indivíduo burguês integrado à coletividade bárbara (DE, 158).

Adorno retoma essa perspectiva após Auschwitz, para argumentar que o perigo de uma recaída na barbárie não é eliminado com o colapso do regime nazista, já que, mesmo em sociedades organizadas sob o princípio da democracia, sobrevivem as tendências ao mesmo tempo integradoras e dissolventes da cultura, isto é, persiste a pressão à integração ao todo, mesmo que às custas da dissolução do núcleo racional do sujeito. O narcisismo do tipo que tornou possível o anti-semitismo permanece ainda, de forma latente, na medida em que as pessoas não conseguem realizar a promessa de autonomia que é simultaneamente permitida e obstruída pela democracia esclarecida. Contra esse estado de coisas, importa opor-se à dissolução autoritária do indivíduo ao coletivo, possibilidade que permanece mesmo na “normalidade” institucional:

Subtrair-se àquelas tendências regressivas, alcançar a maioridade, olhar de frente a própria situação histórica e social, bem como a internacional, seria o justo daqueles que se reportam à tradição alemã, à de Kant. Seu pensamento está centrado no conceito de autonomia, a responsabilidade do indivíduo racional, em oposição às cegas formas de dependência, umas das quais é a irrefletida supremacia do nacional. Segundo Kant, somente no indivíduo se concentra o universal da razão. Se tomarmos Kant como testemunha principal da tradição alemã, fazendo-lhe justiça, isso implicará abdicar da servidão coletiva e da auto-idolatria (QA, 126).

Essa redução ao natural é imposta pelo próprio princípio do esclarecimento. Ao impelir as pessoas à minoridade coletiva, o que a dominação acaba por extirpar é a capacidade de amar, de ter experiência do outro. Forma-se, desse modo, algo como um novo tipo antropológico, caracterizado pela frieza, pela incapacidade para o contato humano. A pressão social ao narcisismo de grupo, característica do anti-semitismo e do nacionalismo, persiste nos indivíduos como universalização da frieza:

Se esta [frieza] não fosse uma característica básica da antropologia, ou seja, da constituição humana tal como ela é de fato em nossa sociedade... Auschwitz não teria

sido possível; as pessoas não o teriam tolerado... a incapacidade de identificação foi, sem dúvida, a condição psicológica mais importante para que pudesse ocorrer algo assim como Auschwitz (EA, 119s).

A frieza socializada se relaciona intimamente com o mecanismo de redução ao natural, na medida em que despoja os seres humanos daquilo que os afasta da naturalidade pura e simples, isto é, do espírito como princípio individuador. Ao mesmo tempo, ao absolutizar a separação entre espírito e natureza, a frieza recai na ausência de espírito. O indivíduo possuidor desse tipo de mentalidade se compraz na operação técnica, no *nice equipment*, e se relaciona com o outro segundo a maneira pela qual se relaciona com as coisas. Na *Personalidade Autoritária*, Adorno descreve esse tipo como *manipulativo*:

Seu modo de ver as coisas como organização os predispõe a buscar soluções totalitárias. Seu objetivo não é o *progrom* mas a construção de câmaras de gás. Nem sequer têm necessidade de odiar os judeus: 'dão conta' deles com medidas administrativas que não requerem contato pessoal com as vítimas. Se reifica ao anti-semitismo... para eles os judeus são uma provocação, na medida em que o suposto individualismo judeu desafia a sua estereotipia, e porque sentem que o judeu dá uma importância neurótica precisamente a esse gênero de relações humanas das quais eles mesmos estão privados (AP, 767s).

Adorno compreende o processo que acaba por produzir tais tipos psicológicos, marcados pela estereotipia, pela rigidez e pela falta de afetividade (AP, 767s) como um princípio inscrito na própria tendência do esclarecimento, que opera eliminando as diferenças qualitativas, as distinções reflexivas e por fim, a própria vida. Nesse sentido, a autoconservação como fúria de destruição do não-idêntico atua, ao cabo, contra o seu próprio objetivo, na medida em que implica a aniquilação física de uma parcela significativa da humanidade.

Exemplo expressivo da atuação do princípio da redução ao natural se encontra no destino da relação com o corpo na civilização ocidental. A desqualificação do trabalho corporal em relação ao trabalho intelectual se

manifesta também no cristianismo, na sua condenação da carne. A própria cultura sempre se orientou no sentido de aprofundar o abismo entre ambos, na medida em que legitima a divisão social do trabalho com a doutrina da inferioridade do corpo. A dominação se inscreve na relação do homem com o corpo, verdadeiro índice da violência cometida contra os dominados (que se encontram também entre os dominadores) do processo de esclarecimento. O recalçamento do corporal dá origem à violência compulsiva contra tudo aquilo que lembra a proximidade à natureza. O princípio que impõe a redução ao natural mutila também o espírito, na medida em que aliena os homens de seu próprio eu e deles mesmos entre si. Na verdade, o que se anuncia nesse princípio é a *reificação* do natural, que alcança um estágio terminal com Auschwitz:

Eles [os nazistas] vêem o corpo como um mecanismo móvel, em suas articulações as diferentes peças desse mecanismo, e na carne o simples revestimento do esqueleto. Eles lidam com o corpo, manejam os seus membros como se estes já estivessem separados. A tradição judaica conservou a aversão de medir as pessoas com um metro, porque é do morto que se tomam as medidas – para o caixão. É nisso que encontram prazer os manipuladores do corpo (DE, 219).

A redução ao natural, nessa perspectiva, é compreendida como expressão do princípio da equivalência, fundamento da racionalidade instrumental, que sempre operou com quantidades (DE, 22s). O mesmo princípio que, na lógica prescreve a identidade formal, e que na história se consuma como primado da atividade unificadora do espírito universal, indiferente ao aniquilamento total de povos inteiros. Aqui, devemos nos reportar à compreensão adorniana do anti-semitismo como um esquema primordial da civilização (DE, 160).

Uma tentativa de produzir uma inflexão nesse processo, no sentido de romper a coerção socializada sobre o corporal, apenas se compreende nos termos daquilo que Adorno denominou recuperação do momento de natureza do sujeito. A superação do estado de coisas que produz mentalidades propensas ao anti-semitismo se dá, com efeito na perspectiva daquela recuperação da capacidade de

ter experiência, de que Adorno já falava na *Personalidade Autoritária* (AP, 617) e que, repetidamente, volta a afirmar como o princípio oposto, por excelência, à marcha do mundo. Com efeito, a experiência, em sentido pleno, é fundamentalmente, a sensibilidade dirigida ao não-idêntico natural, em si e nos outros. A formação do sujeito enquanto princípio de autonomia e de liberdade requer o contato não-desfigurado com o não-idêntico:

Diferenciado é quem sabe distinguir na coisa e em seu conceito o menor e o mais inapreensível para o conceito. Ao mínimo somente a diferenciação tem acesso. Diferenciação é a experiência do objeto convertida em forma subjetiva de reação. Seu postulado é a possibilidade de tal experiência, e nela se refugia a componente mimética do conhecimento: a afinidade do conhecedor e do conhecido (ND, 50s).

A experiência reúne o mais individual, a coisa em sua identidade consigo mesma e “contra suas identificações”, e o mais universal, a atividade do sujeito no sentido de reunir o múltiplo com que se depara numa configuração inteligível. A experiência, através da linguagem, abrange o momento racional do conhecimento mas o trata mimeticamente, de maneira a não subordinar a particularidade objetiva ao universal, mas de modo a manter a tensão entre ambos os pólos (ND, 51s). Assim, a autoreflexão do sujeito no sentido de sua naturalidade efetua, na verdade, uma aproximação não-violenta do objeto no ato do conhecimento. Adorno chega a falar de uma *restitutio in integrum* do objeto, apenas possível pela atividade de um sujeito plenamente desenvolvido:

A percepção do objeto não depende só dessa individuação, que é diferenciação: essa mesma se constitui igualmente a partir do objeto, que, de certo modo, dela reclama a sua *restitutio in integrum*. Não obstante, as formas subjetivas de reação necessárias ao objeto necessitam, por sua vez, ser corrigidas constantemente em confrontação com este. Tal correção se realiza na autoreflexão, o fermento da experiência intelectual (ND, 52).

A autoreflexão do sujeito como recuperação de seu momento natural se faz, assim, na correção da projeção irrefletida através de um processo de negação

determinada dos juízos isolados (DE, 181) e pela elaboração da mimese originária no pensamento, através da atividade artística, bem como da atividade filosófica (DE, 31s; ND, 152s, *passim*). A noção de primado do objeto, central na *Dialética Negativa*, se encontra aqui em relevo, na medida em que a experiência, como princípio que se opõe à mentalidade anti-semita, implica uma atenção não-deformadora à coisa mesma. Autonomia e recuperação da natureza no sujeito convergem no mesmo *telos*, a idéia de humanidade enfim realizada, como superação e realização do esclarecimento. Essa realização revogaria a alienação da porção natural do sujeito e do sujeito em relação aos objetos:

A separação entre sensibilidade e entendimento, nervo da demonstração da proibição [kantiana do conhecimento do transcendente] é, por sua vez, produto social. A separação designa a sensibilidade como vítima do entendimento, porque a estrutura do mundo não a satisfaz, apesar de todos os esforços em contrário. A desapareição de suas condições sociais acarretaria certamente o fim da separação... a componente de autonomia e irreducibilidade no espírito poderia muito bem concordar com o primado do objeto (ND, 388s).

Nesse sentido, a questão do anti-semitismo representa, para Adorno, o signo de uma passagem possível de um estágio de pré-história da humanidade à sua realização efetiva. É apenas enquanto os homens aprenderem a acolher dentro do todo a particularidade representada por tudo aquilo que, enquanto natureza, relembra a sua proto-história, é que se poderá falar verdadeiramente de humanidade. A natureza deixaria de ser a cicatriz da dominação espiritualizada para ser impulso em direção à autonomia.

Há uma passagem na *Dialética do Esclarecimento*, onde Adorno e Horkheimer exprimem de maneira peculiar esse ponto, retomando o tema dos contos de fadas infantis da transformação das pessoas em animais como castigo. Se o corpo do animal representa uma insuportável prisão, na medida em que a natureza muda apenas recorda a mutilação sofrida em nome do espírito, a volta do enfeitado à forma humana só se faz tanto pela conservação da razão através

da linguagem como pela capacidade de identificação do homem com o seu passado natural, da solidariedade para com o sofrimento físico, que o arranca do feitiço:

Todo animal recorda uma desgraça infantil ocorrida em tempos primitivos. O conto infantil exprime o pressentimento das pessoas. Mas, enquanto o príncipe conservou a razão, de modo que pôde exprimir na hora certa a sua dor e ser assim resgatado pela fada, a falta de razão exila eternamente o animal em sua figura, a não ser que o homem, que pelo passado se identifica com ele, descubra a fórmula salvadora e com ela abraque no fim dos tempos o coração de pedra da eternidade (DE, 231).

Em face da possibilidade dessa solidariedade para com o sofrimento de toda criatura se joga a permanência e o sentido, ainda, do conceito do humano.

CONCLUSÃO

A reflexão adorniana acerca do anti-semitismo se faz como um percurso em que as mesmas questões são postas e retomadas em níveis diversos de complexidade e de tratamento. Desse modo, começamos pelos “Elementos do Anti-semitismo”, o capítulo da *Dialética do Esclarecimento* que põe o problema em termos filosóficos. Assim, pudemos ver como a questão do anti-semitismo é tratada dentro do âmbito dos problemas próprios da discussão do processo de esclarecimento: a relação entre racionalidade e natureza; a ambigüidade do conceito de razão, entre o simples ajuste de meios e a consideração dos fins; a relação entre pensamento mítico e esclarecimento, o processo de liquidação da espontaneidade etc.

Dessa forma, foi possível, primeiramente, esboçar uma *primeira constelação do anti-semitismo*, segundo os termos postos pela *Dialética do Esclarecimento*. A consideração do problema do *não-idêntico* permitiu entender como a questão do anti-semitismo remete à última fase do pensamento de Adorno. Ao mesmo tempo, permitiu apreender a perspectiva eminentemente filosófica do tratamento do anti-semitismo na *Dialética do Esclarecimento*. O acento foi posto na dimensão *antropológica* da questão, que remete à posição ambígua dos judeus no processo de esclarecimento, tanto em termos econômicos como religiosos, o que os tornou alvos privilegiados da dominação. Nesse sentido, o ressentimento contra as imposições do processo civilizatório se mostra como uma fonte permanente de destrutividade. Através dos conceitos de *mimese organizada* e de *projeção pática* foi possível recuperar a dinâmica subjetiva que comanda a revolta anticivilizatória, e apontar para o modo como esta é apropriada pela dominação, tanto politicamente, pela propaganda fascista, como para fins de mercado, pela indústria cultural.

O entrelaçamento entre indústria cultural e anti-semitismo foi analisado sob o ângulo do *autoritarismo*, amplamente discutido no Segundo Capítulo desta dissertação. Com efeito, a pesquisa acerca da *Personalidade Autoritária* permitiu

analisar os componentes formais da mentalidade propensa à aceitação inquestionada da autoridade. Assim, foi possível entender como os mesmos mecanismos subjetivos atuam na recepção conformista à ideologia de direita e à determinada categoria de produtos culturais. Estereotipia, tendência à personalização (a redução da política a termos pessoais, no sentido mais estreito) e mentalidade de rótulos (“ticket mentality”, na *Personalidade Autoritária*) são características do pensar empobrecido de *um novo tipo antropológico*, cada vez mais freqüente no último estágio do esclarecimento, marcado pela liquidação tendencial do sujeito como princípio de autonomia. A *síndrome autoritária*, em que aquelas características se associam com destrutividade, submissão autoritária e projetividade se revela, na verdade, como a configuração mais extrema de um processo de *tipificação* em curso na cultura. Da consideração do potencial subjetivo para o autoritarismo foi possível estabelecer uma *segunda constelação do anti-semitismo*, na qual a *perda da capacidade para a experiência* ressalta como o princípio responsável pela dinâmica subjetiva do anti-semita. O processo cultural que favorece a *mentalidade de ticket* é apontado, novamente, como aquela dimensão que, em última análise, determina a conduta anti-semita.

Finalmente, a consideração da consumação do esclarecimento no extermínio de milhões de judeus na Europa levou Adorno a pôr as questões do humano e da destrutividade na cultura. Assim, vimos como Adorno repõe o problema do duplo caráter do esclarecimento, da violência mítica como um princípio inscrito no próprio esclarecimento. A pertinência da atividade filosófica é pensada por Adorno, diante da facilidade com que a dominação vêm a absorver tudo aquilo que tenta se lhe contrapor. A valorização de um elemento estético no pensamento é proposta, nesse sentido, como uma possível negação das tendências regressivas que se cristalizam em toda empresa intelectual desprovida de autoreflexão. No plano da experiência individual, o contato com o não-idêntico é compreendido como rememoração da natureza no sujeito. A possibilidade da metafísica converge, na *Dialética Negativa*, com a atenção ao não-idêntico na experiência individual. A *constelação do anti-semitismo* que

emerge dessa perspectiva remete primordialmente à consideração para com o sujeito, mais especificamente, pela natureza no sujeito. A categoria de sofrimento físico, assim, é valorizada como aquilo que orienta um novo imperativo ético para uma humanidade ainda possível: a exigência de que “Auschwitz não se repita e tampouco nada de semelhante”, nas palavras da *Dialética Negativa*.

A centralidade da questão do anti-semitismo na obra de Adorno é atestada pela amplitude de problemas que a determinam e que provocaram, em diferentes fases do pensamento adorniano, uma reflexão continuada: a questão do não-idêntico, a problemática do domínio da natureza, a tematização da empresa filosófica como expressão etc, enfim, dos *limites do esclarecimento*.

O percurso filosófico que o fio-condutor da questão do anti-semitismo nos permite acompanhar revela um pensamento voltado para a compreensão conceitual da experiência do século. Adorno disse uma vez, a respeito da filosofia de Walter Benjamin, que ela talvez suscitasse mais terror do que promessas de felicidade. No sentido daquele belo ensaio, penso que uma leitura possível da reflexão adorniana sobre as catástrofes do século seria buscar enxergar o quanto esse pensamento é tributário de uma esperança tão mais persistente quanto difícil de se manter. A esperança da maior diminuição possível de todo o enorme sofrimento em que se encontra mergulhada uma parcela tão significativa da humanidade. Se pensarmos que a perspectiva do pessimismo é aquela segundo a qual o futuro só pode nos reservar coisas ainda mais terríveis, não haverá pessimismo algum em Adorno. Na verdade, o elemento fatalista do pessimismo foi severamente combatido em todas as etapas da reflexão adorniana, desde *Dialética do Esclarecimento*, na sua crítica da semicultura, passando pela *Personalidade Autoritária*, com o seu exame do elemento supersticioso do autoritarismo, até a *Dialética Negativa*, através de sua defesa de uma espécie de ativismo filosófico. O que a confrontação com o mais terrível terá permitido não será uma autodemissão resignada e, em última análise, de má fé. Terá permitido, muito antes, uma *esperança ativa*, que procure antecipar –fazendo referência à teologia judaica, tão cara a Adorno e a Benjamin – a chegada do Messias.

BIBLIOGRAFIA

- ACKERMAN, Nathan W., and Jahoda, Marie, *Anti-Semitism and Emotional Disorder: a Psychoanalytic Interpretation*, Nova York, Harper & Row, 1950.
- ADORNO, Theodor W., “The Actuality of Philosophy”, *Telos* 31 (1977): 120-133.
- _____, “Anti-Semitism and Fascist Propaganda”, *Gesammelte Schriften*, Vol. 8, Frankfurt/M, Suhrkamp, 1972.
- _____, “Caracterização de Walter Benjamin”, in: *Theodor W. Adorno – Coleção Grandes Cientistas Sociais*, tradução de Flávio Kothe, São Paulo, Ática, 1986.
- _____, *Contro l’Antisemitismo*, organ. de Stefano Petrucciani, trad. de Franco Filice, Roma, manifestolibri, 1994.
- _____, *Dialectica Negativa*, trad. esp. de José Maria Ripalda, Madrid, Taurus, 1975.
- _____, *Educação e Emancipação*, tradução de Wolfgang Leo Maar, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- _____, “Engagement”, in: *Notas de Literatura*, tradução de Celeste Aída Galeão, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, sd.

_____, "Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda", *Gesammelte Schriften*, Vol. 8, Frankfurt/M, Suhrkamp, 1972.

_____, *Minima Moralia*, tradução de Luiz Bicca, revisão da tradução de Guido de Almeida, São Paulo, Ática, 1992.

_____, *Palavras e Sinais: Modelos Críticos 2*, tradução de Maria Helena Ruschel, Petrópolis, Vozes, 1995.

_____, "The Psychological Technique of Martin Luther Thomas' Radio Adresses", *Gesammelte Schriften*, Vol. 9.1, Frankfurt/M, Suhrkamp, 1975.

_____, "Resignation", *Telos* 35 (1978): 165-168.

_____, "Sociology and Psychology", *New Left Review* 46 (1967): 67-80.

_____, "Sociology and Psychology II", *New Left Review* 47 (1968): 79-97.

_____, *Teoria Estética*, tradução de Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 1988.

_____, "On Tradition", *Telos* 94 (1993/ 1994): 75-82.

_____, "Trying to Understand 'Endgame' ", *New German Critique* 26 (1982): 119-50.

_____, Frenkel-Brunswik, Else; Levinson, Daniel J.; Sanford, R. Nevitt, *The Authoritarian Personality*, Nova York, Science Editions, 1964.

_____ , Lowenthal, Leo; Massing, Paul, “Research Project on Anti-Semitism”, in: *The Stars Down to Earth and Other Essays on the Irrational in Culture*, ed. por Stephen Croock, Londres e Nova York, Routledge, 1994.

_____ & Max Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento*, tradução de Guido de Almeida, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

_____ & Max Horkheimer, *Temas Básicos de Sociologia*, tradução de Álvaro Cabral, São Paulo, Cultrix, 1973.

ARENDDT, Hannah, *Las Origenes del Totalitarismo* (Vol 1: Antisemitismo), trad. esp. de Gillermo Solana, Madrid, Alianza Editorial, 1981.

_____ , *Lições Sobre a Filosofia Política de Kant*, tradução de André Duarte de Macedo, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.

_____ , *Eichmann em Jerusalém: Um Relato Acerca da Banalidade do Mal*, trad. de Sonia Orietz Heinrich, São Paulo, Diagrama & Texto, 1983.

_____ , “La Responsabilité Collective”, in: *Ontologie et Politique – Actes du Colloque Hannah Arendt*, Paris, Ed. Tierce, 1989.

BENJAMIN, Jessica, “The End of Internalization: Adorno’s Social Psychology”, *Telos* 32 (1977): 42-64.

BETTELHEIM, Bruno, and Janowitz, Morris, *Dynamics of Prejudice: a Psychological and Sociological Study of Veterans*, Nova York, Harper & Row, 1949.

BIER, Jean-Paul, "The Holocaust and West Germany: Estrategies of Oblivion 1947-1979", *New German Critique* 19 (1980):9-29.

BREUER, Stefan, "Adorno's Anthropology", *Telos* 64 (1985): 15-31.

BUCK-MORSS, Susan, *Orígen de la Dialectica Negativa: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin y el Instituto de Frankfurt*, trad. de Nora R. Maskivker, México, Siglo Veintiuno Editores, 1981.

CANETTI, Elias, *Uma Luz em Meu Ouvido: História de uma Vida/ 1921-1931*, tradução de Kurt Jahn, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

CARONE, Iray, *Teoria Crítica e Psicologia Social: o Impacto do Instituto de Pesquisa Social na Investigação Psicossocial* (Coleção Pré-print), São Paulo, Educ, sd.

_____, *A Questão da Ideologia em A Personalidade Autoritária*, mimeo, 1996.

CLAUSSEN, Detlev, *Atualidade da Crítica da Indústria Cultural*, (originalmente in: Hager, Frithjof, e Pfütze, Hermannm (Org.), *Das Unerhört Moderne*, Lüneburg, zu Klampen, 1990.), tradução de Antônio A. Soares Zuin, ainda não publicada, 1997.

COHN, Gabriel, "Difícil Reconciliação: Adorno e a Dialética da Cultura", *Lua Nova* 20 (1990):5-18.

CROCHICK, José Leon, "Apontamentos sobre o Texto 'Educação após Auschwitz', de Theodor W. Adorno", *Educação & Sociedade* 42 (1992): 342-51.

CROOCK, Stephen, "Introduction: Adorno and Authoritarian irrationalism", in: *The Stars down to earth and other essays on the irrational in culture*, ed. por Stephen Croock, Londres e Nova York, Routledge, 1994.

CYTRYNOWICZ, Roney, *Memória da Barbárie*, São Paulo, Nova Stella/EDUSP, 1990.

_____, "Auschwitz e o turismo da memória", *Revista USP* 26 (1995): 148-153.

DUARTE, Rodrigo, *Adornos: Nove Ensaio sobre o Filósofo Frankfurtiano*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1997.

_____, "Expression as a Philosophical Attitude in Theodor Adorno", *Working Paper Series*, The Center of Western-European Studies, University of California, Berkeley, 20, April/ 1997.

_____, *Mimesis e Racionalidade: a Concepção de Domínio da Natureza em Theodor W. Adorno*, São Paulo, Loyola, 1993.

ECO, Umberto, "A Nebulosa Fascista", in: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 14/ 05/ 1995, pp. 8s.

FRANKL, Viktor, "Um Psicólogo no Campo de Concentração", in: *Em Busca de Sentido*, tradução de Walter Schlupp e Carlos C. Aveline, Novo Hamburgo/ Petrópolis, Editora Sinodal/ Editora Vozes, 1991.

FREUD, Sigmund, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, 24 volumes, Rio de Janeiro, Imago, 1970 e anos seguintes.

FUNKE, Hajo, "Bitburg, Jews, and Germans: A Case Study of Anti-Jewish Sentiment in Germany during May, 1985", *New German Critique* 38 (1986): 57-72.

GAGNEBIN, Jeanne Marie, *Sete Aulas sobre Linguagem, Memória e História*, Rio de Janeiro, Imago, 1997.

GEYER, Carl Friedrich, *Teoría Crítica: Max Horkheimer y Theodor Adorno*, trad. de Carlos de Santiago, Barcelona, Editorial Alfa, 1985.

HABERMAS, Jürgen, "O Idealismo Alemão dos Filósofos Judeus", in: *Habermas – Coleção Grandes Cientistas Sociais*, organização e tradução de Barbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo, Ática, 1980.

_____, "Tendências Apologéticas", *Novos Estudos CEBRAP* 25 (1989):16-27.

_____, "Nenhuma Normalização do Passado", tradução de Márcio Suzuki, in: *Folha de São Paulo*, Caderno Folhetim, 18/09/87.

_____, "Conversa com Habermas", Com Sérgio Paulo Rouanet e Bárbara Freitag, in: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 30/04/1995.

HEGEL, G. W. F., *Principes de la Philosophie du Droit*, trad. de Robert Derathé, Paris, Vrin, 1975.

HILBERG, Raul, *The Destruction of the European Jews*, Nova York, Harper, 1961.

HORKHEIMER, Max & Adorno, Theodor W., “Prejuicio y carácter”, in: *Sociedad en Transición: Estudios de Filosofía Social*, trad. de Joan Godo Costa, Barcelona, Ediciones Península, 1976.

_____, *Autoridade e família* (parte geral), tradução de Manuela R. Sanches e Teresa R. Cadete, Lisboa, Apáginastantas, 1983.

_____, *Eclipse da Razão*, tradução de Sebastião Uchoa Leite, Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976.

HUTCHINGS, Kimberly, *Kant, Critique and Politics*, Londres e Nova York, Routledge, 1996.

JAY, Martin, *As idéias de Adorno*, tradução de Adail Sobral, São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1988.

_____, *La Imaginación Dialectica: História de la Escuela de Frankfurt y el Instituto de Investigación Social (1923-1950)*, trad. esp. de Juan Carlos Curutchet, Madrid, Taurus, 1974.

_____, “The Jews and the Frankfurt School: Critical Theory’s Analysis of Anti-Semitism”, *New German Critique* 19 (1980): 137-49.

KANT, I., “Resposta à Pergunta: ‘Que é Esclarecimento?’”, in: *Textos Escolhidos* (edição bilíngüe), Petrópolis, Vozes, 1974.

_____, *Crítica da Razão Pura*, tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger, 3. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1987.

KUPERMAN, Diane, *Anti-Semitismo: Novas Facetas de uma Velha Questão*, Rio de Janeiro, Pontal, 1992.

LACOUÉ-LABARTHE, Philippe, e NANCY, Jean-Luc, *Le Mythe Nazi*, La Tour d' Aigues, Editions de l' Aube, 1991.

LEVI, Primo, *É isto um homem?*, tradução de Luigi Del Re, Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

_____, *Os afogados e os sobreviventes*, tradução de Luis Sérgio Henriques, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

LEVINAS, Emmanuel, *Ética e Infinito*, tradução de João Gama, Lisboa, Edições 70, 1988.

_____, *Entre nós: Ensaio sobre a Alteridade*, coordenação da tradução de Pergentino Stefano Pivatto, Petrópolis, Vozes, 1997.

LOPARIC, Zeljko, *Heidegger Réu: Um Ensaio Sobre a Periculosidade da Filosofia*, Campinas, Papirus, 1990.

LOWENTHAL, Leo, e Guterman, Norbert, *Prophets of Deceit*, Nova York, Harper & Row, 1949.

- LÜDTKE, Martin, “The Utopian Motiv is Suspended: Conversation with Leo Lowenthal”, *New German Critique* 38 (1986): 105-111.
- LYOTARD, Jean-François, *Heidegger e ‘os judeus’*, tradução de Ephraim F. Alves, Petrópolis, Vozes, 1994.
- MAAR, Wolfgang Leo, “Lukács, Adorno e o Problema da Formação”, *Lua Nova* 27 (1992): 171-200.
- _____, “À Guisa de Introdução: Adorno e a Experiência Formativa”, in: Adorno, Theodor W., *Educação e Emancipação*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- MARX, Karl, *A questão judaica*, segunda edição, São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- _____, *O Capital*, Livro Primeiro, Volume I, trad. de Reginaldo Sant’Anna, São Paulo, Difel, 1982.
- MASSING, Paul, *Rehearsal for Destruction*, Nova York, Harper & Row, 1949.
- MATOS, Olgária, *Os Arcanos do Inteiramente Outro: a Escola de Frankfurt, a Melancolia e a Revolução*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
- MEZAN, Renato, *Psicanálise e Judaísmo: Ressonâncias*, Campinas, Escuta, 1986.
- POLIAKOV, Léon, *A Europa Suicida: 1870-1933 (História do Anti-Semitismo IV)*, tradução de Hilde Pereira, J. Guinsburg e Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, Perspectiva, 1985.

RICOEUR, Paul, *Leituras 1: Em Torno ao Político*, tradução de Marcelo Perine, São Paulo, Loyola, 1995.

_____, *O Mal: Um Desafio à Filosofia e à Teologia*, tradução de Maria da P. Eça de Almeida, Campinas, Papirus, 1988.

REICH, Wilhelm, *Psicologia de Massa do Fascismo*, tradução de J. Silva Dias, Porto, Publicações Escorpião, 1974.

RIUS, Mercè, *T. W. Adorno: del sufrimiento a la verdad*, Barcelona, Editorial Laiz, 1984.

ROCCO, Christopher, “Between Modernity and Postmodernity: Reading *Dialectic of Enlightenment* against the Grain”, *Political Theory* 22 (1994): 71-97.

ROSE, Gillian, *The Melancholy Science*, Londres, Macmillan Press, 1978.

ROSEN, Michael, *Hegel's dialectic and its criticism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria Crítica e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986.

SARTRE, Jean-Paul, “Reflexões sobre a Questão Judaica”, in: *Reflexões sobre o Racismo*, tradução de J. Guinsburg, São Paulo, Difel, 1965.

SOUZA, Paulo César. “Psicanálise tenta explicar nazismo”, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 29/11/92.

STEIN, Dorothy, "Contemporary Attempts to Define Anti-Semitism: *A Review Article*", *Contemporary Studies in Society and History*, 36 (1994): 403-408.

TAUSSIG, Michael T., *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*, Londres, Routledge, 1993.

TODOROV, Tzvetan, *Em Face do Extremo*, tradução de Egon de Oliveira Rangel e Enid Abreu Dobránszky, Campinas, Papirus, 1995.

VIDAL-NAQUET, Pierre, *Os assassinos da memória: o revisionismo na história*, trad. de Marina Appenzeller, Campinas, Papirus, 1988.

VON FRIEDENBURG, L. e Jürgen Habermas (Org.), *Adorno-Konferenz*, Frankfurt/M, Suhrkamp, 1983.

WEBER, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. de Szmrecsányi, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967.

WIGGERHAUS, Rolf, *L'Ecole de Francfort: Histoire, Developpement, Signification*, Paris, PUF, 1993.

ZIELINSKI, Sigfried, "History as Entertainment and Provocation: The TV Series 'Holocaust' in West Germany", *New German Critique* 19 (1980): 81-96.